

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Centro de Letras e Comunicação
Programa de Pós-Graduação em Letras



Tese

**Notas sobre epistemologia em Análise de Discurso:
a formação teórica de uma Semântica Materialista**

Santiago Bretanha

Pelotas, 2024



Santiago Bretanha

**Notas sobre epistemologia em Análise de Discurso:
a formação teórica de uma Semântica Materialista**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras do Centro de Letras e Comunicação da Universidade Federal de Pelotas como requisito para obtenção do título de Doutor em Letras, área de concentração: Texto, Discurso e Relações Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Aracy Graça Ernst

Pelotas, 2024

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação da Publicação

F863n Freitas, Santiago Bretanha

Notas sobre epistemologia em análise de discurso [recurso eletrônico]
: a formação teórica de uma semântica materialista / Santiago Bretanha
Freitas ; Aracy Graça Ernst, orientadora. — Pelotas, 2024.
120 f.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro
de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, 2024.

1. Epistemologia. 2. Análise de discurso. 3. Formação teórica. 4.
Semântica materialista. I. Ernst, Aracy Graça, orient. II. Título.

CDD 469.5

Santiago Bretanha

**Notas sobre epistemologia em Análise de Discurso:
a formação teórica de uma Semântica Materialista**

Tese aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Letras,
Área de concentração Estudos da Linguagem, do Programa de Pós-Graduação em
Letras da Universidade Federal de Pelotas.

Pelotas, 30 de abril de 2024.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Aracy Graça Ernst
Orientadora/Presidente da banca
Universidade Federal de Pelotas/Universidade Federal do Rio Grande

Profa. Dra. Cristina Zanella Rodrigues
Membra da Banca
Instituto Federal Sul-rio-grandense, câmpus Pelotas

Profa. Dra. Daiane Neumann
Membra da Banca
Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Fábio Ramos Barbosa Filho
Membro da Banca
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Jael Sânera Sigales Gonçalves
Membra da Banca
Universidade Federal de Pelotas

Profa. Dra. Luciana Iost Vinhas
Membra da Banca
Universidade Federal de Pelotas/Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Agradecimentos

À Professora Aracy, minha orientadora, pelo ensino humano, rigoroso e ousado; pelas valiosas lições sobre o intenso trabalho da teoria, e sobre a responsabilidade política que ele carrega; por toda confiança depositada em mim e em meu trabalho; pela linda amizade que nutrimos e que transborda em afeto; por sempre recordar-me que as palavras faltam, e que quaisquer agradecimentos que teça neste espaço serão insuficientes para definir o laço que nos une.

Às Professoras Luciana Vinhas (a querida LuVinhas) e Jael Gonçalves pelos aportes fornecidos a esta tese em sua qualificação, que serviram de alicerce para o delineamento dos andaimes finais da pesquisa. Às Professoras Luciana Vinhas, Jael Gonçalves, Daiane Neumann, Cristina Rodrigues e ao Professor Fábio Barbosa pelas imprescindíveis arguições na oportunidade da defesa deste trabalho, possibilitando o delineamento de uma versão final mais bem fundamentada e contundente em suas análises.

Às Professoras Luciana Vinhas e Daiane Neumann, que fizeram de suas aulas um laboratório, permitindo que este empreendimento de pesquisa tomasse concretude; sou-lhes grato pela originalidade de seu pensamento e por tornarem oportuna a irrupção de posições insurretas, na teoria e na vida.

Ao Professor Valdir Flores, pela sua obra, pelo seu ensino e pela sua generosidade; pela acolhida em seus cursos e seminários; e, antes de tudo, por reensinar-me a ler; por fazer-me compreender o que é um linguista e o que ele faz e, neste processo, fazer-me, também, um linguista.

Aos colegas do LEAD, pela interlocução apaixonada e privilegiada sobre a Análise de Discurso.

À CAPES, pela bolsa concedida, que tornou viável a produção desta tese.

Ao Renan, meu moço, por ser amorosidade, acolhimento e movimentação; pela presença, mesmo nos momentos mais difíceis; pela vida que construímos; pelas nossas relações, pelo nosso encontro e pelo presente que traçamos; pelos doze anos de uma vida feliz juntos; por dizer “sim” todos os dias.

À Bibiana, minha irmã, pela amizade, motivação e confiança, por ter-me dado o privilégio de ser tio e padrinho dos iluminados Arthur e Henrique.

À Isabel Cristina, minha mãe, por ter-me ensinado resiliência e superação; por ter-me apresentado as responsabilidades da vida, e também suas dádivas; por ter-me presenteado, todos os dias, com sua fé e orgulho, que tanto me impulsionaram até aqui. Ao tio Patacão, por ter sido pai afetuoso; por ter oferecido as condições necessárias para que trilhasse meu caminho e chegasse ao ensino superior. Dedico-lhes o título de doutorado.

À Virgínia e à Millaine, pela amizade incondicional; por compartilharmos o mesmo caminho, fazendo da trajetória acadêmica

*uma aventura compartilhada; tudo valeu a pena porque estamos
juntos.*

*À Elisabete, irmã amada, por ter aberto as portas da sua casa e por
ter-me apresentado a sagrada medicina; por ter-me resgatado
quando faltaram forças para seguir adiante; por ter-me acolhido em
sua família; por ressoar luz em tudo o que faz.*

*À Luiza, ao Felipe, à Patrícia, ao William, à Bruna e à Maria, irmãos
de coração com os quais a vida me presenteou, pela força que nos
une e nos dá alegria.*

*Aos colegas do IFSul, câmpus Pelotas, pela recepção calorosa e
alegre que faz morada na COLINC; pela alegria de compartilhar o
espaço de trabalho com pessoas a quem tanto admiro e a quem
tanto quero bem.*

Resumo

A reflexão epistemológica é um ponto de chegada, e não um projeto de partida para o empreendimento intelectual de Michel Pêcheux, a Análise de Discurso (AD). O que se configura como uma diferença curiosa com textos produzidos por ele no mesmo período, mas assinados com o pseudônimo de Thomas Herbert. Nestes, a divisão social do trabalho científico e as condições de produção das práticas científicas são pontos nevrálgicos, e a instância discursiva irrompe nos fins de análise. Longe de afastarmos esta dupla condição, mobilizamo-la como índice potencial de um empreendimento-ausente, capturado apenas como sintoma e que coloca em relação necessária (i) a especificação da *teoria do discurso* e da *análise de discurso* (ii) o desenvolvimento metódico da AD, implicando a delimitação teórica do seu campo e do seu objeto, e (iii) um investimento epistemológico sobre a prática científica na sua relação inextrincável com o ideológico e o político. Motivados por esse sintoma, nosso objetivo geral é o de analisar o funcionamento da reflexão epistemológica na constituição da AD, tendo como referência a formação teórica em que se situa; para tanto, constitui o material de trabalho desta tese o ensaio *Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social*, publicado por Pêcheux em 1966 sob o pseudônimo Thomas Herbert. Esta primeira produção escrita colocada em jogo pelo autor na cena intelectual francesa trata-se, antes de tudo, de uma intervenção política que entrecruza a sua participação em grupos de trabalho de base althusseriana e o desenvolvimento de sua tese em Epistemologia/Psicologia Social. O objetivo desta(s) nota(s), assim traçado, implica três *princípios teóricos* e uma *suspeita*. O primeiro princípio é o de que (1) *há uma reflexão epistemológica, ainda que em estado prático, consubstancial à constituição teórica da AD*. O segundo princípio é o de que (2) *esta reflexão se conforma relacionalmente e, portanto, articula-se no todo complexamente-estruturalmente-desigualmente-determinado das formações teóricas*. O terceiro princípio é o de que, por ser de ordem relacional, (3) *o efeito de unidade do todo e das suas regionalizações é um processo determinado pela historicidade das relações*. A suspeita, por fim, é a de que esta reflexão epistemológica, produzida por uma posição teórica materialista, exige que a AD (se) coloque em jogo (como) um discurso teórico que reflète sobre si. As análises realizadas levam-nos a delinear os primeiros movimentos de uma aventura teórica. Seu estatuto, dá-nos o próprio Herbert: qualquer figura solitária é capaz, no máximo, de um itinerário. Para ser aventura, há que ser compartilhada. Por isso, não é cedo para que se reconheça a historicidade da prática teórica como *processo sem Sujeito nem Fim(s)*, no qual as complexas relações sociais, movidas pelo motor da luta de classes, fazem emergir dos “homens” os sujeitos, produtos sempre provisórios. O efeito-Herbert, aí, funciona como um nome próprio em relação ao sistema conceitual do qual ele é o suporte. Índice de uma *posição* que, enquanto tal, não é idêntica a si mesma, não existe por si só e tampouco é imutável - o que só é apreensível se remontarmos a sua formação histórica no todo em que se insere e intervém.

Palavras-chave: Epistemologia. Análise de Discurso. Formação Teórica. Semântica Materialista.

Resumen

La reflexión epistemológica es un punto de llegada y no de partida del trabajo intelectual de Michel Pêcheux, el Análisis de Discurso (AD). Eso constituye una curiosa diferencia con los textos que produjo en la misma época, pero firmados bajo el seudónimo de Thomas Herbert. En ellos, la división social del trabajo científico y las condiciones de producción de las prácticas científicas son puntos clave, y la instancia discursiva irrumpe en los fines de análisis. Lejos de descartar esta doble condición, la movilizamos como índice potencial de una emprendimiento-ausente, captado sólo como síntoma y que pone en relación necesaria (i) la especificación de la *teoría del discurso* y del *análisis del discurso* (ii) el desarrollo metódico de la AD, implicando la delimitación teórica de su campo y de su objeto, y (iii) una investidura epistemológica de la práctica científica en su relación inextricable con lo ideológico y lo político. Motivados por ese síntoma, nuestro objetivo general es el de analizar el funcionamiento de la reflexión epistemológica en la constitución de la AD, teniendo como referencia la formación teórica en la que se sitúa; para ello, el material de trabajo de esta tesis es el ensayo *Reflexiones sobre la situación teórica de las ciencias sociales y especialmente de la psicología social*, publicado por Pêcheux en 1966 bajo el seudónimo de Thomas Herbert. Esta primera producción escrita puesta en juego por el autor en la escena intelectual francesa es ante todo una intervención política que entrecruza su participación en grupos de trabajo de base althusseriana y el desarrollo de su tesis en Epistemología/Psicología social. El objetivo de esta(s) nota(s), así esbozado, implica tres *principios teóricos* y una *sospecha*. El primer principio es que (1) *existe una reflexión epistemológica, aunque en estado práctico, que es consustancial a la constitución teórica de la AD*. El segundo principio es que (2) esta reflexión se conforma *relacionalmente* y, por tanto, se *articula en el conjunto complejamente-estructuralmente-desigualmente-determinado* de las formaciones teóricas. El tercer principio es el de que, por ser relacional, (3) *el efecto de unidad del todo y sus regionalizaciones es un proceso* determinado por la historicidad de las relaciones. La sospecha, por último, es la de que esta reflexión epistemológica, producida por una posición teórica materialista, exige que la AD (se) ponga en juego (como) un discurso teórico que reflexiona sobre sí. Los análisis realizados nos llevan a esbozar los primeros movimientos de una aventura teórica. El propio Herbert nos da su estatuto: cualquier figura solitaria es capaz, a lo máximo, de un itinerario. Para ser una aventura, hay que ser compartida. Por eso no es demasiado prematuro reconocer la historicidad de la práctica teórica como un *proceso sin Sujeto ni Fin(es)*, en el que las complejas relaciones sociales, impulsadas por el motor de la lucha de clases, hacen surgir de los "hombres" sujetos, productos siempre provisionales. El efecto-Herbert funciona como un nombre propio en relación con el sistema conceptual del que es soporte. Índice de una *posición* que, como tal, no es idéntica a sí misma, no existe por sí y tampoco es inmutable, lo que sólo es aprehensible si nos remontamos a su formación histórica en el conjunto en el que se inserta e interviene.

Palabras clave: Epistemología. Análisis de Discurso. Formación Teórica. Semántica Materialista.

Abstract

The epistemological reflection is a point of arrival, not a starting point for Michel Pêcheux's intellectual enterprise, the Discourse Analysis (DA). This is a curious difference with the texts he produced in the same period, but signed under the pseudonym Thomas Herbert. In these, the social division of scientific work and the conditions of production of scientific practices are key points, and the discursive instance bursts into the ends of analysis. Far from discarding this double condition, we mobilize it as a potential index of an absent undertaking, grasped only as a symptom and which puts in necessary relation (i) the specification of *discourse theory* and *discourse analysis* (ii) the methodical development of the DA, implying the theoretical delimitation of its field and its object, and (iii) an epistemological investiture of scientific practice in its inextricable relationship with the ideological and the political. Motivated by this symptom, our general objective is to analyze the functioning of epistemological reflection in the constitution of the DA, taking as a reference the theoretical formation in which it is situated; for this purpose, the work material of this thesis is the essay *Reflections on the theoretical situation of the social sciences and especially of social psychology*, published by Pêcheux in 1966 under the pseudonym of Thomas Herbert. This first written production put into play by the author on the French intellectual scene is above all a political intervention that intertwines his participation in Althusserian-based working groups and the development of his thesis in Epistemology/Social Psychology. The objective of this note(s), thus outlined, involves three *theoretical principles* and a *suspicion*. The first principle is that (1) *there is an epistemological reflection, albeit in a practical state, which is consubstantial to the theoretical constitution of the DA*. The second principle is that (2) this reflection is *relationally* shaped and thus *articulated in the complexly-structurally-unequally-determined set* of theoretical formations. The third principle is that, being relational, (3) *the unity effect of the whole and its regionalizations is a process* determined by the historicity of relations. The suspicion, finally, is that this epistemological reflection, produced by a materialist theoretical position, demands that the AD (be) put into play (as) a theoretical discourse that reflects on itself. The analyses carried out lead us to outline the first movements of a theoretical adventure. Herbert himself gives us his statute: any solitary figure is capable, at most, of an itinerary. To be an adventure, it must be shared. That is why it is not too premature to recognize the historicity of theoretical practice as a *process without Subject or End(s)*, in which complex social relations, driven by the motor of class struggle, bring forth from "men" subjects, always provisional products. The Herbert-effect functions as a proper name in relation to the conceptual system of which it is the support. It is an index of a *position* that, as such, is not identical to itself, does not exist by itself and is not immutable, which is only apprehensible if we go back to its historical formation in the whole in which it is inserted and intervenes.

Key words: Epistemology. Discourse Analysis. Theoretical Formation. Materialist Semantics.

Lista de figuras

Figura 1 - 1ª lei da prática técnica.....	044
Figura 2 - Remontagem da 1ª lei da prática técnica.....	048
Figura 3 - O <i>polos</i> mesopotâmico.....	059

Lista de quadros

Quadro 1 - O todo complexo da Prática Social (tradução brasileira)	035
Quadro 2 - O todo complexo da Prática Social (texto de partida)	036
Quadro 3 - A dissimetria sobre a prática teórica (tradução brasileira)	038
Quadro 4 - A dissimetria sobre a prática teórica (texto de partida)	039
Quadro 5 - Esquema teórico da prática científica	101
Quadro 6 - Transformações produtoras de objetos operados a partir das generalidades ideológicas fornecidas pelas ciências sociais	107
Quadro 7 - Correlação entre o desenvolvimento das ciências das formações sociais e das ciências das ideologias	109

Sumário

Generalidades: a propósito da teoria materialista do discurso.....	013
0 A aventura teórica: remontemos de Pêcheux a Herbert	024
0.1 O trabalho da Teoria	025
0.2 Sobre o primado das Relações de produção.....	041
0.3 Necessidade, teleologia. Contingência, sobredeterminação.....	065
0.4 Das condições (ideológicas) de produção das “ciências sociais” à sua definição	090
0.5 As generalidades da prática científica e a apropriação dos instrumentos pela teoria.....	097
Efeito de fechamento: do vazio aberto pela crítica às “ciências sociais” ao lugar da “escuta social”. O quadro epistemológico de uma (vindoura) semântica materialista.....	106
Referências.....	112

Generalidades: a propósito da teoria materialista do discurso

Nas palavras que encerram o projeto da *Análise Automática do Discurso* (AAD), Pêcheux ([1969] 2019) reafirma as bases de seu empreendimento e lança-o a uma incompletude incontornável. Se por um lado vislumbra as fundações da semântica materialista, por outro vê-se diante de um problema de ordem teórica que se volta para possibilidades de inserção da análise do discurso (AD) nos diferentes campos de investigação, especialmente os da sociologia e da história das ciências. Deste último domínio, um conceito advém como abertura à apropriação¹: o de *ruptura epistemológica*, enquanto índice de transformação de ciências pré-existentes e de práticas não-científicas (ideológicas) em um novo domínio teórico.

Compreendida a impossibilidade de a teoria do discurso “substituir uma teoria da ideologia, da mesma forma que não pode substituir uma teoria do inconsciente”

¹ Em *Contradição e sobredeterminação*, ao discutir a leitura da obra marxiana via Spinoza, Althusser propõe “mudança de terreno” como metáfora para a operação do corte epistemológico, capaz de livrar o materialismo histórico da ganga mística hegeliana, tão presente nas obras do Jovem Marx. Inclusive, é no artigo *Sobre o jovem Marx (questões de teoria)* (Althusser, [1960] 1979) que essa “imagem teórica” é mobilizada pela primeira vez. Em última instância, trata-se de uma ruptura entre a ciência e o que ela não é, ou seja, a ideologia. Expressões avizinhas, como “território”, “campo”, “mudança de elemento” tornaram-se abundantes na produção intelectual althusseriana, compreendendo seu círculo de colaboradores. Dentre eles, destacamos Pêcheux; em *Língua, “linguagens”, discurso*, ao discutir o lugar da língua na semântica materialista, escreve: “esta mudança de terreno consiste em se desvencilhar da problemática subjetivista centrada no indivíduo e compreender que o tipo de concreto com que lidamos e em relação ao qual é preciso pensar, é precisamente o que o materialismo histórico designa pela expressão relações sociais, que resulta de relações de classe características de uma formação social dada (através do modo de produção que a domina, a hierarquia das práticas de que este modo de produção necessita, os aparelhos através dos quais se realizam estas práticas, as posições que lhe correspondem, e as representações ideológico-teóricas e ideológico-políticas que delas dependem)” (Pêcheux [1971], 2015, p. 127, grifos do autor). A “mudança de terreno” que aí está em questão consiste, portanto, nas condições de inscrição (política e epistemológica) da Análise de Discurso no materialismo histórico. Com base em Pêcheux e Althusser, ao remontar a metáfora teórica da “territorialização”, compreendemo-la como uma operação de caráter epistemológico e que diz respeito à transformação de elementos pré-científicos em conhecimento-concreto no corpo de uma dada teoria, remetendo às suas condições de (re)produção, de recepção e de transformação em uma dada conjuntura. Por isso, não pode ser pensada fora das (sobre)determinações econômicas, jurídico-políticas e ideológicas que as constituem.

(Pêcheux, [1969] 2019, p. 146, grifos do autor), ela também não pode assumir o lugar de uma teoria da história do conhecimento, mas pode insinuar-se sobre ela, intervindo no seu campo e propondo-lhe problemas (e *vice-versa*). De início, o que causa estranhamento nesta proposição pêcheuxtiana é a mobilização conceitual de *ruptura epistemológica* sem fazer qualquer menção aos autores que a embasam, restando uma pequena nota de rodapé sobre Canguilhem e sua visão sobre o caráter da metáfora teórica.

Em uma leitura rápida, a designação “história das ciências” poderia levar-nos a apreender uma filiação do autor às tendências histórico-epistemológicas de seu tempo, que certamente remontam a Canguilhem, Koyré e Bachelard. Pelo avesso, “ruptura epistemológica” nos remeteria à elaboração conceptual homônima que encontramos em Althusser e seus colaboradores. Cada uma dessas posições interpretativas volta-se para fazeres teóricos determinados que, entre si, distinguem métodos e objetos diversos. Que é, então, esta história das ciências na qual a AD busca inserção? É aquela praticada por Canguilhem, não-positivista e anti-empirista, que busca relacionar história das ciências e epistemologia em uma reflexão sobre a descontinuidade e as rupturas na produção do conhecimento? Ou aquela proposta por Althusser, materialista e anti-humanista, que articula as reflexões sobre as práticas científicas à contradição da luta de classes?

Em sua tese, é verdade, Pêcheux não cita nenhum dos referidos autores, dando-nos a entender que não temos, nela, uma epistemologia do primeiro ou do segundo gênero. A reflexão epistemológica é um ponto de chegada, e não um projeto de partida na AAD. O que se configura como uma diferença curiosa com textos produzidos por ele no mesmo período, mas assinados com o pseudônimo de Thomas Herbert. Nestes, a divisão social do trabalho científico e as condições de produção das práticas científicas são pontos nevrálgicos, e a instância discursiva irrompe nos fins de análise. Longe de afastarmos esta dupla condição, mobilizamos-la como índice potencial de um empreendimento-ausente, capturado apenas como sintoma e que coloca em relação necessária (i) a especificação da *teoria do discurso* e da *análise de discurso* (ii) o desenvolvimento metódico da AD, implicando a delimitação teórica do seu campo e do seu objeto, e (iii) um investimento epistemológico sobre a prática científica na sua relação inextrincável com o ideológico e o político.

Motivados por esse sintoma, nosso **objetivo geral** é o de **analisar o funcionamento da reflexão epistemológica na constituição da AD, tendo como referência a formação teórica em que se situa**; para tanto, constitui o material de trabalho desta tese o ensaio *Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social*, publicado por Pêcheux em 1966 sob o pseudônimo Thomas Herbert. Esta primeira produção escrita colocada em jogo pelo autor na cena intelectual francesa trata-se, antes de tudo, de uma intervenção política que entrecruza a sua participação em dois grupos de trabalho de base althusseriana (o *Cercle Épistémologie* e o *Groupe Spinoza*, cuja meta era (re)ler Marx a partir das teses subterrâneas de um materialismo do encontro), e o desenvolvimento de sua tese em *Epistemologia/Psicologia Social* (em que lançava as bases de uma técnica de análise automática do discurso, situada no campo do Materialismo Histórico).

Tomamos por empréstimo o termo de formação teórica, apresentado por Althusser em um texto de 1965 pouco conhecido (Althusser, [1965] 2017). Nele, o filósofo correlaciona formação teórica (em sentido educacional) e luta ideológica como meios para a transformação da ideologia burguesa, em que a primeira é a base teórica e prática da última. Neste texto, por sua vez, lemos a designação em sua ambiguidade terminológica, remetendo-a à concepção de formação social. De acordo com Balibar, em Marx, “formação social” obedece a uma dupla função teórica: como um conceito concreto, designa o “objeto empírico de uma análise concreta, isto é, uma *existência*: a Inglaterra de 1860, a França de 1870, etc.” ([1968] 1980, p. 160, grifos do autor); como conceito abstrato, nega a noção ideológica de “sociedade” “e designa o objeto da ciência da história enquanto totalidade de instâncias articuladas sobre a base de um modo de produção determinado” (Balibar, [1968] 1980, p. 160). Logo, para nós, fundamentados em Pêcheux ([1975] 2015, [1977] 1980), o conceito de formação teórica busca superar a noção ideológica de “teoria”: uma unidade, idêntica a si mesma, que produz seu próprio real e denega suas determinações históricas. Compreendê-la sob a perspectiva materialista nos permite analisar que as ciências regionais (e as teorias que produzem) se articulam contraditoriamente configurando um todo complexo com dominante – determinado pelos “modos de produção” e os “processos de produção” teóricos dos conhecimentos existentes (Althusser, [1972] 1976).

Sob esta configuração, toda prática teórica é determinada por uma materialidade própria que se apresenta sob a forma de “*relações de desigualdade-subordinação que determinam os ‘interesses’ teóricos em luta numa conjuntura dada*”, e isso tanto no período que precede o começo histórico de uma ciência quanto durante o desenvolvimento sem fim que esse começo inaugura” (Pêcheux, [1975] 2014, p. 173, grifos do autor). Em outros termos, os processos históricos de produção dos conhecimentos assumem a forma de um sistema, isto é, como “sistema historicamente constituído de um aparelho de pensamento” (Althusser, [1965] 1979, p. 42). Essa tese, lançada por Althusser ([1965] 1979) e ratificada por Pêcheux ([1975] 2014), reconhece que o pensamento não é “criado” pelo sujeito cognoscente, mas, ao revés, expurga qualquer índice de um “puro” sujeito transcendental ou de uma consciência subjetiva absoluta, tomados como prerrogativas pelas “ciências” modernas de base cartesiana. O “indivíduo” é interpelado como sujeito ao tomar posição frente a uma certa formação teórica, que representa na teoria conceitos articulados a um sistema de pensamento, fundado e articulado na realidade natural e social; em última análise, no *teatrinho da teoria*, ao funcionar como *suporte* institucional de uma ciência, o sujeito é tomado como autoevidente, denegando-se a complexa rede superestrutural que, comumente, comanda a produção teórica, ao mesmo tempo em que se renegam as condições materiais que fazem de um aparelho de pensamento “um *modo de produção* determinado de conhecimentos” (Althusser, [1965] 1979, p. 42).

Sabendo do escândalo das suas afirmações (“a teoria é uma prática”), Althusser justifica a definição de aparelho de pensamento como modo de produção ao analisar que essa estrutura

combina (*Verbindung*) o tipo de objeto (matéria-prima) sobre o qual el[a] trabalha, os *meios de produção* teóricos de que dispõe (teoria, método e técnica experimental ou qualquer outra), e as relações históricas (ao mesmo tempo teóricas, ideológicas e sociais) nas quais el[a] produz. Esse sistema determinado das condições da prática teórica é que atribui a este ou aquele sujeito (indivíduo) pensante o seu lugar e a sua função na produção dos conhecimentos. Esse sistema de produção teórico, sistema material tanto quanto “espiritual”, cuja prática se funda e se articula nas práticas econômicas, políticas e ideológicas existentes, que lhe fornecem direta ou indiretamente o essencial de sua “matéria-prima” – possui uma realidade objetiva determinada. É essa realidade determinada que define os papéis e funções do “pensamento” dos indivíduos singulares, que só podem “pensar” os “problemas” já apresentados ou em condições de ser apresentados; que, pois, *põe em funcionamento* a sua “força de pensamento”, assim como a estrutura de um modo de produção econômica põe em funcionamento a

força de trabalho dos produtores imediatos, mas no seu modo próprio. Longe, pois, de seu uma essência contraposta ao mundo material [...], o “pensamento” é um sistema real próprio, assentado e articulado no mundo real de uma sociedade histórica dada, que mantém relações determinadas com a natureza, um *sistema específico*, definido pelas condições de sua existência e de sua prática, isto é, por uma *estrutura própria*, um tipo de “combinação” (*Verbindung*) determinada, existente entre sua matéria-prima própria (objeto da prática teórica), seus meios de produção próprios e suas relações com as demais estruturas da sociedade. (Althusser, [1965] 1979, p. 43, grifos do autor).

Levando a efeito a ousadia althusseriana, cabe-nos definir formação teórica, portanto, como processo histórico, contraditório-desigual-sobredeterminado, engendrado como/por um conjunto de práticas, e que subsume um objeto concreto (as práticas teóricas reais engendradas em uma dada conjuntura) a ser transformado em objeto teórico (um aparelho de pensamento, objeto formal de uma investigação teórica sobre a teoria). Nesse sentido, teorias particulares concorrentes disputam a dominância do todo complexo de uma formação social, representando na divisão social do trabalho intelectual posições de classe. Pensar a AD, sob este crivo, dá ênfase ao funcionamento determinante/sobredeterminado da luta de classes na/para a configuração epistemológica das teorias, assim como atesta o processo de desenvolvimento desigual e sem sujeito a que cada uma delas está submetida.

O objetivo desta(s) nota(s), assim traçado, implica três *princípios teóricos* e uma *suspeita*. O primeiro princípio é o de que (1) *há uma reflexão epistemológica, ainda que em estado prático, consubstancial à constituição teórica da AD*. O segundo é o de que (2) *esta reflexão se conforma relacionalmente* e, portanto, *articula-se no todo complexamente-estruturalmente-desigualmente-determinado* das formações teóricas. O terceiro é o de que, por ser de ordem relacional, (3) *o efeito de unidade do todo e das suas regionalizações é um processo* determinado pela historicidade das relações. A *suspeita*, por fim, é a de que esta reflexão epistemológica, produzida por uma posição teórica materialista, exige que a AD (se) coloque em jogo (como) um discurso teórico que reflete sobre si.

Sob a ordem destes princípios, e norteados pelo problema que eles alicerçam sob a forma de *suspeita*, adentramos no sistema teórico da AD através do recorte histórico proposto n’*A Análise de Discurso: três épocas* (Pêcheux, [1983] 2014), em que Pêcheux analisa as transformações metodológicas operadas pela teoria do

discurso através da desconstrução da *noção*² de maquinaria discursiva. Na identificação das diferentes posições teóricas tomadas pela AD, o pensador reconhece “momentos” de mutação. Diante da dessuperficialização do *corpus* por uma maquinaria estrutural (primeira época, AD-1), do entendimento de que os processos discursivos são determinados por uma exterioridade (segunda época, AD-2) e de que são constitutivamente heterogêneos (terceira época, AD-3), temos um vislumbre das agitações internas que promoveram a *identificação de um “fato”* em uma prática analítica, e desta prática o delineamento de uma teoria.

Discordando das leituras catedráticas deste texto (que o vêem como uma reflexão pouco relevante, como resultado de uma historiografia ou então como o delineamento de “fases que se conservam”), defendemos que ele coloca em exposto contradições estruturais da teoria que contornam um *ponto de não-retorno*. Nesta trilha, ampliando a proposta inicial de Pêcheux, somamos uma *época 0* ao quadro. Considerando que a AD-1 corresponde (Pêcheux, [1983] 2014, p. 307) à “exploração metodológica da noção de maquinaria discursivo-estrutural”, ela só é possível se “descoberto” o discurso – que na AAD-69 comparece como anterioridade lógica. Perde-se a historicidade do objeto, que se dá a entrever no conflito entre o materialismo e o idealismo, que representam na prática teórica posições de classe. Perde-se o caráter político e sem sujeito do empreendimento – fundamental para que se bloqueie qualquer aceção de origem que tomaria como já-dado aquilo que

² Aqui, faz-se necessária uma precisão terminológica. Em *Iniciação à filosofia para os não filósofos*, manuscrito publicado postumamente sob os cuidados de G. M. Goshgarian, Althusser ([1976~1978] 2019) propõe uma distinção entre *categoria*, *conceito* e *noção*, à qual nos filiamos. Para introduzir o tema, o filósofo pergunta-se *de que se compõe uma tese filosófica?* Ao que responde, assertivamente: “de termos abstratos, que, para distinguir dos *conceitos* científicos, chamaremos de *categorias*. Uma categoria não tem objeto, no sentido em que se diz que um conceito científico tem objeto. Seu sentido lhe é atribuído pelo conjunto das categorias que constituem o sistema filosófico. Ela pode desempenhar o papel de uma tese, caso resuma num ponto preciso a *colocação* da filosofia em questão. E uma tese pode desempenhar o papel de uma categoria, caso seja resumida por ela” (Althusser, ([1976~1978] 2019, p. 212). As *noções*, por sua vez, remetem a construções pré-científicas (quer dizer, ideológicas) que podem servir de matriz para a construção do conhecimento concreto de uma dada teoria. A proposta Althusseriana é tomada como princípio por Pêcheux, servindo de base para configurar a relação entre a teoria do discurso, a linguística e o materialismo histórico; podemos vislumbrar uma mobilização consequente dessa teorização em *Les vérités de La Palice* (Pêcheux, [1975] 2014, p. 84, grifos do autor), especificamente na análise das contradições entre a filosofia da linguagem e a linguística, que abrem espaço para uma semântica materialista: “o desenvolvimento que se segue será, pois, marcado por uma *desigualdade* (que afeta necessariamente o trabalho conceptual num domínio pouco explorado) assentada na *coexistência de elementos científicos locais*, cuja definição e funcionamento conceptuais permanecem, sob muitos aspectos, em estado ainda embrionário, e de *categorias filosóficas materialistas* que servem de guia nesta exploração”. Sob a perspectiva pêcheuxtiana, o desenvolvimento dos conceitos teóricos é subordinado a categorias filosóficas, dando-nos a interpretar que toda *teoria* se assenta, necessariamente, sobre *categorias* que lhes servem como baliza *epistemológica*: toda teoria é, necessariamente, também, *uma* epistemologia.

é, antes de tudo, uma *posição em relação a*. A época 0 tem, para nós, caráter metodológico e, a contrapelo, coloca Pêcheux diante de Herbert, não em continuidade, mas em *miroitement* (espelhamento).

Advém de aí um quarto princípio: (4) se o equívoco é sempre-já na língua, ele também é sempre-já nos “objetos” (a denotação referencial de um nome próprio), de modo que *a unicidade do “objeto” identificado pode ser equívoca* (Gadet; Léon; Pêcheux, [1984] 2014). O linguista reconhece este princípio na língua “porque ela é suscetível de espelhamento, de estabilização, de distanciamento entre pontos de estabilização e de desestabilização” (Gadet; Léon; Pêcheux, [1984] 2014, p. 235). O analista de discurso intervém sobre esta realidade por meio de operações primariamente gramaticais, forçando o esmaecimento das diferenças pela manipulação das *paráfrases*, ou fazendo irromper a *ambiguidade* pela oposição entre pontos estáveis. Deslocando esta operação da instância analítica para a analítico-teórica, o espelhamento Herbert⇌Pêcheux funciona como uma *báscula* (balanço, batimento) que significa “buscar, a partir de duas construções [estáveis] [...], um ponto de encontro, indecisível, que fabrica uma ambiguidade” (Gadet; Léon; Pêcheux, [1984] 2014, p. 235). A contradição entre os dois nomes próprios produz ambiguidade sobre qualquer “unidade subjetiva” que se pretenda; o que nos permite contorná-la e dedicar atenção ao funcionamento de uma *posição teórica*, da qual eles não são mais que suporte.

Expostos esses princípios, cabe ressaltar que o zero é aqui mobilizado sob o estatuto de uma metáfora teórica. Encontramo-lo em Althusser, quando analisa a conjuntura do Partido Comunista Francês e vaticina: “à exceção de alguns poucos pensadores quase originais (o que se deve à sua *coragem de pensar por si próprios* e de pesquisar), nós atingimos no partido o *ponto zero* da teoria marxista. Ela desapareceu” (1978, p. 45, grifos nossos). A atmosfera de crise coloca em evidência um deslocamento que, na leitura sagaz de Balibar ([1988] 2004, p. 55-56, tradução nossa)³, verte para duas possíveis vias: deparamo-nos com uma “tábula rasa para um recomeço radical? Ou ponto de bloqueio definitivo para qualquer encadeamento de novos enunciados?” Parece-nos que não é nem um caso, nem outro. A mesma designação se inscreve nas *Vérités de La Palice*. Textualmente aspeada, é recuperada no diálogo com Frege e incide para um efeito de presença operado pelo

³ No texto de partida: “¿Tabla rasa para un recomienzo radical? ¿O punto de bloqueo definitivo para cualquier encadenamiento de nuevos enunciados?”.

pré-construído. Na análise pêcheuxtiana, esse elemento pré-dado possui poder de *mise en scène*, instituindo-se sobre o deslocamento “do ‘ponto zero’ das subjetividades”, “do presente ao passado, acoplado ao deslocamento de um sujeito a outros sujeitos, que constitui a identificação” (Pêcheux, [1975] 2014, p. 168). Lendo Althusser com os olhos de Pêcheux, o ponto zero não é nem a ascensão, nem o decesso de uma teoria; é a produção de um vazio no horizonte a ser reconstituído, condição para o processo materialista do conhecimento, “enquanto processo sem sujeito no qual a experimentação [...] *atualiza* o corpo dos conceitos em dispositivos nos quais se encontra a objetividade da ciência considerada” (Pêcheux, [1975] 2014, p. 196, grifos nossos). Atualizar não designa a reprodução de um dado sistema conceitual, mas a sua *remontagem* diante de novas questões. Um “efeito de retorno a” consubstancial a um “efeito de recomposição de” que se fundamenta nos processos de contradição e em uma dada conjuntura.

Com isso, reconhecemos que, aqui, não trabalhamos com um objeto, aos moldes daqueles que uma ciência possui, uma vez que a *nota* em curso se situa no próprio todo em que intervém. O que se enuncia teoricamente é *uma posição que é uma Tese*⁴ (Althusser, [1967] 1974) e que, como tal, não tem um objeto, mas um *campo de intervenção a ser demarcado*. A relação entre a posição colocada em jogo e o campo de intervenção não é de “uma simples ‘verdade’” (puramente externa e especular), mas de *prática* e de *justeza* (*justesse*, que não é anterior ao ajustamento). Com fundamentação em Althusser, esses conceitos articulam-se de maneira que:

1) relação *prática* não significa somente (o que é no entanto exato) que essa relação provoque efeitos práticos [...]. Relação prática significa algo totalmente diferente: *relação de forças* no interior de um campo dominado por contradições e conflitos. 2) O que confere ao processo de *ajustamento* seu sentido muito particular: um ajustamento *na luta*, digamos, para torná-lo clássico, na luta entre ideias existentes, algumas dominantes, outras dominadas. 3) É então que intervêm os *resultados práticos*: a nova posição apreendida e fixada pela Tese (Tese = posição) modifica as outras posições, e afeta as realidades que estão em jogo em todo esse processo

⁴ Althusser designa Tese como uma operação própria para o filósofo, delegando-lhe a tarefa de intervir no campo das práticas teóricas. Herbert, por sua parte, diz-nos que “não basta que uma ciência fale, é preciso também que ela *se ouça falar*” ([1966] 2015, p. 49), dando-nos a vislumbrar que a interpretação epistemológica é importante demais para ser deixada apenas ao encargo do filósofo. Para que uma teoria se constitua como tal, é condição que funcione como uma epistemologia, visto que a “reflexão [retorno] do discurso teórico sobre si mesmo [é o] que lhe confere a coesão” (HERBERT, [1966] 2015, p. 49). Parafrazeando o aforismo de Maria Emilia Amarante Torres Lima ([1983] 1990), paradoxalmente, *a AD evita de se fazer epistemologia, mas obriga-nos a fazê-la*. Retornaremos a estes termos na nota de rodapé n. 8.

de ajustamento na luta, e que conduzem à fixação de Teses “justas” (ou não). (Althusser, 1967 [1974], p. 59, grifos do autor, tradução nossa)⁵.

Contra-pondo-nos a qualquer noção pragmatista de prática, o “nós” que aqui se propõem não é índice de um sujeito que engendra uma ideia a ser ditada e tomada como palavra de autoridade. Na tentativa de traçar *linhas de demarcação*, nosso gesto é modesto e “não faz mais que refletir para inflectir *uma relação de forças onde é ele mesmo preso⁶ e parte interveniente*” (Althusser, 1967 [1974], p. 61, grifos do autor, tradução nossa). Para o escândalo de muitos, Althusser disse que “a teoria é uma prática” (1963). Fazendo-lhe coro, a posição que aqui se imprime, por ser prática, *não é*, ela *funciona* e constitui-se, em última instância, na e pela luta de classes na teoria. Foge ao nosso alcance a possibilidade de precisar seus resultados.

Debruçamo-nos, portanto, sobre uma instância incontornável, que é, ao mesmo tempo, o espaço e a condição para qualquer trabalho epistemológico: a da linguagem; seja ela tomada como *palavra*, a exemplo de Althusser ([1972] 1975), ou como *discurso*, como reivindica Pêcheux (Herbert, [1966] 2015). Pela via althusseriana, a palavra é base de intervenção para o filósofo. “Basta uma nova palavra para desembaraçar o espaço duma pergunta, aquela que não tinha sido posta. A nova palavra abala as antigas, e faz o vazio para a nova pergunta. A nova questão põe em questão as antigas respostas, e as velhas questões adormecidas debaixo delas. Ganha-se aí uma nova visão das coisas” (Althusser, [1967-1968] 1976, p. 39). O filósofo intervém no seu campo sobre as palavras que tem à disposição, de modo que elas partem do ordinário e passam ao estatuto de conceitos, “palavras teóricas”, “e é esta a diferença de palavras que faz aparecer, e

⁵ No texto de partida: “Comment entendre ces termes? 1) Rapport *pratique* ne signifie pas seulement (ce qui est pourtant exact) que ce rapport provoque des effets pratiques (nous en dirons un mot). Rapport *pratique* signifie tout autre chose : *rapport de forces* à l’intérieur d’un champ dominé par des contradictions et des conflits. 2) Ce qui donne au procès d’*ajustement* son sens très particulier : un ajustement *dans la lutte*, disons, pour faire classique, dans la lutte entre les idées existantes, les unes dominantes, les autres dominées. 3) C’est alors qu’interviennent les *résultats pratiques* : la nouvelle position arrêtée et fixée par la Thèse (Thèse = position) modifie les autres positions, et affecte les réalités qui sont l’enjeu de tout ce procès d’ajustement dans la lutte, et qui aboutit à la fixation de Thèses « justes » (ou non)”.

⁶ Cf. a primeira nota de Zoppi Fontana referente à tradução de *A corrente subterrânea do materialismo do encontro* (ALTHUSSER, [1982] 2005, p. 38). Nela, comenta-se a opção de traduzir a expressão “*la prise*” por “a pega”, pois, “à diferença dos substantivos “captura” e “tomada”, o termo “pega”, pelo seu valor reflexivo (“pegar-se”), não obriga a supor um sujeito agente da ação designada, o que coincide com a interpretação das teses de Epicuro defendida por Althusser, que atribui um aspecto “ativo/passivo” ao ator do processo designado pelo termo”. Esta realidade difere daquela que encontramos na citação que buscamos traduzir, encontrada no segundo curso sobre a *Filosofia e a filosofia espontânea dos sábios* (ALTHUSSER, [1967] 1974).

ver, qualquer coisa de *novo*” (Althusser, [1967-1968] 1976, p. 77). A palavra deslocada para discurso, tal como a encontramos em Pêcheux, restitui a “fala” e a “escuta” às ciências: “desde que a ciência *fale*, quer dizer, enuncie seu objeto, ela é levada a confrontar seu discurso com ele mesmo para provar sua necessidade. Diremos que não basta que uma ciência fale, é necessário que ela se ouça falar” ([1966] 2015, p. 49), constituindo um retorno do discurso teórico sobre si. De caráter prático e de justeza, trata-se de uma relação refletida em que os instrumentos possibilitam ao discurso teórico colocar-se à prova. No campo da AD, por seu turno, o fundamental é manter-se envergando (novos) problemas e procedimentos, cuja interposição deve se pautar por “construir interpretações sem jamais neutralizá-las nem no ‘não-importa-o-quê’ de um discurso sobre o discurso, nem em um espaço lógico estabilizado com pretensão universal” (Pêcheux, [1984] 2011, p. 294).

Tomando posição na e sobre a constituição teórica da AD, nossa incursão “se realiza através dos confrontos teóricos que caracterizam o *front* científico das questões, isto é, o *front* da luta pela produção dos conhecimentos” que remetem “a *posições e problemáticas*” (Pêcheux, [1975] 2014, p. 196, grifos do autor). Há quem procure nas intervenções de Pêcheux continuidade, conservação, princípios invulnerados após constantes retificações. Lastros que sustentem os andaimes suspensos da teoria. Por outra via, transitamos pelas contradições próprias à prática teórica. “Se os discursos do nosso tempo com pretensão revolucionária persistem obstinadamente em não compreender esses efeitos de deslocamento que trabalham sob sua própria lógica estratégia, tudo leva a crer que eles terminarão por desvanecer-se na proliferação vazia” (Pêcheux, [1982] 1990, p. 19). Atentar às delimitações, às inversões e aos deslocamentos que repercutem no campo da AD é, antes de tudo, um gesto de manter expostas “as revoltas imprevisíveis que adormecem sob os dispositivos e os programas” (Pêcheux, [1982] 1990, p. 19).

Através de um périplo pelo ensaio *Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social*, textos seminal da AD, em que uma profunda reflexão sobre o estatuto da prática científica é colocada em jogo, esta(s) nota(s) constrói(oem)-se em seis seções, que se somam a estas breves palavras iniciais. Na primeira delas, **0.1 O trabalho da Teoria**, discutimos os princípios fundamentais que possibilitam a crítica ao lugar das práticas técnicas no todo complexo da Prática Social; em seguida, na segunda seção, **0.2 Sobre o primado das Relações de produção**, abordamos a determinação, em última

instância, da demanda social sobre as respostas técnicas que engendra; logo, na terceira seção, intitulada **0.3 Necessidade, teleologia. Contingência, sobredeterminação**, refletimos sobre a relevância das categorias *necessidade, contingência e sobredeterminação* para a análise conjuntural que as práticas técnicas ocupam no todo complexo, atentando à especificidade de seu funcionamento; na quarta seção, **0.4 Das condições (ideológicas) de produção das ciências sociais à sua definição**, buscamos compreender a definição que Herbert dá às “ciências sociais” em seu atual estado desenvolvimento (1960); na quinta seção, **0.5 As generalidades da prática científica e a apropriação dos instrumentos pela teoria**, discutimos as generalidades estruturais que configuram as práticas científicas, de modo a investigar o estatuto “científico” envergado pelas “ciências sociais”; na sexta, e derradeira, seção, **Efeito de fechamento: do vazio aberto pela crítica às “ciências sociais” ao lugar da “escuta social”**, relacionamos as observações tecidas no decorrer da(s) nota(s) sobre o empreendimento herbertiano ao quadro epistemológico de uma teoria da Ideologia, delineando o lugar de uma (vindoura) semântica materialista.

Assim segue,

A aventura teórica: remontemos de Pêcheux a Herbert

Em meados dos anos 1960, as Ciências Sociais e a Psicologia Social se sedimentavam academicamente. Essas edificações, revestidas pela “cientificidade” formal fornecida pela ciências naturais, erguem-se imponentes sem denunciar que os intrusos reformistas do empirismo e do idealismo se insinuam em sua cidadela. Questionando os fundamentos das práticas científicas nascentes, Herbert (1966) coloca em jogo seu primeiro artigo, *Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social*. Sua plataforma, os *Cahiers pour l'Analyse*⁷, periódico fundado em 1966, coordenava os novos horizontes teóricos do Programa Estruturalista. Seu ponto de partida é a reflexão sobre as práticas teóricas colocadas em movimento pela divisão social do trabalho intelectual.

Na avaliação de Herbert, duas tendências críticas irrompem baixo a demanda de analisar as práticas teóricas e a sua pretensa cientificidade. A primeira é aquela que se desenvolve no seio das próprias ciências e que, em uma instância interior, exploram seu próprio campo com o fim de delimitá-lo, constantemente, e expurgá-lo de possíveis inadequações através da autocrítica. Transitando pelo avesso da “crítica interna”, conforma-se a “crítica externa”, levada a efeito pela filosofia; em “Estado neutro”, ela seria “capaz de julgar os problemas de fronteira, de vigiar os vizinhos muito expansivos ou aqueles que uma crise interior torna suspeitos de

⁷ Em meados dos anos 1960, os *Cahiers Marxistes-Leninistes* (1966-1968), periódico fundado pelos alunos do seminário de Althusser, imprimem, mas não colocam em circulação artigos de François Regnault e Jean-Claude Milner. As publicações produziram grande controvérsia no grupo de estudantes comunistas. Inconformados, eles se juntam a Jacques-Alain Miller, Alain Badiou e Alain Grosrichard e compõem o comitê editorial dos *Cahiers pour l'Analyse* (1966-1969), pedra angular para a qual convergem os trabalhos do *Cercle d'Épistémologie* da *École Normale Supérieure de la rue d'Ulm* (Milner; Peden, 2008). O colegiado, constituído por filósofos, psicanalistas, linguistas e historiadores, torna-se o epicentro do estruturalismo francês e leva à última potência o cavalo de troia althusseriano *Freud e Lacan* (1964). Dentre seus integrantes, além daqueles que participam da edição do periódico, figuram autores como Michel Tort, Yves Duroux e o próprio Thomas Herbert (Michel Pêcheux). Em suas 10 edições, encontram-se artigos de Althusser, Bachelard, Canguilhem, Derrida, Dumézil, Lacan, Lévi-Strauss, Russel, Pagès e Foucault.

quererem desencadear um conflito geral” (Herbert, [1966] 2015, p. 22). Logo, a crítica interna, ensimesmada, só atenta à teleologia de sua prática, fechando-se à exterioridade para manter intacto o objeto sobre o qual reivindica soberania. A crítica externa, por seu turno, intervém como elemento capaz de contribuir para a fundação de uma ciência, de impor-lhe limites e, se necessário, esforçar-se para fazê-la voltar ao seu lugar; o que deveria ser uma heurística neutra, acaba por se configurar como uma prática reacionária que, por antecipação, apregoa a qualquer ciência “não podes, não deves”, bloqueando-a antes mesmo de consolidar-se.

Nosso ponto de entrada nesta discussão, exposto na seção que se inicia, busca compreender os modos como a reflexão epistemológica relaciona-se ao trabalho da Teoria.

0.1 O trabalho da Teoria

A crítica interna, embora bloqueada pela própria teleologia, não é o alvo principal de Herbert, mas a filosofia, que, ao querer-se como “potência neutra soberana”, denega seus interesses na divisão social do trabalho intelectual, na luta de classes. Para confrontá-los e distingui-los, há que se munir de uma *nova forma de trabalho*, o *trabalho da Teoria*. O conceito, designado por Herbert com inicial maiúscula, é remetido a Althusser. Revisitando as referências à produção althusseriana, encontramos sete menções explícitas, todas elas voltadas ao artigo *Sur la dialectique matérialiste*, publicado pelo filósofo na *La Pensée* em 1963 e, em 1965, compilado em *Pour Marx*. Salvo engano, e consultando a edição francesa, Althusser (1963) não mobiliza este registro, embora coloque em jogo denominações como “trabalho da teoria”, “trabalho de produção teórica”, “trabalho teórico” e “‘trabalho’ de um teórico”. Tampouco aparece em textos posteriores, como a obra coletiva *Lire Le Capital* (Althusser, *et al*, [1965] 2014), o artigo *Sur le travail théorique* (Althusser, 1967) ou o próprio *Pour Marx* (Althusser, 1965).

“[E] somente a *nova forma de trabalho* – que L. Althusser designou como trabalho da Teoria – permite discernir onde nós estávamos, e estamos ainda por uma parte” (Herbert, 1966, p. 140-141, tradução nossa, grifos do autor): a glosa aí realizada nos dá duas possibilidades interpretativas: pragmaticamente, o autor cometeu um equívoco e devemos desconsiderá-lo (uma via perigosa); ou,

materialmente, a formulação da nova designação do conceito funciona e ressoa na formação teórica.

Envergando pelo segundo caminho, e dando consequência à contradição entre o “trabalho da Teoria” e os conceitos que lhe seguem na tessitura, somos levados a entendê-lo como a prática engendrada pela dialética materialista (a teoria da prática em geral). Este ponto, em específico, gera muitos conflitos entre aqueles que se opunham a Althusser e até seus partidários (incluindo ele mesmo e o próprio Pêcheux). Nas palavras de Althusser, “era especulação, querer pensar a oposição verdades contidas/erros recusados, em uma Teoria geral da Ciência e da Ideologia (Teoria da Prática em Geral) e da sua diferença” ([1972] 1975, p. 35).

A autocrítica althusseriana é antecipada por Pêcheux (Haroche; Henry; Pêcheux, [1971] 2007) ao analisar a configuração da linguística moderna, e é reafirmada em *Les vérités de La Palice: o teoricismo*

consiste essencialmente em não reconhecer que, no caso específico do marxismo-leninismo, *o corte específico está subordinado a uma revolução filosófica*, de modo que uma ‘teoria geral (da história) das ciências’ é impossível, na medida em que ela implicaria a projeção, no materialismo histórico, das características epistemológicas ligadas ao surgimento das ciências da natureza, indevidamente confundidas com as ‘ciências em geral’. [...] É, na verdade, disso – e unicamente disso – que provém o caráter epistemologicamente novo da ciência (marxista) da história: a exemplo de todas as ciências, como se viu, essa ciência é determinada, em suas condições de aparição e desenvolvimento, pelas condições infra e superestruturais da reprodução/transformação das relações de produção, mas sua especificidade – sua ‘inovação’ radical – se encontra no fato de que seu *objeto* (objeto da teoria e da prática dessa ciência) é, precisamente, *essa reprodução/transformação das relações da própria produção*, de modo que os interesses *teóricos* do materialismo histórico e os interesses *práticos* (políticos) do movimento operário são, a rigor, indissociáveis (Pêcheux, [1975] 2014, p. 186-187).

Que entendemos por epistemologia, então? Althusser ([1972] 1975) nos alerta que ao redor do conceito orbita uma forte tendência teorcionista que, especulativamente, a assentaria sobre o terreno de uma teoria da prática científica, tomada em confusão com teoria da prática teórica (filosofia) – ambas situadas no impossível do materialismo dialético (Teoria da prática em geral). No sentido materialista – que, pretendemos sustentar, é a que Pêcheux pratica - ela corresponde à “teoria das condições e das formas da prática científica e de sua história [no todo complexo-desigual-sobredeterminado das] diferentes ciências concretas, [... conduzindo-nos] a estudar as condições materiais, sociais, políticas,

ideológicas e filosóficas dos ‘modos de produção’ e dos ‘processos de produção’ teóricos dos conhecimentos existentes” (Althusser, [1972] 1975, p. 35, tradução nossa). Para que a epistemologia possa livrar-se do idealismo a que conduz, são necessárias duas medidas: primeiro, assentar-se sobre o materialismo histórico e configurar o mínimo de conceitos próprios ao campo em que intervém; segundo, reconhecer a “impostura” e a “ilusão de objeto”, simultaneamente. É neste sentido que, retomando a palavras escritas há pouco, ela *não faz mais que refletir para inflectir uma relação de forças onde é ela mesmo presa e parte interveniente*.

Deslocado o terreno, tem-se a oportunidade de uma ruptura com as vias transcendental (remetida a Kant) e fenomenológica (desdobrada por Sartre e Merleau-Ponty), dominantes no cenário intelectual francês dos 1960. Além, se recusada a neutralidade da filosofia, a disjunção interno/externo demanda um reposicionamento. A abordagem do problema é articulada com destreza e, para examiná-la, deixemos que o autor fale:

Nosso trabalho consiste, a partir daí, em analisar as especificações do “todo complexo” [1] conflituoso [2] no qual as práticas científicas, e também a filosofia como prática específica [3], estão implicadas entre outras determinações [4] teóricas e não teóricas [5], das quais somente a Teoria [6] pode permitir apreender as articulações [7]. (Herbert, [1966] 2015, p. 24).

A precisão com que Herbert expõe o objetivo do ensaio se faz sobre uma rede conceitual rigorosa⁸. A sua base se assenta sobre as bases delineadas por Althusser ([1963] 1979) em *Sobre a dialética materialista*, no qual analisa as especificidades do método marxiano e propõe o fazer teórico como uma prática específica situada no todo complexo das práticas em geral. Essa relação é depreensível pela categoria de *todo complexo* [1] que não remete a uma identidade unificada, mas ao conjunto relacional das práticas particulares que (se) conformam (como) uma totalidade complexamente-estruturalmente-desigualmente-determinada. A relação que se estabelece entre esses efeitos é *contraditória* [2] e, por isso, não-linear, presumindo-se que há *articulações* [7], pelo menos, entre duas instâncias: a da *prática teórica* e da *prática não-teórica* (ideológica) [5]; e a das *práticas*

⁸ Lembremos Althusser, há que se dar aos conceitos dos quais um autor se serve um sentido *rigoroso*, “que para entender tais conceitos, é preciso prestar atenção a esse rigor, e, na medida em que ele não é imaginário, desposá-lo. [...] sem o rigor que seu objeto [campo] requer, não pode haver *teoria*, ou seja, prática teórica no sentido rigoroso do termo” (Althusser, [1963] 1979, p. 141-142).

(sobre)determinantes e a das *práticas (sobre)determinadas*⁹ [4]. Soma-se ao *todo complexo* a marcação da “com dominância” sob o princípio da desigualdade. As articulações conceituais, assim expostas, permitem (re)construir as relações contraditórias entre a *prática geral* e as *práticas específicas* [3], abrindo campo para uma *Teoria* [6] da prática em geral (dialética materialista) que se assenta sobre a teoria das práticas teóricas específicas existentes (materialismo dialético) [3] (ALTHUSSER, [1963] 1979).

Assim postas, as teorias complexamente-estruturalmente-desigualmente-determinadas colocam em xeque a dissimetria interno-externo, que passa a funcionar necessariamente. Algo que só é possível frente à concepção de prática, tal como a encontramos em Marx e a redescobrimos em Althusser. No texto, não há referências ao filósofo franco-argelino. Em verdade, não há referências na tradução brasileira, em que, infelizmente, todas as notas de pé de página foram suprimidas no processo editorial. Na edição francesa do texto, consta remissão ao artigo *Sobre a dialética materialista*, no qual *prática* é definida por Herbert com as palavras de *Sobre a dialética materialista* (Althusser, [1963] 1979): “no sentido geral, é preciso entender ‘todo processo de transformação de uma matéria-prima dada em um produto determinado, transformação efetuada por um trabalho determinado, utilizando meios de produção determinados’ (Herbert, [1966] 2015, p. 24). Sob este ponto de vista, a *práxis* caracteriza-se por ser fundamentalmente levada a cabo pelo “homem” e determinada pelas injunções naturais e históricas, englobando a matéria-prima, o agente, o instante da ação e os meios. Estão lançadas as bases da concepção de *materialidade*. É ela relativa à constituição histórica dos processos de reprodução e de transformação da realidade objetiva colocados em movimento pela prática social.

⁹ O conceito de sobredeterminação é desenvolvido por Althusser, de modo mais proeminente, no artigo *Contradição e sobreterminação* ([1963] 1979). O filósofo parte da análise de que as contradições superestruturais têm consistência e eficácia (relativamente) autônomas. Se se fundem em uma unidade real, as diferenças características de cada uma delas não se dissipam em um todo homogêneo, mas sim constituem uma unidade aberta marcada pela sua natureza e pela sua eficácia própria e direcionadas pelas modalidades específicas da sua ação na formação social. Essa observação leva Althusser ([1963] 1979, p. 86-87, grifos do autor) a concluir que, ao conformarem essa “unidade”, “reconstituem e realizam, com efeito, essa unidade fundamental que as anima, mas fazendo-o, indicam também a sua natureza: que a ‘contradição’ é inseparável da estrutura do corpo social total no qual ela se exerce, inseparável de suas *condições* formais de existência, e das *instâncias* mesmas que governa”. A unidade é, assim, no seu seio, afetada pelas contradições secundárias; determinante e, no mesmo movimento, determinada. Ao ser determinada pelas diversas instâncias da formação social às quais dá vida, diz Althusser ([1963] 1979), pode-se dizer que a estrutura dominante, a econômica, é *sobredeterminada*.

Devido às influências das linguísticas formais que compartilharam o espaço de institucionalização da AD, é comum encontrarmos referências à noção de “materialidade” enquanto enunciado (em sentido fraco, “aquilo que é dito”, “materialidade da enunciação”) ou enquanto linearidade linguística (formulação, encadeamento sintático, “materialidade da língua”), no sentido de que tanto o enunciado quanto a formulação operam como “materialidade” do discurso.

Embora compreensível, é uma noção; um desvio formalista que se instalou no sistema teórico da AD (e nele tem convivido pacificamente). Ao nos comprometermos com as bases materialistas fundadas por Marx, “materialidade” diz respeito à matéria (realidade objetiva) colocada em movimento pela Prática Social, no sentido de que o que encontramos objetivamente no mundo é a ação operada pelo homem na reprodução/transformação das formas sociais. O que interessa à AD, portanto, não é o objeto empírico, mas o real em movimento; com isso, a “materialidade do discurso” não poderia ser o enunciado ou a formulação reconstruída pelo linguista, mas a própria prática discursiva concreta no instante de sua produção.

Devemos esta reflexão ao próprio Marx, que na primeira *Tese sobre Feuerbach de 1845* (revista por Engels em 1888) diz: “[o] principal defeito de todo o materialismo existente até agora – o de Feuerbach incluído – é que todo objeto [*Gegenstand*], a realidade [a materialidade], o sensível, só é aprendido sob a forma do objeto [*Objekt*] ou da *contemplação*; mas não como *atividade humana sensível*, como *prática* [...]” (Marx, [1845] 2007, p. 537, grifos do autor). O que complementa no desenvolvimento da tese oito, “[a] vida social é essencialmente *prática*” (Marx, [1845] 2007, p. 539, grifos do autor). Visando a noção de *materialidade* em AD, ela é reflexo de um “materialismo” que se centra no objeto, a coisa consumada, às custas, geralmente, de denegar o primado da atividade prática humana (o movimento). A contenda é atual, suas bases antigas. Lenin, tomando posição na luta filosófica contra o empiriocriticismo do início do século XX, melhor expressa a interpretação que buscamos sustentar:

“[o] que distingue essencialmente o materialista e o partidário da filosofia idealista é que o primeiro considera a sensação, a percepção, a representação e, em geral, a consciência do homem como uma imagem da realidade objetiva. O mundo é o movimento desta realidade objetiva refletida pela nossa consciência. Ao movimento das representações, das percepções etc., corresponde o movimento da matéria exterior. O conceito

de matéria só exprime a realidade objetiva que nos é dada na sensação. É por isso que separar o movimento da matéria equivaleria a separar o pensamento da realidade objetiva, a separar as minhas sensações do mundo exterior, quer dizer, a passar ao idealismo” (Lénine, [1908] 1975, p. 240).

Com base nos princípios expostos por Lenin, acreditamos que o problema que temos em mãos pode ser enfrentado, ainda que se produza alguma polêmica. Em *Semântica e Discurso*, diz Pêcheux ([1975] 2014, p. 190): “[d]iremos que o caráter material do sentido - mascarado por sua evidência transparente para o sujeito - consiste na sua dependência constitutiva daquilo que chamamos ‘o todo complexo das formações ideológicas [lemos, aqui, *Ideologia*]’”. Logo, o discurso se define na relação de dependência do sentido em relação à Ideologia, esta correspondendo, diretamente, às relações sociais. Como o discurso irrompe no batimento entre dois pontos, A e B (as representações do homem falando para outro homem), o processo de produção do discurso corresponde ao funcionamento de uma *base linguística* (não enquanto infraestrutura, mas *condição para*) em relação às representações postas em jogo nas relações sociais. Tomemos esta articulação pela designação de *enunciação* (Pêcheux, [1971] 2015b, p. 128-129) ou, mesmo, de *discurso* (Pêcheux, [1975] 2014, p. 147), pouco importa. Pêcheux nos autoriza a reivindicar o discurso, ele mesmo, como materialidade.

Para colocar a última pedra sobre o assunto, que as palavras de Althusser falem por nós: “A função da língua não é no mesmo plano = Já que não há função da língua! senão do *discurso* ao qual ela fornece sejam *significantes*, sejam os *elementos* (segmentos) constitutivos (como primeiro estrato) *de significantes*. Não há portanto, neste sentido, as *funções* da língua, pois a língua *não existe*: só existem os discursos” (Althusser, [1966] 1993, p. 135, tradução nossa, grifos do autor).

É nesse sentido que Herbert compreende a articulação entre materialidade e o domínio da *práxis*. Assumindo-a Prática Social como um todo complexo com dominante engendrado pelas práticas sociais específicas, Althusser ([1963] 1979) reconhece quatro instâncias: *a prática econômica*, *a prática teórica*, *a prática jurídico-política* e *a prática ideológica*. Enquanto a primeira diz respeito à prática de transformação da natureza em produtos pela ação dos homens (o trabalho, dominante das formações sociais capitalistas), as últimas se referem, respectivamente, à transformação das práticas ideológicas empíricas existentes em conhecimento, à transformação das relações sociais em novas relações sociais

através da constituição de estratégias de ruptura e à transformação da racionalidade dos homens e das formas como, imaginariamente, se relacionam com suas condições reais de existência (Althusser, [1963] 1979).

A partir de aí, Herbert firma uma posição polêmica que dá maior fôlego ao empreendimento althusseriano. Mantidas as demais dimensões, aquela referente à prática teórica é clivada: da prática teórica se desprende a *prática técnica*, a “transformação de matérias-primas extraídas da natureza – ou produzidas por uma técnica preliminar – em produtos técnicos, por meio de instrumentos de produção determinados” (Herbert, [1966] 2015, p. 24). Algumas modalizações operadas nessa definição merecem cuidado: a prática técnica especifica-se em relação à prática teórica e, a partir deste ponto, elas não mais se confundem; a sua especificidade se dá, em primeira análise, pelos instrumentos técnicos mobilizados para realizá-las; em última análise, a sua propriedade fundamental está na capacidade de transformar a natureza e de transformar técnicas preliminares, possibilitando o retorno de uma prática sobre suas semelhantes (assemelhando-se ao funcionamento da ideologia que, até então, conceitualmente, era a única capaz de refletir sobre si).

Para compreender melhor os deslocamentos propostos por Herbert, há que se reconhecer a definição de prática teórica que recupera em Althusser. Em suas palavras, ela consiste na “transformação de produto ideológico em conhecimento teórico, por meio de um trabalho conceitual determinado”, em que “o desligamento da teoria em relação à ideologia constitui o ‘corte epistemológico’” (Herbert, [1966] 2015, p. 24). Entendido como ponto de irrupção de uma ciência, o corte epistemológico sucede como um “ponto sem regresso” que marca a descontinuidade paulatina entre o conhecimento comum e o conhecimento científico, precedido por “demarcações”, isto é, processos de acumulação crítica (Pêcheux; Balibar, [1969] 1971). Conforme Pêcheux e Balibar ([1969] 1971), na nota que abre *Sobre a história das ciências* (Pêcheux; Fichant, [1969] 1971)¹⁰, o corte produz uma série de efeitos: o primeiro deles é a *ruptura epistemológica*, a interdição dos discursos ideológicos ou filosóficos que lhe antecedem; o segundo, é o de traçar limites (validações, invalidações ou segregações) a partir do corte entre uma ciência e as suas

¹⁰ Esta obra é resultado das três últimas edições (1968) do *Cours de Philosophie pour Scientifiques*, proferido por Pêcheux, Fichant e Regnault nas dependências *École Normale Supérieure*. Tal evento aconteceu a pedidos de Althusser em seu seminário na *Rue D’ulm* (Althusser, [1974] 1985).

concorrentes¹¹ no seio de uma dada formação teórica; e, por fim, o de conferir à ciência nascente sua “relativa autonomia” (“autônoma”, pois a sua perpetuação depende da manutenção do seu procedimento experimental e do lançamento, se necessário, de reformulações teórico-metodológicas; “relativa”, porque sua constituição ainda é relacionalmente determinada pelas suas semelhantes no todo complexo)¹². Portanto, ainda que articulados, as *demarcações*, o *corte* e as *reformulações* não são análogos (não cumprem a mesma função), ainda que sejam contingentemente homólogos (cumprem funções distintas, ainda que compartilhem a mesma natureza) – as demarcações podem (ou não) levar ao corte, e o corte pode demandar (ou não) reformulações. Sustentar o contrário “equivale a anular a própria eficácia dos conceitos de corte e de ruptura e a ceder praticamente terreno à posição ‘continuista’” (Pêcheux; Balibar, [1969] 1971, p 15-16).

Em uma tentativa de delinear a Prática Social como o todo complexo com dominante das práticas particulares, Herbert ([1966] 2015) parte do fator que determina em última instância as formações sociais capitalistas: o modo de produção. Entendendo-o como a articulação complexa das relações de produção (as diferentes formas de relação social que se estabelecem no âmbito produtivo) sobre as forças de produção (que contém as forças produtivas e os instrumentos de

¹¹ Aqui, uma ambiguidade proveitosa: “concorrente” tanto se refere à concomitância de certos elementos, quanto à necessária contradição-desigualdade-(sobre)determinação que há entre eles.

¹² Embora, aqui, sejamos levados a citar Pêcheux e Balibar, a elaboração teórica presente no excerto não se deve, fundamentalmente, aos autores, mas ao seminário proferido por Regnault no mesmo contexto das intervenções de Pêcheux e Fichant: o *Cours de Philosophie pour Scientifiques*. De acordo com as notas introdutórias feitas pelo comitê editorial da *Coleção Teoria* (editada pela Maspero entre os anos 1965-1981 e dirigida por Althusser) à obra *Sobre a história das ciências*, “em virtude de circunstâncias alheias à nossa vontade, não nos foi possível publicar a lição que F. Regnault proferiu no dia 26 de fevereiro de 1968 sob o título ‘o que é um corte epistemológico?’” (Pêcheux; Fichant, [1969] 1971, p. 9). Os escritos de Pêcheux e Balibar, deste modo, intervêm sob a justificativa de recompilar as definições preliminares indispensáveis à compreensão da exposição do próprio Pêcheux. Além disso, a autoria do conceito de *Ruptura epistemológica* é atribuída a Regnault por Althusser, em manuscritos publicados postumamente sob o título de *Notas sobre a filosofia* (Althusser, [1967-1968] 1997). Matheron, responsável pela reconstrução genética dos manuscritos, transcreve a seguinte nota sobre o curso de Regnault: “estando estabelecida uma ciência qualquer, se chamará *corte epistemológico* o ou os pontos de *não retorno a partir* do qual ou dos quais essa ciência começa... estando estabelecida uma ciência qualquer, se chamará efeitos epistemológicos desse corte os efeitos que este corte induz nas ideologias ou filosofias que a precedem. Esses efeitos podem ser de ordens plurais: a. tornar impossíveis um certo número de discursos ideológicos que precedem a ciência, romper com eles; é isto que chamaremos ruptura epistemológica...” (Althusser, [1967-1968] 1997, p. 358, tradução nossa, grifos do autor). Vemos que ela encerra os elementos gerais delineados por Pêcheux e Balibar nas *Definições* ([1969] 1971). Não é possível precisar, com base nos manuscritos em arquivo, as razões que levaram à “não-publicação” do texto de Regnault.

produção), a teorização do autor encontra seu lugar em duas inflexões sobre o conceito marxiano¹³.

A primeira delas se volta sobre a definição de modo de produção que, dentre os althusserianos, assumia a ordem de uma totalidade estrutural complexa. Balibar ([1968] 1980, p. 166), a exemplo, o define como “o sistema de formas que se representa em um estado da variação do conjunto dos elementos que entram necessariamente no processo considerado”. Após uma detida análise da letra d’*O capital*, o autor recupera três elementos universais entre os modos de produção, que se combinam de modo interdependente. São eles **1** o trabalhador, **2** os meios de produção (que englobam o **2.1** objeto de trabalho e **2.2** o meio de trabalho) e o **3** não-trabalhador (capitalista), que estabelece com os elementos que lhe sucedem **A** relações de propriedade e **B** relações de apropriação material (Balibar, [1965], 1980, p. 170). Na leitura da obra de Marx promovida pela Segunda e pela Terceira Internacional¹⁴, é comum que as relações entre os elementos **1** e **2** sejam remetidos à configuração das *forças produtivas*, enquanto a disputa dos elementos **1** e **3** sobre o elemento **2** sejam recobertos pelo conceito de *relações de produção*. A “leve” modalização realizada por Herbert, com a alternância de *forças produtivas* por “forças de produção”, eleva à dupla potência o escopo do conceito que passa a abarcar a *força produtiva* (a força de trabalho e os meios) e os *instrumentos de produção*.

O desconfortante deste primeiro deslocamento é que, ainda que central, “instrumento” não recebe uma definição primeira. Temos um empréstimo tomado da epistemologia e da história das ciências, como propõe Henry ([1969] 2014)? Ou uma hesitação? Direcionar-se por qualquer desses problemas é uma tarefa árdua, ainda mais que na tessitura herbertiana a mobilização dos termos “instrumento”, “ferramenta”, “técnica” e “dispositivo experimental” beira à flutuação. Com a devida cautela, há que se reconhecer que ambas as suposições são apressadas e acabam por bloquear o principal: a construção conceitual ao redor de “instrumento” não é um “a priori” em Herbert ([1966] 2015), tampouco um recuo retórico; é, ao mesmo tempo, arma para uma intervenção política nas Ciências Humanas e Sociais e

¹³ Sobre este aspecto, consideremos relevante considerar as discussões sobre a conceituação de modo de produção traçada a partir da página 41, em específico sobre o esforço de Balibar em definir os conceitos elementares do materialismo histórico. Sugerimos, ainda, a consulta ao capítulo *Modo de produção, formação social e conjuntura política* de Harnecker ([1968] 1981).

¹⁴ Este tópico será melhor aprofundado na página 42, ao abordar a interpretação de Stálin sobre a obra de Marx.

abertura do materialismo histórico para uma descoberta; enfim, uma *aventura teórica*.

Tem-se, então, os princípios que sustentam a segunda inflexão herbertiana delineada a partir da teoria materialista da história: a distinção dos instrumentos como elementos que compõem o quadro formal de qualquer modo de produção permite reconhecer uma (outra) forma de prática social, a *prática técnica*, que tem lugar entre as *práticas empíricas*. Aqui, mais um diálogo direto com Althusser ([1963] 1979), que reconhece a problemática da prática técnica, compreende a sua articulação com a prática empírica e a prática teórica e a investiga sob a forma de generalidade. Na avaliação althusseriana, uma problemática que solicitava um exame mais aprofundado e sobre o qual restaram apenas as linhas gerais.

Restaram duas notas de rodapé, mais precisamente. Vejamo-las:

9 A prática teórica produz conhecimentos, que, em seguida, podem figurar como meios a serviço dos objetivos de uma prática técnica. **Toda prática técnica se define por seus objetivos: os efeitos determinados a produzir em tal objeto, em tal situação. Os meios dependem dos objetivos.** Toda prática técnica utiliza entre esses meios conhecimentos que intervêm como processos: quer conhecimentos tirados de fora, das ciências existentes; quer "conhecimentos" que a própria prática técnica produz, para atingir o seu fim. Em todos os casos a relação entre a técnica e o conhecimento é uma relação exterior, não-refletida, radicalmente diferente da relação interior, refletida, existente entre uma ciência e os seus conhecimentos. (Althusser, [1963] 1979, p. 148, grifos nossos).

23 Essa Generalidade II, designada pelo conceito de "teoria", mereceria evidentemente, um exame mais aprofundado, que não posso empreender aqui. Digamos, simplesmente, que **a unidade do que chamo "teoria" raramente existe em uma ciência sob a forma refletida de um sistema teórico unificado. Não compreende somente, pelo menos nas ciências experimentais, conceitos em sua existência puramente teórica, mas igualmente todo o campo da técnica** na qual é investida uma grande parte dos conceitos teóricos. (Althusser, [1963] 1979, p. 61, grifos nosso).

Dos excertos mobilizados, guardamos duas elaborações que, em Herbert ([1966] 2015) encontramos já estabelecidas. **1** Na prática técnica os objetivos determinam unilateralmente os instrumentos, colocando-os sob uma ordem teleológica; disso decorre que a relação entre prática técnica e conhecimento é de ordem exterior e linear, fazendo da "teoria" um subproduto escravo dos fins técnicos que o determinam. **2** Na prática científica, por sua vez, a relação entre uma determinada ciência e os seus conhecimentos é refletida (complexamente articulada), mas, raramente, se apresenta unificada; isso porque a concepção de

prática ideológica e a prática teórica e, desta ruptura, opõe as ideologias aos conhecimentos científicos e a um espaço vazio. Este corte designa a *Ruptura epistemológica* que coloca o teórico em descontinuidade com o ideológico, ao mesmo tempo em que explicita a porosidade desta fronteira.

Estes elementos *faltam* na diagramação traduzida¹⁵. E os elementos nela inseridos são um *excesso* que dificulta, ainda mais, a compreensão do raciocínio proposto. A substituição de “{” por uma sucessão de “)” e “(” apagam a unidade contraditória entre A e B. A supressão do contorno “□” coloca a *prática empírica*, a *prática ideológica* e a *prática teórica* como elementos internos aos limites da Prática Social, esmaecendo o seu estatuto teórico de regionalizações que abarcam as práticas específicas traçadas dentro da totalidade¹⁶. Devido a esta mesma supressão, perde-se de vista que a Ruptura epistemológica é operada entre as regiões localmente unificadas no espaço da teoria e as técnicas regionais coexistentes no campo ideológico. Por fim, troca-se a *Rupture épistémologique* pelo próprio “Corte epistemológico”¹⁷, produzindo inconsistência conceitual ao colocar a causa no lugar do seu efeito; sua posição é colocada na base mais inferior do quadro, dando-nos a entender que o “Corte” ultrapassa o espaço delimitado por A e B e nos tira o vislumbre de que a ruptura epistemológica se opera no universal (todo complexo da Prática Social), no particular (regionalização de práticas) e no singular (práticas específicas) das formações, estabelecendo limites (que dão identidade a um domínio em relação à sua exterioridade, seus concorrentes) e fronteiras (conferindo-lhe *relativa autonomia*).

Feitas essas digressões, ficam mais precisas as menções de Herbert às relações de “continuidade” e de “ruptura”. As práticas sociais complexamente articuladas estabelecem entre si relações de diferenciação, que as organizam

¹⁵ Sobre este aspecto, julgamos relevante mencionar a primeira tradução brasileira deste ensaio herbertiano ([1966] 1972), publicada em 1972 pela revista *Tempo Brasileiro*, na qual as questões editoriais aqui levadas em consideração são mais fidedignas à diagramação francesa. Essa versão, hoje, tem pouca circulação na academia, principalmente por estar relacionada a outros grupos intelectuais que não os envolvidos com a análise de discurso materialista. A exemplo, podemos mencionar o projeto envergado pelo Prof. Carlos Henrique Escobar (Cf. KOGAWA, 2021), proeminentemente dedicado a uma semiologia materialista. Estas produções dialogam fortemente com o empreendimento athusseriano e com a linguística saussuriana, aproximadas pelos textos *Analyse de contenu et théorie du discours* (Pêcheux, 1967) e *Vers une technique d'analyse du discours* (Pêcheux, 1968) – ambos sem tradução para o português. Dada o atual impacto da tradução realizada por Orlandi e seus colaboradores nos Estudos em Análise de Discurso, justificamos o seu cotejamento.

¹⁶ Ao colocar essas designações fora do quadro das práticas específicas, Herbert as considera regionalizações particulares que articulam o singular e o universal na, da Prática Social.

¹⁷ Como vimos há pouco, “confusão” duramente criticada por Pêcheux e Balibar ([1969] 1971).

regionalmente de acordo com seus objetos e meios, operados por determinado processo de transformação efetuado por um trabalho específico. Dados esses fatores, o autor reconhece duas ordens de *relação* possíveis entre as regionalizações: uma, em que um dado domínio *inclui* o outro no seu terreno (entre prática empírica e prática ideológica); e outra, em que um certo domínio *exclui* seu concorrente (entre prática ideológica e prática teórica). Não pontua, entretanto, aquela em que um segundo domínio media um primeiro para um outro (a prática ideológica *media*, representa imaginariamente, a prática empírica para a prática teórica). Isso, talvez, porque seu enfoque está sobre a dissimetria que institui a prática teórica. Na instância A (instrumentos de produção), a prática teórica transforma as práticas técnicas em conhecimentos científicos. Na instância B, entretanto, “o que é preciso registrar?” (Herbert, [1966] 2015, p. 26).

O problema exposto leva a uma reestruturação do quadro:

Quadro 3 – A dissimetria sobre a prática teórica (tradução brasileira)

	Prática empírica	Prática ideológica	:	Prática teórica
			:	
A	(Prática) técnica	Ideologia pré-científica	:	Conhecimentos científicos
	()		:	
	()		:	
Prática Social	()	Prática Filosófica	:	
	()		:	
	()		:	
B	(Prática) política	Ideologia (jurídica) moral (religiosa) artística	?	

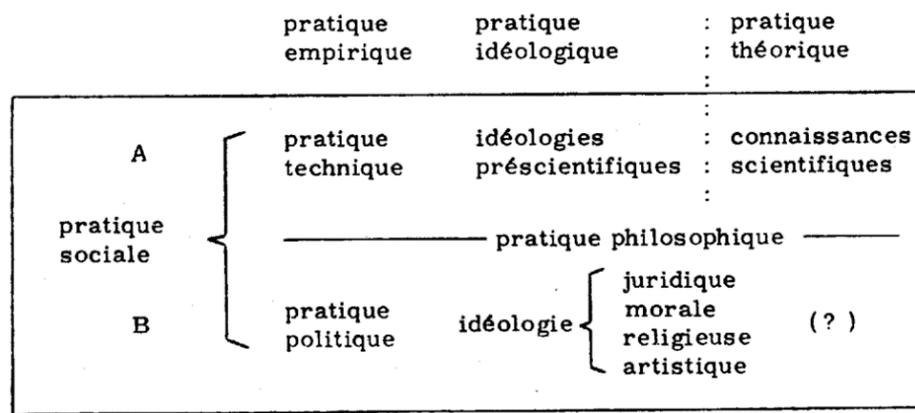
Fonte: reproduzido de Herbert ([1966] 2015, p. 26).

As precisões realizadas são inúmeras e, ao mesmo tempo, desconcertantes. Agora, todos os domínios de práticas são grafados com iniciais maiúsculas. Todas elas mudaram de estatuto? A prática técnica está mais localizada no terreno da prática empírica e a prática política se avizinha bastante da prática ideológica. Haverá uma gradação em que a técnica é “menos ideológica” que a política? A

“Prática Filosófica” ocupa o lugar central do quadro, outrora envergado pela “ideologia”. Será ela o “novo” núcleo da prática ideológica? A “Ideologia” (em geral) e as ideologias particulares (“jurídica”, “moral”, “religiosa”, “artística”) aparecem agrupadas na parte central-inferior. Estarão elas sendo simetrizadas? A “*Rupture épistémologique*” dá lugar a um “?”. É questionada a existência desse efeito do corte epistemológico?

Assim traçadas, essas suspeitas retornam-nos ao texto de partida:

Quadro 4 - A dissimetria sobre a prática teórica (texto de partida)



Fonte: Herbert (1966, p. 143).

Abandonadas as iniciais maiúsculas e restituídos os elementos aos seus devidos lugares, este segundo quadro difere do primeiro, principalmente, pela sua organização. Se o primeiro girava ao redor da Prática Social em geral, este se estrutura em razão da prática teórica, motivo pelo qual as práticas específicas são rearranjadas conforme seu lugar na produção: matéria prima ou produto. Neste sentido, na instância de A (instrumentos de produção), os conhecimentos científicos são alocados como produtos do processo de transformação operado pela prática teórica sobre a prática técnica e as ideologias pré-científicas. Na instância B (relações sociais), por outro lado, o lugar do produto é uma incógnita “(?)”, dando espaço ao questionamento.

“não está claro que as ciências sociais, sob a forma organizada psicologia, da sociologia e da psicologia social vêm ocupar *por direito* o lugar deixado vazio? Não está claro, com efeito, que os conhecimentos científicos que elas já produziram efetuam uma retro-alimentação sobre as relações sociais, de mesma forma que a teoria física retro-determinou a prática técnica?” (Herbert, [1966] 2015, p. 27).

Ao responder os questionamentos postos, Herbert ironiza o senso comum e parte do princípio de que, se houvesse se constituído uma ruptura, ela se instituiria no instante em que as ciências sociais tivessem abandonado o juízo sintético “filosófico” que se lançava, até então, sobre as relações sociais. A partir disso, supor-se-ia que o problema da constituição das ciências sociais obedecia a uma necessidade técnico-normativa, de tal modo que a incorporação de metodologias experimentais, quantitativas e formais seriam capazes de “atestar esta ruptura, e para abrir a era científica do objeto social” (Herbert, [1966] 2015, p. 27).

Dadas as menções a Kant que, na tessitura, se seguem à expressão “reflexão sintética”, é bem possível que tenhamos uma alusão à projeção metafísica lançada sobre os fenômenos sociais, compreendendo-os aprioristicamente ou *a posteriori* em relação à experiência. No transcendentalismo, o conhecimento especulativo é erigido sobre bases sintéticas a priori (intuição pura), que, por não se basearem no princípio de identidade entre sujeito e predicado $A = B$, colocam A e B em relação contraditória, tomando-a como universal e necessária, de modo que B é regulado pela faculdade intuitiva de A (Kant, [1781] 2015). Cientes do diálogo constante entre Pêcheux e a filosofia fregeana¹⁸, depreendemos, também, uma referência (e não necessariamente uma concordância) à recusa de que juízos fenomenológicos (intuição empírica, juízos sintéticos *a posteriori*) pudessem servir de fundamentos para uma ciência (eles deveriam ser lógico-analíticos), aceitando, entretanto, a intuição pura (um juízo sintético *a priori* que leva à autoevidência dos axiomas) como base da geometria euclidiana (Frege, 1983) – um caso excepcional.

Levemos a diante as implicações deste crivo. Na tentativa de se distanciar das filosofias especulativas transcendentais, as ciências sociais adotam a experimentação como meio “capaz” de transformar fatos particulares/empíricos em modelos de recorrência, de modo que esses modelos “atestam” a necessidade e a universalidade dos conhecimentos produzidos. A formalização dos modelos, neste empreendimento, busca acobertar a sua matéria-prima que, por ser radicalmente empírica e particular, jamais se prestaria à universalização. Ao fugir das reflexões sintéticas a priori, as ciências humanas recaem nos juízos sintéticos *a posteriori*. Sob

¹⁸ Dentre as obras em que Pêcheux estreita discussões com a proposta por Gottlob Frege, destacamos *Semântica e Discurso* (Pêcheux, [1975] 2014), em que a crítica sobre o estatuto das estruturas relativas na filosofia fregeana permitem a delimitação do conceito de pré-construído, e o *Matériel en vue de l'article: Complétives/Infinitifs/Infinitives* (1983), no qual as reflexões de Frege e de Wittgenstein possibilitam a definição metodológica dos mecanismos de força sintática. As referências à Filosofia Analítica são uma constante no empreendimento pêcheuxtiano.

a nova roupagem, adornada pelo empirismo e pelo formalismo, sub-repticiamente, a estrutura ainda é a mesma: a especulação. Baixo esta constatação, as ciências sociais ocupam *de fato* o lugar de “(?)” na divisão social do trabalho teórico, mas não o ocupam *de direito* (Herbert, [1966] 2015, p. 27); em outras palavras, para a *doxa* pouco importa o estatuto de uma ciência, o fundamental é que ela ocupe o lugar de uma. Visando desenvolver estes aspectos, buscaremos aprofundar, na próxima seção, os elementos que articulam as práticas técnicas às relações de produção.

0.2 Sobre o primado das Relações de produção

A posição de Herbert se institui como recusa à reprodução da epistemologia como julgamento transcendental. “[N]ão se trata mais de julgar as ciências segundo o estilo kantiano, ou de reprimi-las de maneira fenomenológica, o que volta sempre, em última análise, a exhibir as perversões da subjetividade científica e, ao fazer isso, a lançar no mercado uma nova ideologia filosófica” (Herbert, [1966] 2015, p. 24). O método de trabalho empregado supõe uma quebra com estes princípios, e se propõe como o *novo trabalho da Teoria* capaz de analisar as articulações do todo complexo contraditório em que estão situadas as práticas científicas (teóricas e não-teóricas, quer dizer, pré-científicas e ideológicas). Distanciando-se da vulgata, o autor não postula que de fato houve uma disputa de terreno entre a “filosofia” e as ciências sociais. Antes disso é indispensável examinar a conjuntura sem tomá-la como um já-lá (*as ciências humanas que nasceram para nos salvar sempre existiram*). Deslocando o problema, “dado que as ‘ciências sociais’ existem e têm hoje uma situação estável, por qual necessidade da estrutura histórica global elas existem?” (Herbert, [1966] 2015, p. 27).

Dada a mobilização da “necessidade” como um qualificador de “estrutura”, poderíamos interpretar que a estrutura da Prática Social se organiza de modo a preencher suas lacunas, justificando a visão de que “as ciências sociais existem porque o todo complexo da Prática Social tem horror ao vazio” ([1966] 2015, p. 27). Entretanto, o termo remete às forças que se articulam no todo e disputam a *comanda* das práticas específicas, aplicando-lhes uma necessidade externa em razão de “interesses” de classe. É este o caso das ciências sociais, que se conformam como respostas instrumentais. A exemplo, “as práticas técnicas de ferraria artesanal respondem à demanda de uma *prática social definida* – a

sociedade agrícola feudal – da mesma forma que as da metalurgia, no *sentido atual do termo*, respondem à demanda da sociedade industrial” (Herbert, [1966] 2015, p. 29, grifos nossos)¹⁹.

Chamamos atenção a “prática social *definida*” e “sentido *atual* do termo”. Eles nos dão a vislumbrar que toda relação de demanda social é determinada pela historicidade de certas condições de produção, de modo que a mudança de conjuntura histórica leva (contingencialmente) ao rearranjo das relações de dominação das técnicas e da sua finalidade – possibilitando, inclusive, que uma mesma técnica responda a demandas distintas conforme os domínios de práticas que delas se apropriem. Com isso, a necessidade estrutural não é determinada aprioristicamente, mas, sim, movimenta-se no instante em que se estabelecem novas relações sociais. A contingência do enlace entre uma demanda social e uma prática técnica precede logicamente a necessidade dessa relação²⁰ e, uma vez estabelecida, a prática técnica é interpelada pela demanda social. Dado o estatuto dessas observações, Herbert alcança a definição de uma primeira lei que buscará demonstrar: “a lei da *resposta* técnica a uma *demand*a social é constitutiva da prática técnica” (Herbert, [1966] 2015, p. 29, grifos do autor), à qual, com base nos princípios da lógica proposicional (Hurley, 1991), correspondemos as seguintes equivalências: “a lei [()] da *resposta* técnica [B] a uma [⇒] *demand*a social [A] é constitutiva [⇐v⇒] da prática técnica [C]”²¹.

De início, poderíamos compreender esta lei e a sua inserção na prática técnica a partir de duas operações lógicas²², em que A, B e C se estabelecem como:

$$1 - (A \Rightarrow B) \Rightarrow C \quad \text{ou} \quad 2 - (A \Rightarrow B) \Leftarrow C$$

¹⁹ Um outro exemplo mobilizado por Herbert é recuperado de Marx, especificamente do primeiro livro *d’O capital*, em seu XIV capítulo. Trata-se da alusão às cheias do Nilo. Diz Marx: “A necessidade de calcular os movimentos periódicos do Nilo criou a astronomia egípcia e, com ela, o domínio da casta sacerdotal como dirigente da agricultura” ([1867] 2011, p. 582). Mais adiante, na página 37, retornaremos a este diálogo.

²⁰ Após estas investidas, resta algo da *physis* aristotélica nesta concepção de teleologia?

²¹ Inclinao-nos, em um primeiro momento, a representar a relação entre “constituído” e “constituído” pelos operadores lógicos de pertencimento (\exists, \in). Dada a sua insuficiência, optamos pelo uso dos operadores de implicação (\Leftarrow, \Rightarrow), que nos dão uma acepção mais ampla de condicionalidade material entre conjuntos, permitindo reconhecer relações de implicação linear entre antecedente (causa) e conseqüente (efeito) - o que se expande na análise da relação entre predicador principal e seu argumento na copulativa, como veremos mais adiante.

²² Em que: A – demanda social; B – resposta técnica; C – prática técnica; () – conjunto da lei; \Rightarrow – condicional.

A diferença entre ambas as notações reside na última operação que deriva do conjunto da lei ($A \Rightarrow B$), que pode atestar a sua relação de dominância sobre $\Rightarrow C$, ou sua dependência sob $\Leftarrow C$. No primeiro caso, a unidade dissimétrica entre a resposta técnica e a demanda determinariam por antecedência a prática técnica, de modo linear e a apriorístico. No segundo caso, a exceção da inversão da relação de dominância, mantém-se o mesmo quadro, em que a causalidade simples localiza a prática técnica como polo de origem. Em ambas as realidades, o funcionamento da lei da *resposta/demanda* derivaria em operações aberrantes no sistema conceitual materialista (na leitura leninista-althusseriana, ao menos).

Dado o diálogo que se estabelece com Marx, Herbert se afasta da concepção de *lei da natureza física* (uma generalização que se baseia na reincidência empírica de um certo fenômeno) e se aproxima de uma segunda concepção, de caráter materialista, expressa, por exemplo, na lei do valor-trabalho que encontramos n’*O Capital*. Na leitura de Althusser ([1976~1978] 2019), ainda que ambas sejam necessárias, elas não estão em contínuo e tampouco se assemelham. “*As leis da natureza não são ‘tendencias’, ou seja, não são conflituosas, não estão sujeitas a revoluções*, ao passo que as leis que regem a relação de produção são leis que opõem uma classe a outra e, portanto, pressupõem um conflito e a manutenção ou a derrubada da ordem estabelecida” ([1976~1978] 2019, p. 123, grifos do autor).

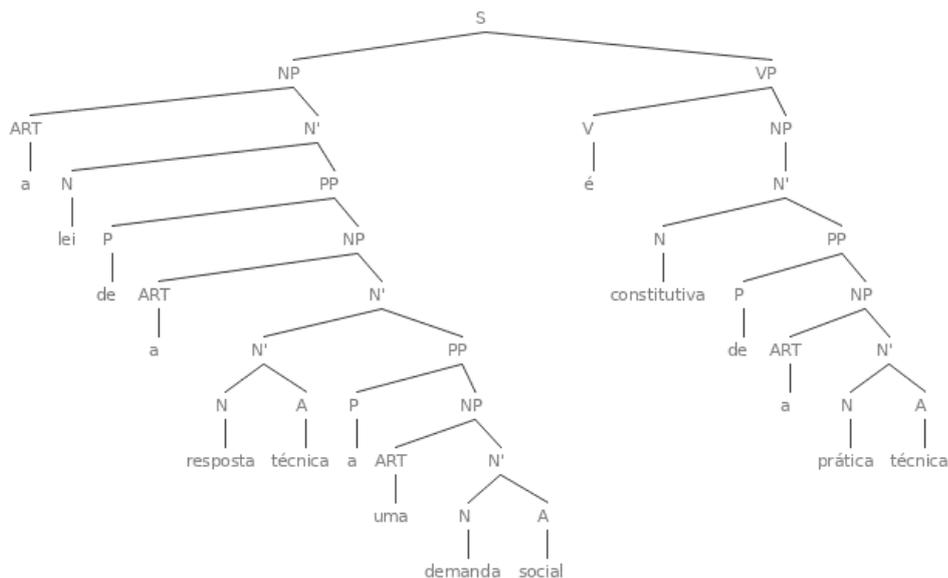
Em outros termos, as leis que vemos delineadas nesta primeira intervenção herbertiana não são a-históricas e externas a uma formação social determinada, mas, sim, internas à produção e às relações sociais contraditórias-desiguais-sobredeterminadas que as regem – são sempre particulares e, por isso, históricas. Cabe salientar, por outro lado, que as leis particulares são remetidas a *princípios* que não são universais, mas “operadores” interpretativos de uma ciência. Althusser, contrapondo as articulações do sistema conceitual do “jovem Marx” e do “Marx da maturidade”, dá-nos um vislumbre do funcionamento epistemológico dos princípios:

“eles não são *a verdade* do processo que se pretende estudar (como são todos os princípios de uma história no ‘futuro do pretérito’). Eles não são *a verdade de*, são *a verdade para*, são *verdadeiros*, como condição para a proposição legítima de um problema, e portanto, por meio desse problema, para a produção de uma produção verdadeira”. ([1960] 1979, p. 51, grifos do autor).

Talvez, por isso que Herbert não mobilize a lei isoladamente, mas, sim, inserida por um terceiro elemento que é, ao mesmo tempo, seu espaço e a sua condição. A astúcia herbertiana demanda ir além da simetria linear. Mesmo que o verbo de ligação (é) coloque uma relação de dependência sintática o sujeito (*constitutiva da prática técnica*) e o predicativo (*a resposta técnica a uma demanda social*), o operador lógico da sentença não é “ser”.

Pontuamos que a estrutura sintática da redação da referida lei é a mesma em português e francês. Para fins metodológicos, dedicaremos atenção à tradução, sem perder de vista a correspondência de sentido em ambas as línguas. Para que possamos nos justificar, vejamos em pormenores esta análise:

Figura 1 – 1ª lei da prática técnica



Fonte: elaboração própria.

O simples reconhecimento da organização sintática da primeira lei nos dá a reconhecer a estrutura simples que nos deu os problemas expostos nas notações lógicas 1 e 2. Trata-se, na terminologia de Mira Mateus (*et al*, 2003), da *construção passiva adjetival*, expressa em (0a), cuja estrutura sintática é idêntica às frases copulativas. Em uma tentativa de parafraseá-la, invertendo a ordem sujeito/predicativo, deparamo-nos com (0b), uma construção passiva sintática, que inverte a relação de dependência entre predicativo do sujeito e sujeito, sendo o primeiro o predicador principal e o segundo seu argumento.

(0) (a) A lei da resposta técnica a uma demanda social é constitutiva da prática técnica.

$$(B \leftarrow A) \Rightarrow C \text{ }^{23}$$

(b) A prática técnica é constituída da lei da resposta técnica a uma demanda social.

$$C \Rightarrow (B \leftarrow A) \text{ }^{24}$$

A relação de engendramento desloca “a prática técnica” do papel de predicador secundário a predicador primário, e apenas repete as relações simétricas há pouco observadas. Para ir além delas, faz-se necessário intervir operações de *forçagem*²⁵ sintática que, na qualidade de instrumentos de interpretação lançados sobre o discurso e sua base linguística, mostram-se capazes de mapear pela deriva dos sintagmas as flutuações de significação (Pêcheux, [1983] 1984; Gadet; Léon; Pêcheux, [1984] 2014).

Aqui, referenciamos dois textos, ambos elaborados em 1983 e publicados na *Linx - Revue des linguistes de l'université Paris X Nanterre*. O segundo, recebe a autoria de Pêcheux *in memoriam*, mas não contém a sua letra; o primeiro foi elaborado por ele, mas é um material de trabalho cuja publicação não era prevista (embora devesse integrar a versão final, na sua integralidade ou parcialmente). Isso se deve à morte precoce do autor, que deixou o projeto que compartilhava com Françoise Gadet e Jacqueline Léon inacabado. Distinguindo-se dos textos publicados na segunda metade dos anos 1970, especialmente *Les vérités de La Palice*, em que Pêcheux se voltava ao funcionamento do *pré-construído* e do *discurso transverso* nas construções de encaixe sintático (as relativas restritivas e determinativas), o material de trabalho e a exposição posteriormente escrita por

²³ Esta formalização pode ser lida como: “se a resposta técnica (B) é uma implicação lógica da demanda social (A), então a prática técnica (C) é verdadeira”. Em outros termos, se a resposta técnica é uma implicação lógica da demanda social, então a prática técnica é verdadeira.” Essa leitura representa a relação lógica entre os conceitos de demanda social, resposta técnica e prática técnica.

²⁴ Esta formalização pode ser lida como “Se a prática técnica (C) é verdadeira, então a resposta técnica (B) é uma implicação lógica da demanda social (A)”. Isto é, se a prática técnica é verdadeira, então a resposta técnica é uma implicação lógica da demanda social; uma torção da relação de implicação inserida pela formalização anterior.

²⁵ Na tradução brasileira do texto de Gadet, Léon e Pêcheux ([1984] 2014), o termo *forçage* é traduzido por “violação”. De encontro a esta posição, Maliska (2014, p. 180), lembra-nos que o par de operações *forçage* e *chiffonage* aparecem nos últimos seminários lacanianos, sendo o primeiro “por onde um psicanalista pode fazer soar outra coisa que o sentido’, pois o sentido obstrui [satura] e o *forçage* abre, rompe, quebra. O termo *forçage* não possui inscrição no léxico da língua portuguesa; a sua aproximação com forçamento perde a riqueza de sua potência. Em francês, *forçage* significa: ‘Cultura de plantas antes da estação’ (Morvan, 1995, p. 305, tradução nossa), também pode ser entendido como fora da estação ou num lugar inapropriado”. Acontece que, no Brasil, “forçagem” designa, justamente, as técnicas de “antecipar”, isto é, ativar o crescimento ou a colheita de culturas; motivo pelo qual, mantendo a metáfora lacianiana (que se perde na tradução brasileira), optamos por mobilizar a tradução *forçagem*.

Gadet e León se dedicam ao funcionamento discursivo da *estabilidade/saturação* nas formas completivas e infinitivas. Nestes, as operações de *forçage* são mobilizadas como procedimentos de manipulação sintática ou lexical que intervêm, simultaneamente, sobre a base linguística e o discurso – um aprimoramento dos mecanismos de parafraseagem típicos da AAD-69 a partir do diálogo com a filosofia analítica, o funcionalismo linguístico em sintaxe e, principalmente, a teoria do valor saussuriana.

Diante de uma situação hipotética em que

se pudesse associar uma forma lógica estável a cada verbo, em um universo discursivo estável, onde cada verbo apresentasse uma lista fechada e constante de argumentos, então todas as construções seriam plenas [saturadas], as elipses não passariam de facilidades de escrita, e não se poderia jamais “deslocar” uma construção. [...] Chamamos a tais deslocamentos de [forçagem]; trata-se da tentativa, da ordem de uma manipulação gramatical, de fazer um verbo aceitar uma construção que seja complementar à sua construção reconhecida em relação a um ponto determinado [...]. (Gadet; León; Pêcheux, [1984] 2014, p. 222).

Dedicada, primariamente, aos discursos ordinários e à sua equivocidade, mobilizamos a forçagem como recurso para a leitura do discurso teórico. Logo, na realização das paráfrases e na interpretação espelhada das suas formulações, não atuamos, apenas, sobre o linguístico e o discursivo, mas fundamentalmente sobre o conceitual, atentando a possíveis deslocamentos na tessitura que se dão a entrever no batimento entre *uma construção sob uma outra*.

Sob a ótica de Gadet, León e Pêcheux,

“Levar em conta o significante nos conduz a formular a hipótese de que a interpretação de dois enunciados parafrásticos supõe sempre ao menos um [ε] de diferença de sentido: este [ε], nós [o] chamaremos de espelhamento sintático. Todas as paráfrases. Obtidas ou não por [forçagem], supõem a presença de um espelhamento em sua interpretação” (Gadet; León; Pêcheux, [1984] 2014, p. 240, inserções nossas com base na versão de partida).

Com base nesses princípios, já explorada a inversão do sujeito e do predicativo na construção passiva adjetiva (copulativa), conformando-a em passiva sintática, restam-nos dois outros deslocamentos sintáticos:

- (1) (a) A lei da resposta técnica a uma demanda social é constitutiva da prática técnica.
 $(B \Leftarrow A) \Rightarrow C$ ²⁶
- (b) A prática técnica é constituída da lei da resposta técnica a uma demanda social.
 $C \Rightarrow (B \Leftarrow A)$ ²⁷
- (c) A prática técnica constitui a lei da resposta técnica a uma demanda social.
 $C \Rightarrow (B \Leftarrow A)$ ²⁸
- (d) A prática técnica constitui-se da lei da resposta técnica a uma demanda social.
 $C \Leftrightarrow (A \Rightarrow B)$ ²⁹
- (d') A prática técnica constitui-se ela própria da lei da resposta técnica a uma demanda social.
 $((A \rightarrow B) \Leftrightarrow C) \Leftrightarrow C$ ³⁰

Desde os gramáticos clássicos, convencionou-se que a relação diferencial entre (1a), (1b), (1c) e (1d) reside na diátese, isto é, no papel temático (agente, paciente) exercido pelo sujeito em razão à raiz argumental do verbo. Na leitura de Mira Mateus, ambos os exemplos “descrevem sensivelmente o mesmo tipo de situação e obedecem às mesmas condições de [sentido]” (*et al*, 2003, p. 521), de maneira que (1a) e (1b) são perspectivadas por uma diátese passiva, (1c) por uma diátese ativa e (1d) por uma diátese reflexiva.

Diferente da inversão operada por (1b) sobre (1a) (de argumento secundário a principal), o espelhamento entre (1c) e (1a) se pauta no deslocamento dos papéis temáticos, de paciente a agente, e *vice-versa*. Antes, a “prática técnica” ocupava o lugar de “constituído” pela “lei”; agora, é “constituidora”. A dissimetria entre (A e B) e C tem seu polo invertido, mantendo a disjunção identificada na formulação de base. Como último recurso, apelamos à contingente forma reflexiva do verbo *constituir*, formulando (1d). Recai-mos, portanto, em uma construção de diátese reflexiva.

²⁶ Esta formalização pode ser lida como: “se a resposta técnica (B) é uma implicação lógica da demanda social (A), então a prática técnica (C) é verdadeira”.

²⁷ Esta formalização pode ser lida como: “se a prática técnica (C) é verdadeira, então a resposta técnica (B) é uma implicação lógica da demanda social (A)”.

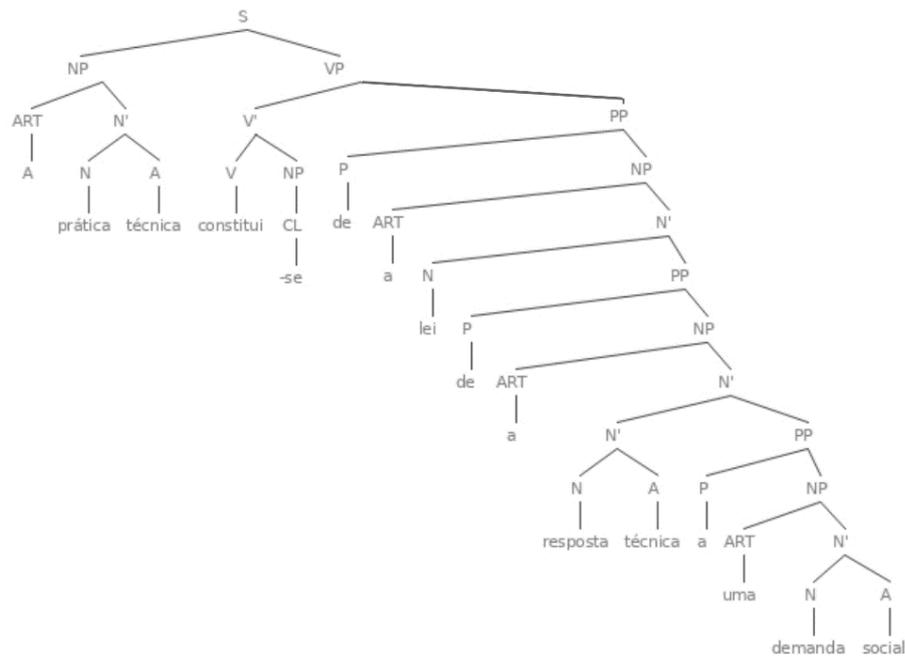
²⁸ Esta formalização tem sentido similar ao da sua sucessora.

²⁹ Esta formalização pode ser lida como “a prática técnica (C) é adequada se e somente se a resposta técnica (B) para a demanda social (A) é válida, e *vice-versa*”. Com ela, perde-se a implicação lógica linear presente nas paráfrases anteriores e introduz-se uma relação bicondicional (que, aqui, lemos como causalidade estrutural).

³⁰ Esta formalização, reduplicada, pode ser lida como: “a prática técnica (C) é verdadeira se e somente se a relação de implicação entre a demanda social (A) e a resposta técnica (B) é verdadeira e a prática técnica (C) é consistente consigo mesma”. Neste caso, C é consistente consigo mesma porque se implica na relação entre A e B, evidenciando causalidade estrutural.

Mira Mateus (2004), dedicada a sistematizar essa forma, coloca em relevo que as estruturas reflexivas das línguas românicas³¹ aceitam a inserção de advérbios orientados para o agente, e até mesmo adjuntos finais que possuem sujeito controlado pelo argumento implícito da passiva, mostrando que o papel temático externo está presente (*et al*, 2003, p. 532). Sintaticamente, o clítico “-se” não é uma partícula apassivadora que bloqueia a transitividade direta de “constituir” ao atuar como especificador do sintagma verbal, mas trata-se de um clítico argumental de referência definida (Mira Mateus, *et al*, 2003, p. 835), podendo ser identificado como tal por admitir a construção de redobro formulada em (1d’) que atesta a sua posição acusativa. Observemos construção sintática da paráfrase (1d):

Figura 2 – Remontagem da 1ª lei da prática técnica



Fonte: elaboração própria.

A construção parafrástica (1d), que na base (1a) envergava um NP (sintagma nominal) complexo e um VP (sintagma verbal) simples, passa a ter estrutura avessa. A principal transformação operada está na restituição do deverbal “constituída” à ordem de verbo, fazendo emergir o clítico -se. Com isso, “prática técnica” ocupa o lugar de sujeito sintático e, ao mesmo tempo, se implica como paciente no complemento direto. Com isso, o mesmo referente é reivindicado por dois

³¹ Frisamos, neste sentido, que as análises sintáticas correspondem tanto à formulação da lei em francês, quanto em português.

argumentos: como “prática técnica”, é o sujeito (*constituidor*); como “-se”, é o complemento direto (*constituído*).

Essa inversão nos dá a entrever uma questão mais profunda. Na voz passiva adjetival, “o predicativo do sujeito é o predicador principal da frase e o sujeito um argumento deste” (Mira Mateus, *et al*, 2003, p. 521) – o predicativo “absorve” o sujeito. Depreendemos que o sentido de (1a) beira a tautologia, fazendo-se necessária a intervenção de (1b) e (1c) para que o deverbais “constitutiva” seja deslocado para a ordem de verbo, abrindo espaço para argumentos distintos no batimento entre o complemento indireto (é constituída da lei) e direto (constitui a lei). É somente com (1d) que a operação de forçagem colocada sobre a diátese consegue fazer emergir a reflexividade do verbo, fazendo-o se abrir a dois argumentos.

As observações traçadas são suficientes para que retornemos ao problema das representações lógicas há pouco formuladas. As notações $(A \Rightarrow B) \Leftarrow C$ e $(A \Rightarrow B) \Rightarrow C$, enquanto derivações possíveis de (1a), são bloqueadas pela reflexividade posta pelo clítico “-se” em (1d). A causalidade simples, antes impressa na relação entre os conjuntos $(A \Rightarrow B)$ e C , instauraria um espaço de coerção lógica binária e linear (Pêcheux, [1983] 2015, p. 30) em que $(A \Rightarrow B)$ são causa de C , e o segundo reflete a unidade dos primeiros (ou *vice-versa*). Em última instância, haveria homogeneidade entre demanda social e resposta técnica, ambas constituindo uma unidade dominada pela prática técnica em $\Leftarrow C$ ou uma unidade que domina a prática técnica em $\Rightarrow C$.

Em (1d), por seu turno, o estatuto de “prática técnica” passa por uma dobra, de modo que ela pode ser considerada interna e externa à predicação. Derivando a discussão formal para a conceitual, temos na estrutura linguística as marcas da operação teórica: a prática técnica (como toda prática, aliás) não se confunde com o produto, e tampouco com a demanda; ela é o motor que coloca em coexistência instâncias mutuamente heterogêneas. Sua função é a de *mediar* a relação entre certa demanda e dada resposta técnica. A causalidade que aí se estabelece não é do tipo $A \Rightarrow B$, linear, mas, sim, sobredeterminada. “[A]s [respostas] técnicas são determinadas, uma vez que elas recebem de algum lugar uma demanda, e determinantes de vez que é o leque das respostas possíveis por elas propostas que torna possível a existência da demanda” (Herbert, [1966] 2015, p. 34). A sobredeterminação posta entre A e B, coloca A, ao mesmo tempo, como

determinante e sobredeterminada, tornando indiscutível a dominância de A (demanda social) sobre B (resposta técnica) e inútil a busca por uma origem. De aí a justificativa de mobilizarmos a notação $((A \rightarrow B) \Leftrightarrow C) \Leftrightarrow C$.

Conceitualmente, esta posição é o inverso do argumento d'O *Capital* de que “[é] a necessidade de controlar socialmente uma força natural, de poupá-la, de apropriar-se dela ou dominá-la em grande escala mediante obras feitas pela mão do homem [seja] o que desempenha o papel mais decisivo na história da indústria” (Marx, [1867] 2011, p. 582). Para desdobrar, de maneira mais assertiva, o problema colocado por Herbert, retornemos ao célebre prefácio da *Contribuição à crítica da economia política* marxiana:

na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; *essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais*. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. *Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes*, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade *no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então*. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, *essas relações convertem-se em entraves*. Abre-se, então, uma época de revolução social. A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura. [...] *Uma sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter, e as relações de produção novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade*. *Eis porque a humanidade não se propõe nunca senão os problemas que ela pode resolver, pois, aprofundando a análise, ver-se-á sempre que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir*. Em grandes traços, podem ser os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno designados como outras tantas épocas progressivas da formação da sociedade econômica. As relações de produção burguesas são a última forma antagonica do processo de produção social, antagonica não no sentido de um antagonismo individual, mas de um antagonismo que nasce das condições de existência sociais dos indivíduos; as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para resolver esse antagonismo. *Com essa formação social termina, pois, a pré-história da sociedade humana*. (Marx, [1859] 2008, p. 47-48, grifos de Althusser [1969], 2008).

Balibar ([1968] 1980) e Althusser ([1969] 2008) apontam que o referido excerto é uma das únicas passagens das obras de Marx em que há uma

apresentação sistemática dos conceitos elementares do materialismo histórico, o que explica o estatuto de “clássico” que assumiu. De acordo com os autores, falta nele, entretanto, menções ao Estado, às classes sociais e à luta de classes que, uma década antes, fora tomada como “motor da história”, em geral, e das “revoluções sociais”, em específico, como postula o *Manifesto Comunista* (Marx; Engels, [1848] 2010). No prefácio, a revolução social restringe-se às contradições entre forças produtivas e relações de produção, repousadas sobre as demandas que a “humanidade” se propõe e responde. Outro elemento que constitui estas proposições diz respeito às suas condições de produção. Como salienta Althusser ([1969] 2008), os registros epistolares trocados entre Marx e Engels demonstram que esse havia retomado a leitura entusiasmada da *Ciência da Lógica* em 1858, o que justifica os traços da filosofia idealista presentes na *Contribuição à crítica da economia política* [1858] e, paralelamente, nos *Grundrisse* [1857-1858] – perspectiva bastante distinta daquela que encontraremos n’O *Capital* [1867], cuja abordagem metodológica se constrói pela negação da dialética especulativa.

“Traços” do método especulativo é um eufemismo diante do que aponta a leitura althusseriana. Em nota publicada como apêndice dos manuscritos *Sobre a reprodução*³², o filósofo ([1969] 2008) destaca os trechos marcados em itálico que há pouco encontramos na citação de Marx e reconhece que se devem a Hegel, especialmente a sua *Filosofia da História*. Eles não se configuram como um “empréstimo” dos termos idealistas, mas pela atualização dos conceitos, em si, sem qualquer modificação estrutural, de maneira que “o conjunto desses termos hegelianos forma um sistema que funciona no texto de Marx segundo a concepção hegeliana” (Althusser, [1969] 2008, p. 232). Há, inegavelmente, termos cunhados por Marx, como forças produtivas, relações de produção, base, superestrutura e

³² Ainda que o referido apêndice ([1969] 2008) seja conhecido por formular com maior acuidade a tese do primado das relações de produção sobre as forças produtivas, a discussão é defendida por Althusser, pelo menos, desde 1965 em *Lire Le Capital*, sob a pena de Balibar ([1968] 1980), e em cartas ([1966a] 1993) trocadas com René Diatkine, seu psicanalista. Sua produção no final da década de 1960 restou manuscrita, com exceção do texto de apresentação que redigiu para o lançamento da segunda edição, de janeiro de 1970, dos *Principes élémentaires du matérialisme historique*, de Martha Harnecker ([1968] 1981). Relançado nas *Positions*, sob o título de *Marxismo e luta de classes*, a precisão althusseriana nos demanda que registremos, também aqui, a elaboração da tese que dialoga textualmente (e de forma diametralmente oposta) com o *Prefácio* de Marx: “[n]ão há produção econômica ‘pura’, não há circulação (intercambio) ‘pura’, nem há distribuição ‘pura’. Todos esses fenômenos econômicos são processos que ocorrem *sob relações sociais* que são, em última instância, isto é, sob suas aparências, relações de classe, e relações de classes antagônicas, isto é, relações de luta de classes” (Althusser, [1970] 1981, p. 8-9, grifos do autor). A distância temporal entre a produção althusseriana e o primeiro artigo de Herbert dá-nos a entrever uma afinada e coletiva produção teórica, sustentada por elaborações (um programa?) em comum.

formação social. Althusser analisa, entretanto, que em seu funcionamento eles correspondem, respectivamente, às noções de “conteúdo do momento da ideia, interioridade-objetivação, formas de desenvolvimento desse conteúdo e ‘povo” ([1969] 2008, p. 232), cujas bases se assentam sobre a dialética da correspondência/da não-correspondência entre Forma e Conteúdo e na dialética do desenvolvimento (da Ideia).

De acordo com a tessitura althusseriana, em Hegel,

cada povo histórico representa um momento (grau) do desenvolvimento da Ideia; que o conteúdo desse grau tenha sido formado no âmago do antigo momento desenvolvido no antigo “povo”, como o caroço de uma amêndoa e que, em determinado momento, o novo conteúdo (a amêndoa) entra em contradição com a antiga forma (a casca) e leva-a a estourar para obter *suas* próprias formas: no âmago dessas formas, constitui-se de novo, antes de tudo, em germe e depois, de maneira cada vez mais consistente, um novo caroço, uma nova amêndoa (um novo “grau”, “superior” do “desenvolvimento” da Ideia), que vai entrar em contradição com a Forma (casca) existente, e o processo continua até o fim da História, onde a derradeira contradição é resolvida (para Hegel, na unidade da Revolução francesa com a religiosidade alemã consagrada por sua própria filosofia). ([1969] 2008, p. 232).

Remontando a exposição de Marx, Althusser ([1969] 2008) reencontra a mesma articulação proposta por Hegel, ainda que com designações diferentes. Nela, as forças produtivas se desenvolvem progressivamente, alcançando níveis superiores de desenvolvimento (técnico), correspondendo, portanto, a diferentes “conteúdos” do momento da Ideia. Antes de progredir a um grau posterior, as forças produtivas precisam esgotar as possibilidades de desenvolvimento oferecidas por certas relações de produção; uma vez esgotados esses recursos, estabelece-se uma contradição fatal entre as forças produtivas e as relações de produção obsoletas, fazendo surgir um novo estágio de forças produtivas dialeticamente relacionados a novas relações de produção, e assim sucessivamente. As relações de produção correspondem, portanto, a “formas” objetivas frente às quais os “conteúdos” das forças produtivas encontram o necessário para se desenvolver. As condições materiais de existências dessas relações, não sendo mais amplas para recobrir as forças produtivas, sucumbem e dão lugar a uma nova forma, que estava contida no conteúdo que a solicita. Logo, o processo de constituição das formações sociais (povo) implica uma razão teleológica, finalidade futura que repousa em germe no ventre do seu conteúdo.

Como discute o filósofo franco-argelino ([1969] 2008, p. 233), a duvidosa elaboração marxiana, difundida por seus textos de juventude, é retificada pelo *Capital*, especialmente se observarmos que, nele: “1) a unidade das Forças produtivas com as Relações de produção já não é pensada, de modo algum, como a relação de um Conteúdo com a sua Forma”, mas como a articulação complexa e com dominante totalidade de instâncias da Prática Social; e “2) a ênfase é colocada nas Relações de produção, cujo primado é afirmado sem contestação” - em especial no livro III, com a análise das relações de propriedade (divisão social do trabalho) e de apropriação material (divisão técnica do trabalho) que se combinam na estrutura de um modo de produção capitalista (Balibar, [1968] 1980). Mesmo diante das inegáveis autocríticas de Marx, ainda assim o *Prefácio* repercutiu dentre as associações políticas do proletariado, sendo tomado como doutrina por uns, e terminantemente ignorado por outros. Dadas estas contingências históricas, “seria possível escrever a História do Movimento operário marxista considerando a resposta que foi dada à pergunta: na unidade das Forças produtivas/Relações de produção, qual é o elemento a que deve ser dado, teórica e politicamente, o *primado*?” (Althusser, [1969] 2008, p. 233, grifos do autor).

A provocação é respondida pelo próprio empreendimento althusseriano, cujas críticas colocam em exposto a crise do comunismo após a segunda grande guerra. O desvio idealista de Marx serviu de base para uma incontornável cisão (política e teórica) do movimento operário após o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética; seu ponto de partida “é o eco infinitamente longínquo e próximo: o modo de entender Marx, e de colocar seus conceitos em prática” (Althusser, [1967b] 1999, p. 13). Por um lado, situa-se a interpretação vulgar (para não dizer dogmática) inaugurada pela II Internacional Comunista, com Vandervelde, Bernstein e Kautsky, e reavivada por Stálin. Por outro, coloca-se em jogo uma posição que nega a anterior, cujo *front* é ocupado por Althusser e seus colaboradores e remonta a Lenin e a Mao. Em disputa, duas teses lançam-se sobre a letra marxiana: o stalinismo defende “há primado das forças produtivas sobre as relações de produção”; a posição leninista-maoísta finca uma tese limite, “há primado das relações de produção sobre as forças produtivas”.

Há, ainda, uma terceira vertente se coloca nesta conjuntura, a humanista, reinserida, especialmente na França, com o existencialismo sartreano e a fenomenologia de Merleau Ponty. Althusser não coloca o stalinismo e o humanismo

como coocorrentes, ainda que esta seja a tendência dominante no ocidente após o XX Congresso - especialmente com a publicação do artigo *Le Fantôme de Staline* por Sartre em 1956 e, paralelamente, a sua ruptura com o Partido Comunista Francês. Possivelmente, trata-se de uma tática. Conforme os apontamentos do inventários do autor (IMEC, 1997), em 1967 ele trabalhava no inédito intitulado *La querele de l'humanisme* ([1967a] 1997), publicado no segundo volume dos *Écrits philosophiques et politiques* ([1967-1968] 1997). Conforme as notas de François Matheron, ao que tudo indica, o texto integrava um projeto mais ousado, que se somaria a outras intervenções de mesma temática, como *Marxismo e humanismo* ([1963a] 1979). Balibar (1996), na nota biográfica que escreve para a reedição de *Pour Marx*, é mais assertivo e esclarece que os manuscritos sobre o humanismo tratam-se de uma longa introdução para um livro em projeto. Assim, os problemas do stalinismo e do humanismo são abordados paralelamente, mas, por uma questão de escopo, em textos distintos. *Divide et vinces*, tática à la Maquiavel.

Desde o adoecimento de Lenin (1920~1921) até a sua morte (1924), Stálin ganhou, paulatinamente, o protagonismo do Partido, tornando-se Secretário Geral a partir de 1922 (1922-1941) e, posteriormente, “Primeiro Ministro” da União Soviética (1941-1953). Deixando o culto personalista que envolveu Stálin em segundo plano, Althusser ([1969] 2008, p. 234) sintetiza a prática stalinista como “*consecutiva ao primado das Forças produtivas sobre as relações de produção*”, alicerçada sobre a noção d’o *homem, o capital mais precioso* (Stáline, [1935] 1952). Definindo, ao mesmo tempo, a força de trabalho humana como a peça-chave de suas intervenções e o “homem” como centro de convergência teórica, a política soviética pós 1930 orientou-se pela “necessidade” de industrialização do campesinato e pelo “premente” desenvolvimento tecnológico como “condições” para a radicalização da “revolução socialista”. São estes os fatores que convergem para a sua tese de que “as forças produtivas não constituem apenas o elemento mais dinâmico e mais revolucionário da produção. Elas são também o elemento determinante do desenvolvimento da produção. Tais as forças produtivas, tais devem ser as relações de produção” (Stálin, [1938] 2014, p. 18). Tese que poderíamos chamar de desenvolvimentista, uma vez que se pauta na perspectiva de que as formações sociais se “desenvolvem naturalmente”, como expõem as “leis da dialética materialista” descobertas por Marx.

O desenvolvimento das forças produtivas é tomado por Stálin como simétrico ao desenvolvimento das próprias formações sociais. A exemplo, temos o quadro histórico dos modos de produção por ele delineado, em que sucede a

“passagem dos instrumentos grosseiros de pedra ao arco e à flecha e, relacionado com isto, a passagem da caça à domesticação de animais e à pecuária primitiva; passagem dos instrumentos de pedra aos instrumentos de metal (machado de ferro, arado com relha de ferro, etc.) e, em conformidade com isto, passagem ao cultivo das plantas e à agricultura; aperfeiçoamento dos instrumentos de metal para a laboração de materiais, surgimento da forja de fole e da olaria e, em conformidade com isto, o desenvolvimento do artesanato, a separação do artesanato da agricultura, o desenvolvimento da produção artesanal e depois da manufactura; passagem dos instrumentos de produção artesanal à máquina e transformação da produção artesanal-manufactureira em indústria mecanizada; passagem ao sistema de máquinas e surgimento da grande indústria mecanizada moderna. Este é em traços muito gerais o quadro do desenvolvimento das forças produtivas sociais ao longo da história da humanidade” (Stálin, [1938] 2014, p. 18).

Politicamente, pondera Althusser ([1969] 2008), alguns elementos conjunturais poderiam servir de amparo para as táticas de Stálin. Diante do avanço imperialista e da guerra iminente, a batalha da produção seria necessária para sustentar de provisões a URSS. De mesmo modo, a acumulação primitiva poderia ser imperiosa para o avanço das frentes socialistas. Ou, ainda, far-se-ia indispensável recompor o fronte da produção industrial após a morte em massa do proletariado na Revolução de Outubro de 1917. Todas as realidades teriam como preço a extinção do campesinato, de maneira que o “Partido de Stálin já não [poderia] ser o Partido de Lenin” (Althusser, [1969] 2008, p. 235). Ainda que concordando que existiam essas determinações históricas, Althusser formula a grande questão que o perseguia, e a qual boa parte dos comunistas denegava:

Stalin não teria voltado, como é comprovado por seu texto de 1938, aquém da política de Lenin, no sentido da tradição da política da II Internacional, a do primado das Forças produtivas sobre as Relações de Produção? A despeito de todas as dificuldades objetivas, uma outra política não seria possível, não foi possível *durante muito tempo*, até que o momento em que a lógica da política escolhida foi mais forte do que tudo e provocou aquilo que sabemos: não só a vitória sobre o nazismo, mas também massacres sistemáticos cujo método e amplitude causam espanto – para não dizer outra coisa? ([1969] 2008, p. 234-235, grifos do autor).

Complexo, o problema posto por Althusser confronta a conjuntura soviética a partir de duas vias: em nível superestrutural, põe em exposto o fracasso e as

atrocidades cometidas pela política stalinista; em dimensão infraestrutural, denuncia os modos como a comanda política orienta a base econômica, primando pelo desenvolvimentismo. A sua astúcia reside em reconhecer que a comanda política e a estrutura econômica estão configuradas a partir de uma ideologia teleológica que vê em toda Formação social um objeto predestinado à “evolução natural” em direção ao Comunismo.

Superar a ideologia teleológica exige um enorme esforço teórico. Visando realizá-lo, propõe Althusser ([1969] 2008), deve-se analisar quais elementos concretos possibilitaram a dois países atrasados tecnologicamente, China e Rússia, os atores mais fracos da Eurásia moderna, realizarem revoluções no contexto de guerras mundiais; nada nos permite deduzir que seja a sua sofisticação tecnológica. Essa empreitada exige compreender o atual estatuto das Forças produtivas e das Relações de produção no estágio imperialista, o que nos levará a reconhecer que nas potências terceiro-mundistas não há um modo de produção positivamente unificado, mas uma complexa articulação com dominante que abriga diversos modos de produção. Sobre elas, o Imperialismo lança outras determinações (não secundárias, necessariamente), que, contingencialmente, permitem às Forças produtivas chino-russas recuperarem o “atraso” em um curto espaço de tempo, dada a avançada evolução tecnológica mundial. Logo, o desenvolvimento das Forças produtivas não é uma preocupação que esteve na ordem do dia para Mao e para Lenin, acusados de “realizar a revolução cedo demais”; não cabe à intenção revolucionária esperar o tempo providencial em que as Forças produtivas estarão desenvolvidas o suficiente para receber as novas Relações de produção que merecem; não é *necessário* que a burguesia ajude ou autorize a revolução. Fazer o contrário, a história do stalinismo evidencia, cobrou (cobra) o suor e o sangue dos trabalhadores.

A posição de Althusser é, portanto, dupla. Filosoficamente, opõe-se às visões idealista e transcendental do Estado e da História. Politicamente, opõe-se à ideologia dominante nas Internacional Comunista que se assenta sobre o primado das Forças produtivas sobre as Relações de produção. Para isso, faz intervir a tese do primado das Relações de produção sobre as Forças produtivas, lembrando-nos que ela

não pode ser invocad[a], a torto e a direito, mas *com base e nos limites objetivos fixados pelas Forças de produção existentes*, levando em consideração o fato de que, sendo seus limites também precisos, isto é, dependentes de condições precisas, o essencial das Forças produtivas modernas - a saber, a tecnologia, em seu nível mais elevado - está, daqui em diante, à disposição de qualquer país que, tendo sido bem-sucedido em sua Revolução, pode recuperar em condições, outrora, inimagináveis, o atraso de suas Forças produtivas. (Althusser, [1969] 2008, p. 236, grifos do autor).

Feita essa digressão, podemos interpretar de maneira distinta a formulação “a lei da *resposta* técnica a uma *demanda* social é constitutiva da prática técnica” (Herbert, [1966] 2015, p. 29, grifos do autor), tomando-a como negação das proposições marxianas no *Prefácio*. Dentre os indícios marcados por Herbert que nos permitem sustentar a leitura, dois são mais proeminentes: primeiro, na formulação da lei, a técnica é uma “resposta” à demanda social, e não o contrário, em que o imperativo de estabelecer procedimentos operacionais para as forças produtivas envergaria o “papel mais decisivo” na configuração de um modo de produção; segundo, a lei de resposta técnica a uma demanda social integra a própria prática técnica, de modo que esta não autoproclama sua teleologia, mas responde às causalidades estruturais que lhe injungem um princípio objetivo. Em outros termos, a demanda social *penetra* a resposta técnica e, ao integrá-la, constitui a própria prática técnica. Temos, aí, uma radical recusa à ordem teleológica e à política stalinista, aproximando o empreendimento herbertiano daquele proposto por Althusser. Empreendimentos que se fundamentam em três primados: (1) o da contradição sobre os contrários; (2) o das relações sociais de produção sobre as relações técnicas de produção; e, (3) o das relações de produção sobre as forças produtivas.

Os movimentos empreendidos por Herbert ao definir a lei são, ao mesmo tempo, um processo de destruição e remontagem conceitual. Da lógica linear, a díade “a lei da *resposta técnica a uma demanda social*”, promove relações de sobredeterminação entre os fatores que constituem a lei e o lugar/condição do seu funcionamento, alcançando a díade “a lei da *resposta técnica a uma demanda social é constitutiva da prática técnica*”. A suspeita mobilizada pela construção morfológica de “constitutiva” permite forçar a irrupção de uma diátese reflexiva, ten[s/c]ionando³³

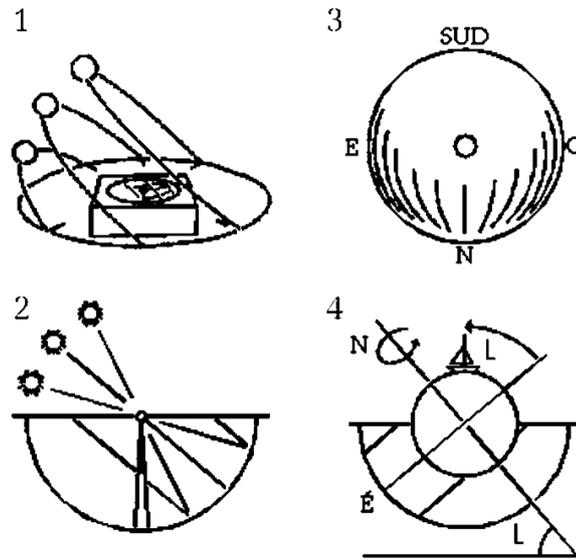
³³ Aqui, exploramos a homofonia entre “tensionar” e “tencionar” (ambas tomadas como *tensionnement* em francês), em que os grafemas ‘s’ e ‘c’ buscam diferenciar semanticamente os vocábulos. O primeiro diz respeito a “produzir tensão”, “distender”. O segundo refere-se a “tentar”, “projetar”. Não é esta uma boa metáfora para as operações de forçagem?

a relação de espelhamento entre os termos. Temos os subsídios necessários para derivar das formulações anteriores um outro *enunciado experimental* (Pêcheux, [1983] 1984, p. 8): “a *prática técnica constitui-se da lei da resposta técnica a uma demanda social*”. Em outras palavras, uma tríade, em que *a prática técnica é aquilo que representa a resposta técnica para a demanda social*.

Na particularidade do seu escopo, a lei parece refletir a configuração geral do todo complexo de um dado modo de produção, em que a Prática Social é o liame da unidade tendencial entre relações sociais, relações técnicas e processos produtivos (incluindo os meios, os instrumentos e a força de trabalho). “O que lhe é próprio?” é a questão que Herbert persegue.

De início, examinemos o exemplo da astronomia. Herbert remete-se a ela para apontar algumas ambiguidades. No mesmo período em que a fé cristã condenava o empreendimento heliocêntrico de Copérnico, tomava os intérpretes dessa revolução e as técnicas que engendravam para minimizar a discrepância que se implicava paulatinamente sobre a datação da Páscoa. Na visão de René Taton (1957-1964, *apud* Herbert, 1966, p. 147; [1966] 2015, p. 30, grifos do autor), o mesmo se passa, séculos antes, entre os babilônios: “[o] babilônio não pretende uma explicação geométrica dos movimentos aparentes dos astros, ele busca uma *chave* que lhe permita encontrar quase mecanicamente a posição de uma constelação em um dado momento”. Dentre as maquinarias forjadas para o cálculo da posição dos astros na abóbada celeste, temos o *polos* mesopotâmico (*scaphé* ou *hémicyclium*), um tipo de relógio solar que, posteriormente, tornou-se comum entre os gregos. Vejamos os seus princípios:

Figura 3 – O polos mesopotâmico



Fonte: adaptado de *Cadrens Solaires* ([2008] 2022)

Como nos dá a entender a sua designação, este instrumento tem a forma de uma meia esfera côncava, geralmente entalhada em pedra, voltada para o espaço celeste³⁴; ocupava o seu centro uma haste cilíndrica; seu pináculo sustentava uma pequena esfera, cuja sombra projetava sobre a pedra a trajetória solar. Do nascer ao pôr do sol, o percurso da sombra delineava meridianos, que podiam ser mais altos ou mais baixos de acordo com a época do ano, como nos mostra a imagem 1. As horas diurnas, marcadas pelo despontar e pelo fim da sombra, eram divididas em doze, sendo mais curtas no inverno, mais longas no verão e iguais às noturnas nos equinócios, como dão-nos a entender as imagens 2 e 3. Por fim, um eixo imaginário, paralelo ao eixo dos polos, constitui uma trajetória que se inclina sobre um valor igual à latitude em que o *polos* se situa, como depreensível da imagem 4. Em suma, o *polos* projeta na pedra uma representação espelhada do céu.

Na interpretação herbertiana, o *polos* é uma construção exemplar daquilo que designa *instrumento modelo*, uma resposta técnica que tem por função reproduzir o real de modo que seja pertinente a uma certa prática técnica. Ele funciona, portanto, de modo ambivalente: enquanto *modelo-simulador*, projeta a

³⁴ A criação deste instrumento é atribuída a Beroso, sacerdote, historiador e astrônomo babilônico. De acordo com Barton (1994, p. 23), logo após a colonização grega na Pérsia promovida por Alexandre Magno, ele (Beroso) foi enviado à Macedônia sob o pretexto de iniciar os helênicos na astrologia e filosofia caldeias, tendo, inclusive, fundado uma escola de astrologia em Kos. Supomos que a designação “*polos*” (plural “*polos*”) possa ser derivada do grego antigo πῶλος (pólos [ˈpɔːlus], cuja tradução livre é “eixo” (de rotação).

partir do real produzido um futuro tendencial a ser verificado; enquanto *modelo-verificador*, examina no presente a manutenção do futuro projetado (Herbert, [1966] 2015, p. 30). A representação do real que engendra é tomada como parâmetro para a sua (do real e da técnica, e da adequação de um ao outro) própria avaliação.

Realizamos este contorno para retornar à questão: o que é próprio à prática técnica? A análise do funcionamento do *polos* mesopotâmico dá forma à investida de Herbert. Diante da constatação da 1ª lei da prática técnica, que reconhece a sobredeterminação entre resposta e demanda, não podemos mais sustentar que há uma origem para as relações postas entre elas. A sua formulação é uma barricada teórica que faz bloqueio à causalidade linear. No seu anverso, cunha-se a 2ª lei: “diremos que a prática técnica procede por questões, quer dizer por respostas simuladas que ela verifica em seguida” (Herbert, 1966, p. 146, tradução nossa)³⁵. A retificação, interna à escrita da lei (“quer dizer”), coloca em espelhamento a relação entre a *questão* e a *resposta* produzidas pela prática técnica, dando a entrever que o *real da resposta* e o *real da demanda* se refletem mutuamente.

O conceito de origem não serve para descrever esta injunção múltipla. Resta a alcunha da *espontaneidade*. A prática técnica “se desenvolve ‘espontaneamente’, por adequação progressiva de seus instrumentos ao ‘real’, quer dizer, a seu campo prático: toda técnica é realista, na medida em que ela provoca uma resposta do ‘real’ a suas questões” (Herbert, [1966] 2015, p. 30-31). Herbert designa esta operação por *realização do real*, atribuindo-lhe como fórmula representativa (para não dizer prototípica) $y = f(x)$, ou *função real de variável real*. Retomemos o caso que a ilustra:

Por exemplo, a operação que consiste em testar a resistência ao choque de uma liga desconhecida: podemos descrevê-la da maneira que segue:
a – Levantamento em uma tabela com duas colunas das forças de ruptura [F] correspondentes a cada diâmetro [d].

diâmetros	:	Forças de ruptura
d_1	:	F_1
d_2	:	F_2
.	:	.
.	:	.
.	:	.

b – Invenção (por empréstimo, assimilação, analogia por relação à aquisição anterior) de uma relação da forma

³⁵ No texto de partida: “nous dirons que la pratique technique procède par questions, c'est-à-dire par réponses simulées qu'elle vérifie ensuite”.

$$F = g(d)$$

c – Aplicação dessa lei sob forma de questão posta ao metal: à questão d_n corresponde, por uma parte a resposta simulada $g = (d_n)$, de outra parte a resposta “real” F_n . Se $F_n = g(d_n)$, a técnica se declara adequada ao real; dito de outro modo, ela o realiza sob uma forma manipulável. (Herbert, 1966, p. 147, tradução nossa)³⁶.

Como definem Lezzi e Murakami (2019), o conceito de *função* é um tópico de matemática elementar que se pauta pelo estabelecimento de relações binárias entre os elementos de dois conjuntos, em que para cada elemento x do domínio A corresponde um outro elemento y no contradomínio B . “Dados dois conjuntos A e B , não vazios, uma relação f de A em B recebe o nome de aplicação de A em B ou função definida em A com imagens em B se, e somente se, para todo $x \in A$, existe um só $y \in B$ tal que o conjunto de $(x, y) \in f$ ”³⁷ (Lezzi; Murakami, 2019, p. 74A). Podemos considerá-la como um conjunto de pares ordenados em que $f = \{(x, y) | x \in A, y \in B \text{ e } y = f(x)\}$ ³⁸ (Lezzi; Murakami, 2019, p. 77A). Deprendemos,

³⁶ No texto de partida: “Soit par exemple l'opération qui consiste à tester la résistance au choc d'un alliage inconnu: on peut la décrire de la manière suivante:

a - Relevé sur une table à deux colonnes des forces de rupture correspondant à chaque diamètre.

diamètres	:	Forces de rupture
d_1	:	F_1
d_2	:	F_2
.	:	.
.	:	.
.	:	.

b - Invention (par emprunt, assimilation, analogie par rapport à l'acquis antérieur) d'une relation de la forme

$$F = g(d)$$

c - Application de cette loi sous forme de question posée au métal: à la question d_n , correspond, d'une part la réponse simulée $g = (d_n)$, d'autre part la réponse “réelle” F_n . Si $F_n = g(d_n)$, la technique se déclare adéquate au réel ; autrement dit, elle le réalise sous une forme manipulable”.

³⁷ Para tornar mais fluida a decodificação das notações, optamos por descrevê-las. Leia-se: “Dados dois conjuntos A e B , não vazios, uma relação f do domínio A no contradomínio B recebe o nome de aplicação de A em B ou função definida em A com imagens em B se, e somente se, para cada variável x pertencente ao domínio A existir uma só variável y pertencente ao contradomínio B tal que o conjunto das variáveis x e y pertencem à relação f (isto é, à função definida no domínio A com imagens no contradomínio B)”.

³⁸ Leia-se: “A função do domínio A com imagens no contradomínio B é igual ao conjunto das variáveis x e y tal que a variável x pertence ao domínio de A , a variável y pertence ao contradomínio de B e a variável y é igual à função da variável x (isto é, à imagem da variável x do domínio A no contradomínio B)”.

então, que diante dos conjuntos A e B , a função f é regida pela lei de formação expressa por $y = f(x)$ ³⁹.

Na técnica de teste de resistência de uma liga explorado por Herbert, temos dois conjuntos: d , correspondente ao diâmetro da liga; e F , referente à força de ruptura (a quantidade de força por unidade de diâmetro necessária para que ocorra a ruptura da liga em prova). Tanto d quanto F comportam um certo *número* _{n} de variações d_n e F_n . Ao questionar a força de ruptura da liga, a técnica correferencia a quantidade de F_n necessária para que um dado d_n se rompa, tomando a variação de d como diretamente proporcional à de F – tem-se que quanto maior o valor de d , maior é o valor de F . Em outros termos, ao questionar d_n , a técnica produz, de um lado, F_n e, de outro, a $f(d_n)$. Diante da “constatação” de que $F_n = f(d_n)$ ⁴⁰, depreende-se que a variação do “real” possui uma função “real” diante do “real” que ela própria produz.

A preocupação do autor, entretanto, não se coloca primariamente sobre a operação técnica de realização do real. Em nível básico, Herbert mobiliza o emprego da função $y = f(x)$ pela engenharia para atestar uma prática técnica que com sucesso “realiz[ou] seu real próprio como um sistema coerente relativamente autônomo” (Herbert, [1966] 2015, p. 32). Bastou que a escola encontrasse esse “sucesso” ajustado ao “real” pelo engenheiro para tomá-lo como a base de manuais, uma forma “clássica” a ser reproduzida. Elide-se que a prática técnica em questão importou uma série de conhecimentos matemáticos e físicos para construir a sua operação, restando a descrição de uma hipótese “verificada”, uma “resposta simulada que se mostrou ser conforme ao real, quer dizer, agora é compreendida, como uma *prática técnica*” (Herbert, 1966, p. 147, tradução nossa, grifos nossos)⁴¹.

Destacamos, na citação que fecha o último parágrafo, a recuperação de *prática técnica*. Aí, ela não se refere à prática de transformação operada pela força humana, no sentido marxiano do termo; cumpre uma função radicalmente distinta no sistema conceitual delineado. A definição que recebe é a de uma resposta (técnica) simulada que se mostrou adequada ao “real”. Em sua constituição, três termos: a

³⁹ Leia-se: “A variável y é igual à função da variável x (isto é, à imagem da variável x do domínio A no contradomínio B)”.

⁴⁰ Leia-se: “A variação da força de ruptura é igual à função da variação do diâmetro (isto é, à imagem da variação do domínio do diâmetro no contradomínio da força de ruptura)”.

⁴¹ No texto de partida: “une réponse simulée qui se trouve être conforme au réel, c'est-à-dire, on le comprend désormais, comme une pratique technique”.

resposta simulada (A), o “real” (B) e a prática técnica (C), cuja articulação podemos parafrasear como $(A \Leftrightarrow C) \equiv (A \Leftarrow B)$ ⁴², em que a relação de equivalência se sustenta em uma operação condicional que lhe precede. Este conceito designa um subproduto ideológico que decorre da produção de uma resposta técnica a uma demanda social; de aí o estatuto que a *doxa* lhe confere, o de *técnica*, um conjunto de procedimentos standardizados, uma “racionalidade” dos modos de operação dos meios e dos instrumentos.

Herbert, até este ponto, dedicou atenção à “técnica” enquanto resposta produtiva a uma demanda social e parece desdobrá-la em direção aos mecanismos de regulação dos processos produtivos. A proposta defendida vai ao encontro da clivagem posta por Harnecker ([1968] 1981), e validada por Althusser ([1970] 1981), sobre as “relações de produção”. Para a autora, o conceito envolve a contradição entre as “relações sociais” (a relação de exploração entre os detentores dos meios de produção, o capitalista, e os produtores diretos de um processo de produção dado, o trabalhador) e as “relações técnicas” (a normatização e controle forçados pelos agentes de produção sobre determinados meios, instrumentos e processos de produção).

O autor coloca em evidência a intrincada relação entre demanda e resposta, de modo que a contradição operada entre as relações sociais e as relações técnicas é responsável pela reprodução das relações de produção (as relações de produção retornam sobre si mesmas e sobre as forças produtivas). A mesma posição também é sustentada por Althusser, para quem “as relações de produção não constituem algo que venha *agregar-se* às forças produtivas como simples ‘forma’. As relações de produção *penetram* nas forças produtivas, já que a força de trabalho que põe em ação as forças produtivas faz parte, ela mesma, das ‘forças produtivas’, e que processo de produção capitalista tende sempre à máxima exploração da força de trabalho”.

Althusser reconhece esta realidade como a tendência que determina as formações sociais capitalistas, na qual os mecanismos técnicos são sempre-já submetidos aos mecanismos de exploração de classe. Indo além, “[o] que chamamos de forças produtivas é, ao mesmo tempo, a *base material* (‘base técnica’, diz Marx) e a forma de *existência* histórica das relações de produção, isto é, das

⁴² Leia-se: “A resposta simulada equivale a prática técnica se e somente se a resposta simulada é condicionada ao ‘real’”.

relações de exploração” (Althusser, [1970] 1981, p. 9, grifos do autor) no sentido de que a indústria e a manufatura, por exemplo, essas diferentes formas de organização dos processos produtivos, constituem-se, em última análise, como “formas sucessivas da existência material e histórica das relações de produção capitalista” (Althusser, [1970] 1981, p. 9, grifos do autor).

Na proposta de Herbert, ao ser relacionada à produção de respostas técnicas, a prática técnica faz-se um instrumento de produção integrado às forças produtivas; ao dizer respeito aos modos de operacionalização dos meios e dos instrumentos de produção, a prática técnica enverga caráter de um mecanismo normativo e é englobada pelas relações de produção. Estamos diante de uma flutuação terminológica? De uma dificuldade em “localizar” a prática técnica em um ponto da estrutura social? Não nos parece o caso. Trata-se de uma recusa à tentação de uma análise mecanicista a favor da observação do funcionamento material da Prática Social.

Na formulação de Herbert (1966), em um primeiro movimento, é produzida uma resposta técnica/instrumental a uma demanda; em um segundo movimento, desta resposta técnica, produzem-se relações técnicas de produção normatizadoras para as práticas específicas que lhe seguem. Na passagem de uma instância à outra, o apagamento das questões aventadas pelo social colocam as respostas como um já-lá; movimento que se imprime na tessitura da 2ª lei, “diremos que a prática técnica procede por *questões, quer dizer por respostas* simuladas que ela verifica em seguida” (Herbert, 1966, p. 146, tradução nossa, grifos nossos)⁴³.

É o que se sucede, de acordo com a análise de Herbert, no desenvolvimento histórico da ideologia alquímica. Em um primeiro momento, “a prática técnica de transformação dos elementos naturais tinha por função responder às demandas como a destilação (dos perfumes e dos álcoois), as misturas e as decantações (das emulsões colorantes) e a fusão dos metais” (Herbert, 1966, p. 148, tradução nossa)⁴⁴. À continuação, “em torno das operações técnicas de transformação se constituiu espontaneamente um *corpus* de regras operatórias transmitidas de uma geração à outra, cujo conteúdo ideológico se organizou” (Herbert, 1966, p. 148,

⁴³ No texto de partida: “nous dirons que la pratique technique procède par questions, c'est-à-dire par réponses simulées qu'elle vérifie ensuite”.

⁴⁴ No texto de partida: “la pratique technique de transformation des éléments naturels avait pour fonction de répondre à des demandes telles que la distillation (des parfums et des alcools), les mélanges et les décantations (des émulsions colorantes) et la fusion des métaux”.

tradução nossa)⁴⁵. A conjuntura que autorizava as suas condições de transmissão exigia segredo, o que acabou por engendrar dois discursos que se dirigiam por vias opostas. Um, alicerçado na linguagem técnica “ordinária”, buscava descrever e sistematizar procedimentos destinados à transmissão, “cimentando-se” à demanda; o outro, afastando-se da demanda social, e construído a partir de uma linguagem hermética, apelava aos mesmos procedimentos para derivar uma gênese dos elementos naturais e da sua composição, cujo fim não é o da transmissão, mas o de realizar uma “ciência secreta do Real químico, expressa em símbolos criptográficos” (HERBERT, 1966, p. 148, tradução nossa)⁴⁶.

Essa “ciência secreta”, segundo a interpretação herbertiana, paira sobre a Prática Social como uma nuvem; “inessencial”, fechada em si mesma, no sentido de que sua teleologia escapa às determinações das relações sociais que lhe são externas. As reflexões aí delineadas demandam uma melhor precisão do que seja “necessidade” e “teleologia” e, por implicação, “contingência” e “sobredeterminação”. Ocupar-nos-emos desta tarefa no tópico a seguir.

0.3 Necessidade, teleologia. Contingência, sobredeterminação

A formação da ideologia alquímica fornece a Herbert os indícios necessários para remontar a especificidade da prática técnica em relação às suas concorrentes no todo complexo:

[é] suficiente então que, *em certas circunstâncias*, a demanda da prática social seja “recalcada” para que a prática ideológica sobre fundo técnico possa ser liberada: a “realização do real” pode então funcionar livremente na forma de uma transformação ideológica do “real” encontrada pela prática técnica, fornecendo uma medida desse real primitivo, por um discurso que o reduza à sua imagem ideológica. (Herbert, 1966, p. 148, tradução nossa, grifos do autor).

Realizando uma analogia, o autor sustenta que o alquimista “se posiciona na realidade no *ponto de vista interpretativo* que ‘dita o real’, o ponto que ‘sempre-já’

⁴⁵ No texto de partida: “autour des opérations techniques de transformation se constitua spontanément au corpus de règles opératoires transmises d'une génération à l'autre, dont le contenu idéologique s'organisa”.

⁴⁶ No texto de partida: “science secrète du Réel chimique, exprimée en symboles cryptographiques”.

fala para dizer o que é, como se o próprio real falasse” (Herbert, 1966, p. 148, tradução nossa, grifos do autor)⁴⁷.

Indiretamente recuperado, parece comparecer nessa crítica o axioma comumente atribuído a Saussure de que “é o ponto de vista que cria o objeto” ([1916] 2012, p. 39). Relacionada à alquimia, poderíamos interpretar uma alusão à linguística moderna, que também “realizaria seu próprio real”, não ultrapassando o estatuto de técnica. Não nos parece o caso, dada a reestruturação da formulação, em que “ponto de vista” desliza para “ponto interpretativo”, “criar” é deslocado para “ditar” e o “real” ocupa o lugar do “objeto”; a última alteração é a mais proeminente, uma vez que “criar um objeto” é um trabalho de transformação operado pela ciência sobre o “vazio”⁴⁸, enquanto “ditar o real” presume uma “subjetividade” interpretante que é o agente e a fonte daquilo que produz. Temos aí base suficiente para apreender que a crítica não se volta à elaboração saussuriana, mas à torção que se operara sobre ela⁴⁹. No lugar do objeto, o “real” como semblante. As “ciências

⁴⁷ No texto de partida: “se plaçait en réalité au *point de vue interprétatif* qui ‘dit le réel’, le point qui ‘toujours -déjà’ parle pour dire ce qui est, comme si le réel lui-même parlait”.

⁴⁸ Gostaríamos de desenvolver melhor a discussão, mas é impossível desdobrá-la em curto espaço. Vejamos o fundamental, atentando de modo mais delongado à posição de Saussure: “[o]utras ciências trabalham com objetos dados previamente e que se podem considerar, em seguida, de vários pontos de vista; em nosso campo, nada de semelhante ocorre [...]. Bem longe de dizer que [1] o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é [2] o ponto de vista que cria o objeto; aliás, [3] *nada nos diz de antemão que uma dessas maneiras de considerar o fato em questão seja anterior ou superior às outras*” ([1916] 2012, p. 39, grifos nossos). Em [1], alude às ciências naturais, que têm “acesso direto” ao objeto que se encontra dado (empiricamente) no mundo. A última parte [3] da elaboração parece colocar em causa o pressuposto das duas anteriores, de modo que a relação entre [1] e [2] não é de anterioridade, ou de causa e consequência, mas de mútua-inauguração entre os elementos que integram “essas duas maneiras de considerar o fato”. Frente à concepção do par valor/significação, tão caro a Pêcheux, não é surpresa que Saussure questione a preexistência dos elementos à sua relação, de modo que a “ciência linguística” não se constitui por uma “relação de objeto” igual à das ciências “positivas”. Advém de aí o impacto do verbo “criar”: antes da relação entre certa ciência e seu objeto, só há “vazio” no qual *flutua uma massa amorfa e indistinta*. Sobre o tema, sugerimos a leitura do (belo) ensaio *Saussure. Retorno a Saussure*, escrito por Jean-Claude Milner ([1994] 2003).

⁴⁹ A elaboração de Herbert é bastante sumária. Esta posição é retomada na década de 70 em *Les vérités de La Palice* (Pêcheux, [1975] 2014) e reafirmada, especialmente, no artigo *A semântica e o corte saussuriano*, que ele publica em colaboração com Claudine Haroche e Paul Henry ([1971] 2007). A análise realizada pelos autores é complexa e se debruça a investigar, no *Curso de Linguística Geral*, a coexistência de um “corte” (que não é dito epistemológico), que tem seu núcleo na relação valor/significação, e uma série de posições contraditórias (especialmente aquelas pautadas na oposição entre o caráter criador/subjetivo da fala e a objetividade sistemática da língua) que, de certo modo, “servem de base” para os desvios formalistas e subjetivistas dos estruturalismos lançados sobre a linguística aberta por Saussure. Um exemplo, a passagem “uma vez anulada a distinção significação-valor, o princípio de unidade da língua pode ser perfeitamente reinscrito em qualquer ideologia que coloque a universalidade do espírito humano e a intercambialidade dos sujeitos falantes. Essas ideologias parecem até poder fundamentá-lo ao dar ao conceito de língua uma aparente substância. Nada de extraordinário, portanto, que psicologias e sociologias, que hoje em dia atribuem a essas ideologias aparências de ciências, tenham sido convocadas em auxílio pelos próprios linguistas. É preciso reconhecer nisso também que a posição de Saussure pode parecer

sociais”, que, na conjuntura dos estruturalismos, absorviam o “método” linguístico ao montar seus instrumentos, multiplicaram “reais” que não advém de demanda alguma, e que não respondem a qualquer sorte. Grandes máquinas de promover *ideias verdes incolores que dormem furiosamente*.

Se a crítica não alcança Saussure, por outro lado, retorna sobre o tribunal kantiano, outrora recusado. Para Kant ([1781] 2015), há para o sujeito duas fontes de conhecimento, a sensibilidade e o entendimento. Enquanto a primeira se refere à mediação dos objetos para a intuição, o segundo diz respeito à racionalização dos objetos através dos conceitos. Sob essa ordem as formas transcendentais que se apresentam à intuição são um *a priori* para qualquer intenção intelectual, colocando o sujeito como ordem que preexiste e organiza os objetos em tempo espaço, cabendo aos conceitos representá-los em um segundo instante. O tempo e o espaço são, então, formas *a priori*, dados pela intuição, atributos da subjetividade.

A proposta saussuriana desloca o estatuto da espaço-temporalidade como uma propriedade do sujeito (da ciência) para alocá-la como uma propriedade do sistema (da Língua), o objeto. A sincronia, a diacronia e o caráter institucional da língua, especialmente, configuram um problema epistemológico, e não transcendental. Desse modo, o “entendimento” (a prática teórica que opera sobre conceitos), este ponto de encontro entre a ciência e o seu objeto, não se deve a uma sensibilidade subjetiva que preexiste ao encontro, mas à entrada possível, “pura” contingência, em que ciência e objeto se inauguram como uma relação necessária. *A teoria não subjetivista da ciência*, lançada por Saussure, bloqueia a antinomia causa-efeito sobre a qual se funda o conhecimento científico moderno (MILNER, [1978] 2012). Antinomia que só pôde ser recusada pela descoberta do *continente (língua)gem* e pela reconhecimento do simbólico como condição para toda prática teórica.

Feita essa digressão, no batimento entre a 1ª e a 2ª lei, na contradição entre a prática técnica e a prática política, força-se a irrupção de um outro conceito que vem a rearranjar drasticamente o todo: o *discurso*, que aparece remetido a duas configurações ideológicas distintas, aquela “cimentada” à demanda social, e a outra que “flutua” sobre as relações sociais. Em ambos os casos, ele não é um produto, mas algo capaz de intervir como representação de um real, como uma imagem

contraditória na medida em que ele afirma que ‘a língua é uma instituição social’ e que ‘a língua é uma forma e não uma substância’” (Haroche; Pêcheux; Henry, [1971] 2007, p. 30).

ideológica. Nesse ponto, o discurso promovido (ainda que em segundo plano) pela prática técnica é o que a aproxima da prática política.

Na tentativa de contornar o problema da relação entre as referidas instâncias práticas, Herbert retorna à contradição entre as forças de produção e as relações de produção e, para tanto, toma como base o exemplo marxiano dos moinhos de água, “forma elementar de toda maquinaria” (Marx, [1867] 2011, p. 291), e dos moinhos a vapor⁵⁰. Ainda que mobilizado no primeiro livro d’*O Capital*, é na *Miséria da Filosofia* que ele comparece com mais veemência, servindo de argumento contra Proudhon:

[o] Sr. Proudhon, economista, compreendeu muito bem que os homens fazem os tecidos de lã, algodão e seda em relações determinadas de produções. Mas o que não compreendeu é que essas relações determinadas são produzidas tanto pelos homens quanto pelo tecido, pelo linho etc. As relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. Adquirindo novas forças produtivas, os homens mudam seu modo de produção e, ao mudar o modo de produção, a maneira de ganhar a vida, eles mudam todas as suas relações sociais. O moinho movido pelo braço humano nos dá a sociedade com o suserano; o moinho a vapor nos dá a sociedade com o capitalista industrial.

Os mesmos homens que estabeleceram as relações sociais de acordo com sua produtividade material produzem também os princípios, as ideias, as categorias, de acordo com suas relações sociais.

Assim, essas ideias, essas categorias, são tão pouco eternas quanto as relações que elas exprimem. Elas são *produtos históricos e transitórios*. (Marx, [1847] 2017, p. 101-102, grifos do autor).

A leitura apressada da crítica marxiana pode colocar tantos (ou mais) problemas do que propriamente resolvê-los. Ao propor sua análise do “sistema das contradições econômicas”, Proudhon ([1846] 2003) reconhece que os processos produtivos são engendrados por relações de produção específicas, centrando-os no estabelecimento de leis sociais. Marx, por sua vez, critica-o por não reconhecer o caráter material que sobredetermina as *relações de produção*; designando essa contraparte por *forças produtivas*, entende que “[a]s relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas”. Para realizar esta afirmação, toma por base a observação de que “adquirindo novas forças produtivas, os homens mudam seu modo de produção e, ao mudar o modo de produção, a maneira de ganhar a

⁵⁰ O exemplo explorado por Herbert coincide com o buscado por Althusser no Apêndice do dossiê *Sobre a reprodução* ([1969] 2008). Como visto anteriormente, o filósofo tece duras críticas ao sistema dialético hegeliano que subjaz às primeiras teorizações de Marx, especificamente ao versarem sobre o jogo de correspondência e sucessiva contradição entre forças produtivas e relações de produção; nessas, sustenta um modelo etapista de desenvolvimento das formações sociais, no qual retorna, sub-repticiamente, a causalidade linear e a teleologia idealistas. Tais linhas serviram de “justificativa” para as críticas de Kautsky contra Lenin (horizonte político da II Internacional) e para a política stalinista pós década de 1930.

vida, eles mudam todas as suas relações sociais” (Marx, [1847] 2017, p. 102). A elaboração que decorre desta análise é a de que “O moinho movido pelo braço humano nos dá a sociedade com o suserano; o moinho a vapor nos dá a sociedade com o capitalista industrial” (Marx, [1847] 2017, p. 102), de maneira que poderíamos depreender que as forças produtivas determinam linearmente (causa/efeito) as relações sociais. Confrontando esta leitura com o intrincado jogo de sobredeterminações anteriormente em pauta, temos um suposição nevrálgica.

Diz Marx, “[o]s mesmos homens que estabeleceram as relações sociais de acordo com sua produtividade material produzem também os princípios, as ideias, as categorias, de acordo com suas relações sociais [exigindo novas configurações da produtividade material]” (Marx, [1847] 2017, p. 102). O exemplo marxiano sustenta a dominação, em última instância, das forças produtivas sobre as relações sociais de produção, em que as primeiras são tomadas como parâmetro de correspondência das últimas. Dele se depreende que “são, portanto, as forças produtivas que, segundo seu ‘nível de desenvolvimento’, fornecem, de alguma forma, suas próprias relações de produção” (Althusser, [1969] 2008, p. 230), de maneira que qualquer processo revolucionário nas forças produtivas, “que venha a implicar uma não-correspondência com as antigas relações de produção, provoca uma revolução nas relações de produção que coloca as novas relações de produção e nova (e adequada) correspondência com as novas forças produtivas” (Althusser, [1969] 2008, p. 230).

Devido ao escopo argumentativo do artigo, Herbert não critica, explicitamente, a tese de Marx, aos modos como Althusser e Balibar. Este ([1968] 1980), por exemplo, analisa pormenorizadamente os volumes do *Capital* para defender o primado das relações de produção sobre as forças produtivas, chegando a asseverar que, em última análise, as forças produtivas são, também, *relações*. Uma vez que a discussão realizada se volta aos modos como a prática política encontra sua matéria-prima a transformar sob a forma de relações sociais, a exposição herbertiana (1966) restringe-se a observar que o aforismo de Marx é passível de uma interpretação espelhada, “uma em relação à outra”⁵¹ (p. 149, tradução nossa),

⁵¹ No texto de partida, lê-se: “la célèbre phrase de Marx sur les moulins à eau est susceptible de deux lectures “en miroir” l’une par rapport à l’autre: le moulin à eau produit la société féodale / la société féodale exige le moulin à eau”.

em que não há prioridade (antecedência). Sua análise, por outro lado, permite-nos remontar um posicionamento. Vejamos o seguinte excerto:

[a]s práticas técnicas, como já dissemos, recebem demandas às quais elas fornecem respostas: a interdeterminação aqui é flagrante. Em efeito, as práticas técnicas são determinadas, enquanto elas recebem de algum lugar uma demanda, e determinantes enquanto que é o leque das respostas possíveis que elas propõem que torna possível a existência da demanda. (Herbert, 1966, p. 149)⁵².

No apontamento de Herbert, é evidente que a “demanda” “advinda de algum lugar” determina a prática técnica e é incontestável que os limites objetivos impostos pela gama de respostas técnicas possíveis determinem a existência da demanda. O que é fundamental, nesta avaliação, é o fato de que qualquer demanda emana da luta de classes; ao exigirem respostas técnicas, dois direcionamentos tendenciais se destacam: a manutenção das relações de dominação e/ou a exploração do excedente dos processos produtivos. Dessa maneira, na unidade específica de um modo de produção, nem a demanda, nem a resposta técnica possuem “origens” históricas assinaláveis, o que não nos impede de reconhecer que em seu funcionamento, marcado pela sobredeterminação, a (re)produção das relações sociais de produção seja o *principal* e a (re)produção das relações técnicas de produção seja o *secundário* – para utilizar os termos de Mao Tse-Tung ([1937] 2008).

Em outras palavras, o que temos em questão, segundo Herbert (1966, p. 149, tradução nossa), “nos obriga a pensar em sua estrutura conflituosa comum as forças de produção e as relações de produção”, cujo funcionamento nos dá a entrever a “representação da causa imanente ao modo de produção”⁵³.

Herbert, aqui, mobiliza o conceito de causalidade imanente que encontramos n’O *objeto de O Capital*, escrito por Althusser ([1968] 1980) e lançado na obra coletiva *Ler O Capital* (1965). Recuperada da filosofia spinozista e da psicanálise freudolacaniana, a causalidade imanente remonta às exposições proferidas por

⁵² No texto de partida, lê-se: “Les pratiques techniques, avons-nous dit, reçoivent des demandes auxquelles elles fournissent des réponses : l’inter-détermination est ici flagrante. En effet, les pratiques techniques sont déterminées, en tant qu’elles reçoivent d’ailleurs une demande, et déterminantes en tant que c’est l’éventail des réponses possibles qu’elles proposent qui rend possible l’existence de la demande.”

⁵³ No texto de partida: “La représentation de la cause immanente au mode de production nous oblige à penser dans leur structure conflictuelle commune les forces de production et les rapports de production”.

Miller em 1964 no cartel sobre *Teoria do Discurso*, formado por alunos da *École Normale* e vinculado à *École Freudienne de Paris* e, proeminentemente, à intervenção *Freud e Lacan* de Althusser ([1964] 1996), em que a teoria clássica da causalidade de Spinoza é convocada como espelho da prática psicanalítica. O texto de Miller, intitulado *Action de la Structure*, foi lançado no volume 9 dos *Cahiers pour la Analyse (Généalogie des Sciences)*, de 1968, que contém a segunda intervenção de Herbert).

A proposta do psicanalista ([1964] 1996, p. 11, grifos do autor) é a de que a estrutura “é o que localiza uma experiência para o sujeito que ela inclui”, de modo que se qualifica por duas funções: “a estruturação, ou ação da estrutura, e a subjetividade, *sujeitada*”, permitindo distinguir “uma estrutura *estruturante* e uma estrutura *estruturada*”. Deduz-se que a estrutura estruturante se apresenta para a estrutura estruturada como uma *causalidade imanente*,

isto é: o ponto de vista a ser tomado por uma investigação se desimplica para passar de uma descrição a um conhecimento. As duas ordens estão em continuidade, sua relação é simples, sua divisão é relativa somente a um método, não há atraso, portanto, nenhum tempo estrutural e um movimento estabelecido na estrutura seria somente aparente” (Miller, [1964] 1996, p. 12).

O elemento estruturante age na economia estrutural redobrando (refletindo, significando) a realidade e a remonta sob novas leis, de modo que, no todo estruturado, “sua atualidade se converte em uma experiência; a virtualidade do estruturante se converte em uma ausência; essa ausência se produz na ordem real da estrutura: a ação da estrutura acaba por ser suportada por uma falta” (Miller, [1964] 1996, p. 12). Por fim, com base nesses princípios, Miller distingue que

[o] estruturante, *por não estar aí*, rege o real. A discordância motriz é ali mantida: pois a introdução desse elemento reflexivo, que basta para instituir a dimensão do estruturado-enquanto-ele-o-vive, como tomando seus efeitos apenas de si mesmo, dispõe uma ordenação *imaginária*, contemporânea e diferente da ordem real, apesar de coordenada com ele e fazendo desde então intrinsecamente parte da realidade. Uma estrutura terciária, imaginária, se constitui no real. Daí resulta que a reduplicação do sistema estrutural, ideal de início, vê-se realizada. Essa duplicidade afeta, em compensação, o elemento reflexivo que a provoca – na medida em que ao nível do estruturante não há reflexividade –, o que o define como um sujeito, reflexivo no imaginário, não-reflexivo no estruturante. Nesse segundo estatuto, seu sujeitamento o reduz a ser apenas um suporte. A relação do sujeito com a estrutura, relação circular na medida em que cada um dos termos deve ao outro suas definições, mas dissimétrica posto que é uma

inserção, se verifica como inconcebível sem a mediação de uma função imaginária de *des-conhecimento*” ([1964] 1996, p. 12, grifos do autor).

Althusser ressignifica o conceito ao colocá-lo a favor das relações de causalidade exploradas por Marx em suas críticas à economia política. A exemplo, o filósofo volta-se à metáfora teórica do éter e da luz presente nos *Grundrisse*:

[e]m todas as formas de sociedade, é uma determinada produção e suas correspondentes relações que estabelecem a posição e a influência das demais produções e suas respectivas relações. É uma iluminação universal em que todas as demais cores estão imersas e que as modifica em sua particularidade. É um éter particular que determina o peso específico de toda existência que nele se manifesta (Marx, [1857-1858] 2011, p. 86).

Esse “éter particular” designa, para Althusser ([1968] 1980), uma relação de causalidade imanente em que a estrutura contraditória do modo de produção (constituído das forças produtivas e das relações de produção), enquanto estruturante, ao ser alçada à ordem de uma ausência-presente, consiste imaginariamente nos efeitos materiais particulares que realiza, de maneira que “[o] universal não existe a não ser no particular” (Althusser, [1963] 1979, p. 159). A exemplo, a infraestrutura dominante (instância econômica) determina a superestrutura (instâncias jurídico-política e ideológicas) a partir de um efeito de ausência desta determinação para que, aos olhos do sujeito, “o efeito seja tomado pela causa” (Althusser, [1968] 1980, p. 141). Ou, nas palavras de Althusser ([1968] 1980, p. 128), “tanto o econômico quanto a eficácia dos distintos níveis da estrutura social não são claramente visíveis”. Retornaremos a esse ponto em breve, ao tratar sobre a categoria da contradição em Herbert e Althusser.

No escopo do projeto intelectual herbertiano, se aceitamos o princípio de que a causa imanente, enquanto causalidade estrutural, produz um efeito de ausência de suas determinações, não há uma relação de anterioridade e/ou de exterioridade entre forças de produção e relações de produção, tornando infértil o esforço de estabelecer entre elas uma “anterioridade”. Estão, aí, as bases que permitem-nos reconhecer que “a prática política encontra a *matéria-prima a transformar* sob a forma de relações sociais ‘sempre-já lá’” (Herbert, 1966, p. 149, tradução nossa, grifos do autor)⁵⁴. Logo, a prática política não opera diretamente sobre as relações

⁵⁴ No texto de partida: “la pratique politique rencontre la *matière première à transformer* sous la forme de rapports sociaux ‘toujours-déjà là’, elle n’a pas d’origine historique assignable”.

sociais (sua matéria-prima), mas as transformam atuando sobre a sua *imagem reduzida por (em) um discurso*.

Diante dessa constatação, Herbert volta a perguntar: “de que natureza é a transformação que permite descrevê-la [à prática política] como uma *prática*? Quais são os *instrumentos* utilizados? Que diferença há entre a *matéria-prima* e o *produto* político?” (1966, p. 149, tradução nossa)⁵⁵. A constatação do autor é o de que essas perguntas só podem ser confrontadas se, antes, analise-se a demanda que “emana” das relações sociais de produção: “que é feito do campo político como lugar onde se formula a demanda?” (1966, p. 149, tradução nossa)⁵⁶.

Retornando à concepção de causalidade imanente, Herbert sublinha que a demanda social *existe* e *funciona* como um “sempre-já”, o que se pauta na análise concreta de que “os produtos técnicos que ela exige circulam e são consumidos desde sempre segundo as *regras* próprias a cada prática social determinada” (1966, p. 149, grifos do autor)⁵⁷. Aludindo ao conceito de “sempre-já⁵⁸” como integrante do sistema conceitual spinoziano, busca sustentar que nem a prática política, e nem a demanda social dela emanada admitem uma “origem” filosófica, embora as “regras” de distribuição e de consumo dos produtos que exijam sejam dados pela configuração de uma determinada formação social. Com isso, ao mobilizar “sempre-já”, coloca em cena o princípio de que “a prática política não admite uma origem filosófica, mas que ela é *assunto dos praticiens*, no sentido que Spinoza dá a esse termo em seu ‘Tratado Político’” (Herbert, 1966, p. 150, tradução nossa, grifos nossos)⁵⁹.

Destacamos “assunto dos *praticiens*” na última passagem transcrita por se tratar de um ponto que causa estranhamento, insinuado, inicialmente, na tentativa de tradução. Nela, “*l’affaire des praticiens*” poderia ser traduzido, livremente, por

⁵⁵ No texto de partida: “Si donc la pratique politique produit des rapports sociaux, de quelle nature est la transformation qui permet de la décrire comme une *pratique*? Quels sont les *instruments* utilisés ? Quelle différence y a-t-il entre la *matière première* et le *produit* politique ?”.

⁵⁶ No texto de partida: “Nous pressentons que la réponse à ces questions exige l’analyse de la demande qui émane des rapports sociaux: qu’en est-il du champ politique comme lieu où se formule la demande?”.

⁵⁷ No texto de partida: “les produits techniques qu’elle exige circulent et sont consommés depuis toujours selon des *règles* propres à chaque pratique sociale déterminée”.

⁵⁸ Neste ponto, lembremos Althusser ([1982] 2005, p. 26): “[o] ‘sempre-já’, do qual fiz abundante uso até agora nos meus ensaios, mas que não foi sempre percebido, é a grife (*Greifen*: prender em alemão; *Begriff*: presa ou conceito) desta antecedência de qualquer coisa em relação a si mesma, portanto em relação a qualquer origem”.

⁵⁹ No texto de partida: “la pratique politique n’admet pas une origine philosophique, mais qu’elle est *l’affaire des praticiens*, au sens que Spinoza donne à ce terme dans son ‘Traité politique’”.

“assunto dos práticos” ou, ainda, “assunto dos técnicos”, como optado pela versão brasileira (Herbert, [1966] 2015, p. 35). Para traduzi-lo, fez-se fundamental remeter a mesma formulação ao *Tratado Político* (Spinoza, [1676-1677] 2009) do qual, em tese, advém. Dizemos “em tese” pois, no exame do texto referenciado, não há nenhuma ocorrência do termo. Entretanto, no contraste dessa obra spinoziana entre suas traduções francesa e brasileira ([1676-1677] 1861; 2009), chamamos atenção, especialmente, ao § 2 do capítulo XI:

Si donc il [le gouvernement démocrate] est réglé par une loi que les anciens seulement qui auront atteint un âge déterminé, – ou les seuls aînés, dès que leur âge le permet, – ou ceux qui payent à la république une somme d'argent déterminée, – possèdent le droit de suffrage dans le conseil suprême et le droit de participer aux **affaires publiques**, bien qu'il puisse arriver, par cette raison, que le conseil suprême y soit composé d'un plus petit nombre de citoyens que dans le gouvernement aristocratique, il faut cependant appeler démocratiques des gouvernements de cette sorte, parce que les citoyens qui doivent gouverner la république n'y sont pas choisis comme les plus dignes par le conseil suprême, mais sont désignés par la loi. [...] Car les patriciens jugeront toujours comme les meilleurs les gens riches ou bien ceux qui leur sont unis par les liens du sang ou de l'amitié ; et à coup sûr si les patriciens devaient élire leurs collègues patriciens, sans passion et en vue du seul intérêt public, il n'y aurait point de gouvernement à opposer au gouvernement aristocratique. Mais la pratique a démontré surabondamment que les choses se passent d'une tout autre façon, surtout **dans les oligarchies, où la volonté des patriciens, par le manque de rivaux, est plus que partout ailleurs dégagée de toute loi**. Là, en effet, ce que les patriciens ont le plus à cœur, c'est de repousser du conseil les plus dignes citoyens et ils choisissent pour collègues des gens qui n'ont d'autre volonté que la leur ; de telle façon que dans un pareil gouvernement les affaires se font bien plus mal, parce que **l'élection des patriciens dépend de la volonté complètement libre de quelques individus, je veux dire, d'une volonté exempte de toute loi**. (SPINOZA, [1676-1677] 1861, p. 465, grifos nossos).

Se, por conseguinte, [o estado democrático] for instituído por direito que só os mais velhos, que tenham atingido uma certa idade, ou que só os primogênitos, assim que a idade lho permita, ou os que contribuem com uma certa soma de dinheiro para a república, terão no conselho supremo direito de voto e de tratar dos **assuntos de estado**, ainda que por este método possa acontecer que o conselho supremo seja composto por menos cidadãos que o do estado aristocrático, do qual falamos antes, tais estados devem, não obstante, chamar-se democráticos, porquanto os seus cidadãos que são designados para governar a república não são escolhidos pelo conselho supremo, como os melhores, mas estão destinados a isso por lei. [...] Com efeito, aos patricios serão sempre os ricos, ou os que lhes são próximos pelo sangue, ou aqueles a quem os une a amizade, que parecerão os melhores. Sem dúvida, se as coisas com os patricios se passassem de modo que eles escolhessem os colegas independentemente de qualquer afeto e movidos apenas por zelo pela salvação pública, nenhum estado seria comparável ao aristocrático. A experiência, porém, tem abundantemente ensinado que as coisas se passam de modo em tudo contrário, principalmente **nas oligarquias, onde a vontade dos patricios, por falta de emulação, está maximamente desvinculada da lei**. Aí, com efeito, os patricios afastam cuidadosamente do conselho os melhores e procuram para seus colegas no conselho os que dependem da palavra deles, de tal modo que em semelhante estado as coisas se passam muito pior, uma vez que **a escolha dos patricios depende da vontade absoluta e livre, isto é, desvinculada de toda a lei, de uns tantos**. (Spinoza, [1676-1677] 2009, p. 137-138, grifos nossos).

Após um largo exame dos governos monárquico e aristocrático, Spinoza chega à concepção do estado democrático e dos seus diferentes gêneros. Para

tanto, diferencia “democracia” de “aristocracia” ao postular que a primeira tem por base o sufrágio universal e o livre acesso aos cargos estatais, enquanto a última se pauta pela vontade do conselho supremo nomeado pelos patrícios (a classe política e social dominante na formação social romana aristocrática). A intervenção dessa classe na estrutura social era voltada, então, para a reprodução das relações sociais de produção, assegurando que “ninguém tenha direito hereditário nem de voto, nem de acesso aos cargos do estado, e ninguém possa por direito reclamar para si tal direito” (SPINOZA, [1676-1677] 2009, p. 137). Os *assuntos do estado* (*les affaires publiques*), por assim dizer, correspondem à demanda dos patrícios. Por outro lado, se um estado se institui pelo “direito que só os mais velhos, que tenham atingido uma certa idade, ou que só os primogênitos, assim que a idade lho permita, ou os que contribuem com uma certa soma de dinheiro para a república” (Spinoza, [1676-1677] 2009, p. 137) tenham acesso a voto no conselho supremo e a possibilidade de arbitrar sobre os assuntos públicos, ele poderá ser chamado democrático – uma vez que o conselho não será ocupado pelos “melhores” escolhidos pelos patrícios, e a república será governada pelo cidadão destinado a isso por lei.

As observações feitas por Spinoza, entretanto, salientam que estes governos, nos quais não se opta pelos “melhores”, “mas [por] aqueles que têm a sorte de ser ricos ou primogênitos [...], pareçam por essa razão piores que o estado aristocrático, contudo, se olharmos à prática, ou à condição comum dos homens, a coisa vai dar no mesmo” (Spinoza, [1676-1677] 2009, p. 138). O estado democrático pautado na plutocracia ou na herança pouco altera a realidade dada, uma vez que a questão pública segue sendo gerida por poucos, calcada em afetos particulares que levam à escolha dos “melhores”. A “salvação pública” não está em causa. O caráter fundamental das oligarquias é o de funcionar como lugar e condição em que “a vontade dos patrícios, por falta de emulação, está maximamente desvinculada da lei” (Spinoza, [1676-1677] 2009, p. 138).

Feito esse resgate das teses spinozistas, podemos contrastar duas designações: aquela dada à classe dominante da aristocracia, que governa os “assuntos de estado”: *les patriciens* [pa.tʁi.sjɛ̃] (os patrícios); e outra, atribuída a Spinoza por Herbert, *les praticiens* [pʁa.ti.sjɛ̃] (os “práticos”) que contorna a classe dos “profissionais” ou “técnicos”, aqueles que reivindicam para si o “assunto” da “origem da prática política”. Ao que tudo indica, estamos diante de uma operação teórica sobre a “palavra” (em sentido althusseriano), marcada na e pela metátese da

líquida vibrante, deslocada da esquerda ← direita. Ambas as designações, assim, contornam “um certo número de escolhidos dentre a multidão” (Spinoza, [1676-1677] 2009, p. 86) que detém os meios (técnicos) de produção, seja por “direito natural” de nascença (na aristocracia), seja pela herança ou acúmulo de capital (na aristocracia e em alguns gêneros de governo democrático).

Diante disso, se a demanda social funciona como um sempre-já, visto estar imbricada à contradição entre as relações de produção e as forças de produção em um todo conflituoso, é porque seu estatuto é o de causa imanente. Ao não aceitar “uma origem filosófica”, podemos dizê-la como *condição à luta de classes* – cujas relações de força acabam por estabelecer historicamente, sob “regras próprias de cada prática social determinada” (Herbert, [1966] 2015, p. 35), a circulação e o consumo das respostas (técnicas) à demanda social. Enquanto estrutura estruturante, *a demanda funciona em uma instância geral* (na infraestrutura). Isso não impede, entretanto, que ela seja assunto das classes dominantes (*patriciens, praticiens*). Dobrada sobre si mesma, resta-lhe a caracterização de uma face dupla:

[p]roduzir (um produto técnico) é sempre produzir para alguém; em outras palavras, a demanda que emana das relações sociais determina *de uma só vez* não somente a produção do objeto, mas também a maneira como ele será consumido, de tal maneira que se pode dizer: as condições de existência do produto técnico são também seu destino. (Herbert, 1966, p. 150, grifos do autor, tradução nossa)⁶⁰.

Ao mesmo instante determinante e determinada, a demanda social é, então, sobredeterminante e sobredeterminada.

Herbert alcança esta conclusão retificando, uma vez mais, as leituras correntes da *Contribuição à crítica da economia política* ([1858] 2008), especificamente o conceito de “condições [materiais] de existência” (Marx, [1858] 2008, p. 47). No *Prefácio*, Marx expõe as razões que o levaram a discutir a Economia Política: na qualidade de redator da *Gazeta Renana*, periódico alemão publicado entre 1842 e 1843, o velho mouro viu-se obrigado a emitir parecer sobre “os interesses materiais”, especificamente aqueles relativos a crimes de exploração florestal, ao parcelamento das propriedades fundiárias e ao protecionismo estatal a favor dos burgueses e em detrimento do campesinato habitante do vale do rio

⁶⁰ No texto de partida: “produire (un produit technique), c'est toujours produire pour quelqu'un; en d'autres termes, la demande qui émane des rapports sociaux détermine *en une seule fois* non seulement la production de l'objet mais encore la manière dont il sera consommé, de telle manière qu'on peut dire: les conditions d'existence du produit technique sont aussi son destin.”.

Mosel. Além de ficarem registradas na *Gazeta*, encontramos as discussões por ele propostas, germinalmente, na *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* [1843], n'*A ideologia alemã* [1845~1846] e no *18 de Brumário de Luís Bonaparte* [1851~1852]. Sua tese central é a de que

as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas **condições materiais de existência**, em suas **totalidades**, condições estas que Hegel, a exemplo dos ingleses e dos franceses do século 18, compreendia sob o nome de "sociedade civil". (Marx, [1858] 2008, p. 47, grifos nossos).

Nessa citação, uma primeira oposição se sobressai. Nela, temos a negação de que as Formações sociais podem ser compreendidas cientificamente através da observação do movimento do Espírito em direção ao Absoluto. Configurando-se como recusa ao Idealismo, Marx propõe que as condições materiais de existência do homem, constituídas como práticas sociais, devem servir de base para a análise da formação do todo social. A concepção de "totalidade", que articula a contradição entre Forças produtivas e Relações de produção, se superpõe sobre a compreensão de "sociedade civil", formulada pelos hegelianos de esquerda e pelos socialistas franceses.

Essa primeira recusa exige, além de um câmbio de "ponto de vista", uma inversão metodológica. Hegel via no movimento especulativo do espírito de uma época a base necessária para a compreensão do Estado. Marx reconhece esta dimensão, e a remete à noção de "superestrutura", entendida como o conjunto dos "processos de vida social, política e intelectual" determinados pela "consciência dos homens" (Marx, [1858] 2008, p. 47). Mantida ilesa, a noção de superestrutura é lida como simétrica à de "ideologia" – fruto do espírito humano – perspectiva já sustentada n'*A ideologia alemã*.

A torção operada por Marx dispõe que "na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade" ([1858] 2008, p. 47), as quais respondem "a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais" ([1858] 2008, p. 47). Ao revisar a contradição entre as Relações de produção e as Forças produtivas, o pensador recai na tese do primado das Forças produtivas sobre as Relações de produção, o que se verifica na assertiva de que "[a] totalidade dessas

relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência” ([1858] 2008, p. 47).

O movimento teórico proposto por Marx continuará produzindo repercussões, especialmente nas obras em que mantém diálogo próximo com Hegel, como é o caso dos do primeiro volume de *O Capital*. Embora a herança hegeliana seja inegável na construção da dialética em Marx, é inegável, também, que os (des)limites entre uma e outra sejam controversos. Althusser ([1962], 1979, p. 75), diante do aforismo “a dialética, em Hegel, está de cabeça para baixo. É preciso invertê-la para descobrir na ganga mística o nódulo racional”, atenta que, aí, Marx vale-se da imagem da “inversão” enquanto artifice indicativo que “coloca tantos problemas quantos resolve”.

Ao defender sua posição, Althusser lembra-nos que uma simples “inversão” da filosofia especulativa de Hegel faria daquele que se propõe a tal empreendimento prisioneiro inconsciente do fantasma do idealismo. Portanto, em uma primeira leitura, a “inversão” à qual Marx se refere é o próprio gesto de deitar fora a ganga mística da filosofia especulativa para guardar o nódulo racional, que é a dialética. Uma vez descortçada das impurezas que a envolvem, tornar-se-ia o contrário direto da dialética hegeliana, aplicada ao mundo material, ao invés de voltar-se para o mundo sublimado de Hegel.

Em uma leitura mais aprofundada, no entanto, diz Althusser, o deslocamento do sentido da aplicação da dialética não opera qualquer inversão. Pelo contrário, mantém-na intacta. Remontar rigorosamente a dialética de Hegel, nesses moldes, leva “a equívocos perigosos, na medida em que é impensável conceber, em virtude dos próprios princípios da interpretação marxista de um fenômeno ideológico *qualquer*, que a dialética possa ser alojada no sistema de Hegel como um nódulo no seu envoltório” (Althusser, [1963] 1979, p. 77, grifos do autor). O filósofo frisa, portanto, que é impensável que a dialética não se tenha “contaminado” pela ideologia idealista no seio do próprio idealismo.

Em incursão pela obra de Engels ([1886], 2012) e de Marx ([1885], 2014), Althusser propõe que a “ganga mística” não seria de toda a filosofia especulativa e a concepção de mundo idealista enquanto elementos exteriores ao método; antes disso, estaria entranhada na própria dialética, uma vez que ela teria sofrido “mistificações entre as mãos de Hegel” (Althusser, [1963] 1979, p. 79). “[A] ganga

mística não é outra coisa que a forma mistificada da própria dialética, isto é, não é um elemento relativamente exterior à dialética [como o sentido da sua aplicação], mas um *elemento interno, consubstancial*” (Althusser, [1963] 1979, p. 79, grifos do autor). Na inversão marxista da dialética não bastou, portanto, uma extração da sua ganga externa (a alteração do seu sentido). Foi necessária uma escavação dolorosa da “sua própria pele”. Nesse processo, a dialética é transformada e o produto extraído já não é o mesmo, ocorrendo um deslocamento da natureza do seu objeto (do ideal para o material) e, antes de tudo, um deslocamento da sua própria natureza, colocando em exposto o problema das suas estruturas.

Esse problema é tomado por Althusser e seus colaboradores como a base para o desenvolvimento do materialismo, que está na dependência da descrição e da teorização das estruturas da dialética, ainda que já incorporadas à prática política. Althusser, tomando para si parte deste necessário empreendimento, dedicará seus esforços em desenvolver a categoria marxista de *contradição*, desdobrando-o, especialmente, em dois textos complementares: *Contradição e sobredeterminação* ([1963] 1979) e *Sobre a dialética materialista* ([1963] 1979).

Motta (2012), em seu estudo sobre o *(Re)começo do materialismo althusseriano*, observa que o marco inicial do filósofo se situa nas teorizações de Mao Tse Tung, especificamente no texto *Sobre a contradição* ([1937] 2009). Vistas como importantes reflexões para a interpretação da conjuntura dos países do Terceiro Mundo após a Segunda Guerra, as proposições de Mao são imprescindíveis para pensar a conformação das relações internas das formações sociais e as diferentes contradições aí em operação (Motta, 2012).

Para tanto, Mao ([1937] 2009) configura a contradição como um princípio da dialética, implicado à constituição fenomênica do mundo e que deve ser devidamente apreendido pelo operador metodológico do materialismo⁶¹. Nesse contexto, o autor distingue duas contradições, basicamente: as *principais*, relacionadas à dimensão econômica e expressas pela oposição capital/trabalho, e as *secundárias*, referentes aos tensionamentos superestruturais. Em sua visão, “dos dois aspectos contrários, um é necessariamente principal e o outro, secundário. O

⁶¹ Ou, nas palavras de Mao, “a concepção dialética do mundo nos ensina sobretudo a observar e a analisar o movimento das contradições nos diferentes fenômenos, bem como a determinar, a partir dessa análise, os métodos próprios para resolver tais contradições. Eis porque a compreensão concreta da lei da contradição inerente aos fenômenos é de uma importância extrema para nós” (TSE TUNG, [1937] 2009, p. 37).

principal é aquele que desempenha o papel dominante na contradição. O caráter dos fenômenos é sobretudo determinado por esse aspecto principal da contradição” (Tsé Tung, [1937] 2009, p. 60).

Para o líder comunista ([1937] 2009), as contradições internas ocupam o cerne de determinada formação social ao passo que as contradições externas estão a favor da sua (re)produção. As contradições, desse modo, possuem caracteres tanto particulares quanto universais e estão no centro do desenvolvimento de todas as práticas. Entretanto, ainda que interdependentes, a relação estabelecida entre elas é de dominância, o que “decorre [d]o fato de que a contradição fundamental influencia e determina as contradições principais e secundárias, tornando-as ou agudizadas, ou resolvidas, ou atenuadas parcialmente/temporariamente, enquanto outras vão nascendo” (Motta, 2012, p. 76).

Nesse sentido, os processos revolucionários são determinados pela contradição interna do modo de produção que, em seu cume, deve levar à formação de uma nova contradição diretora em relação às secundárias. Não operam, portanto, como uma via única, mas constituem um todo complexo cuja estrutura implica, necessariamente, a subordinação de inúmeros tensionamentos superestruturais. Ainda que, para o líder comunista, o processo revolucionário se dê em etapas, estas não são vistas como aplicações mecânicas da contradição principal do capitalismo nos países terceiro-mundistas. É o caso, segundo Motta (2012), dos países latino-americanos afetados pelo imperialismo, em que a relação dominante/dependente se superpõe à relação de exploração entre as distintas classes sociais.

Aí, é pressuposto básico que o desenvolvimento das contradições sociais/históricas é desigual e os aspectos de uma contradição dependem, identitariamente, um do outro no sentido de que sem seu oposto um aspecto perde a condição diferencial de existência. Se falamos em “unidade” e “identidade” de contrários, portanto, é apenas para exprimir que “os aspectos contrários não podem existir isoladamente, um sem o outro” (Tse Tung, [1937] 2009, p. 66). E não apenas isso: contingencialmente a identidade entre os contrários caminha para a transformação da relação de dominância, como no caso de uma classe dominada tornar-se dominante, e o contrário: “[s]e, num processo determinado ou numa etapa determinada do desenvolvimento da contradição, o aspecto principal é A e o aspecto secundário é B, numa outra etapa ou num outro processo do desenvolvimento, os papéis se invertem (Tse Tung, [1937] 2009, p. 60). No desenvolvimento das etapas

do processo revolucionário, a contradição entre duas classes avulta-se tanto até o ponto em que se coloca entre elas uma relação de antagonismo (Motta, 2012).

De acordo com a leitura de Motta (2012), um novo processo de unidade dos contrários só se faz possível quando se dá o fim de um dos agentes da contradição principal precedente, isto é, o aniquilamento de um termo pelo outro implica a fragmentação do agente vitorioso, lançando as bases da contradição que vai dar as diretrizes de um novo processo histórico. Sumariamente, a dialética é tomada por Mao como uma “dialética da destruição/divisão, e permite pensar a transição de um modo de produção a outro como uma transformação das relações de produção e das forças produtivas dominantes por outras de natureza distinta” (Naves, 2005, p. 38 *apud* Motta, 2012, p. 78).

Com base nesses fundamentos, Althusser proporá uma de suas maiores contribuições à ciência da história, em específico para a análise das crises conjunturais que se apresentam no pós-guerra. Para Gillot (2018), reside aí a originalidade teórica de Althusser, que busca na psicanálise os instrumentos para a releitura de Marx em uma perspectiva antieconomicista/anti-historicista. Mobiliza, particularmente, os termos *sobredeterminação* e *causalidade estrutural*. Para isso, em constante autocrítica, vê-se diante da necessidade de superar os princípios gerais lançados em *Ler o Capital* (Althusser, Rancière, Macherey, [1968] 1979b; Althusser, Balibar, Establet, [1968] 1980) em função da capacidade de interpretar acontecimentos históricos, de fato, como processos determinados por contradições múltiplas.

Lembra-nos a mesma estudiosa (2018) que no âmbito do projeto filosófico de Althusser, esses vocábulos são evocados, em um primeiro momento, para o entendimento dos processos históricos que engendraram a Revolução Russa. Em vias subterrâneas, é pretendida uma ruptura com a concepção reducionista de que a economia põe a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção como causa determinante dos demais tensionamentos de certo modo de produção. Esse corte, sustentado em Mao, descreve uma rede complexa de contradições unidas cuja “força”, contingencialmente, levaria a uma *carambolage* revolucionária (Althusser, [1963] 1979, [1982] 2005).

Sob essa ótica, as contradições superestruturais ou, melhor, instâncias⁶² que derivam na/da estrutura social, têm consistência e eficácia (relativamente) autônomas. Se se fundem em uma unidade real, as diferenças características de cada uma delas não se dissipam em um todo homogêneo, mas sim constituem uma unidade aberta marcada pela sua natureza e pela sua eficácia própria e direcionadas pelas modalidades específicas da sua ação na formação social. Essa observação leva Althusser ([1963] 1979, p. 86-87, grifos do autor) a concluir que, ao conformarem essa “unidade”, “*reconstituem* e realizam, com efeito, essa unidade fundamental que as anima, mas fazendo-o, indicam também a sua natureza: que a ‘contradição’ é inseparável da estrutura do corpo social total no qual ela se exerce, inseparável de suas *condições* formais de existência, e das *instâncias* mesmas que governa”. A unidade é, assim, no seu seio, afetada pelas contradições secundárias; determinante e, no mesmo movimento, determinada. Ao ser determinada pelas diversas instâncias da formação social às quais dá vida, diz Althusser ([1963] 1979), pode-se dizer que a estrutura dominante, a econômica, é *sobredeterminada*.

Ao levarmos estas proposições à última instância, a única conclusão possível é a de que a estrutura social não é uma essência originária, mas uma unidade que se articula de modo complexo e movente. Na perspectiva de Motta (2012, p. 80), está aí o empréstimo mais feliz de Mao a Althusser: são as “diferenças entre as contradições e as relações destas com a estrutura dominante significam a existência do/[no] todo”. Não significa dizer que a contradição principal é “essência” das secundárias, e que estas seriam “puro fenômeno” da principal. Pelo contrário: implica que as contradições secundárias são tão necessárias à (re)produção/transformação da contradição principal quanto constituem as suas condições materiais de existência, ao mesmo passo que o inverso é verdadeiro (a contradição principal é tão necessária à (re)produção/transformação das contradições secundárias quanto constitui as suas condições materiais de existência) – no movimento dialético da identidade dos contrários, a infraestrutura e a superestrutura constituem a condição de existência uma da outra.

Não se nega, por isso, a “estrutura com dominante” que organiza as contradições, a saber, a estrutura econômica que coloca em disputa a exploração do

⁶² Aqui, mobilizamos o termo *instância* tal como Althusser o compreende a partir de sua definição de *modo de produção*. Para o autor ([1963] 1979), *instâncias* tratam-se de regionalizações *complexamente-estruturalmente-desigualmente-determinadas* que se articulam do/no “todo”.

trabalho. Afirma-se, por outro lado, que a contradição se situa no interior dela mesma e é esta teorização “da estrutura articulada com dominante que constitui a unidade do todo complexo no interior de cada contradição [...] o traço mais profundo da dialética marxista” (Motta, 2012, p. 81; Althusser, [1963] 1979, p. 181-182). Dadas estas relações, Althusser ([1968] 1980) designará a “sobredeterminação”, também, pelo termo “causalidade estrutural” ao passo que deixa de mencionar a categoria de contradição, em específico (Motta, 2012; Gillot, 2018).

Conforme nos lembra Gillot (2018), assim como o de *sobredeterminação*, o conceito de *causalidade estrutural* é recuperado por Althusser da psicanálise freudolacanianana⁶³. Traz consigo a aceção de que a estrutura dominante (econômica) determina a superestrutura (instâncias jurídico-política e ideológicas) a partir de um efeito de ausência desta determinação para que, aos olhos do sujeito, “o efeito seja tomado pela causa” (Althusser, [1968]1980, p. 141). Ou, nas palavras de Althusser ([1968] 1980, p. 128), “tanto o econômico quanto a eficácia dos distintos níveis da estrutura social não são claramente visíveis”. A exemplo, Althusser ([1968] 1980) menciona o trabalho dos antropólogos e etnólogos, que, na busca pelo econômico, caem nas relações familiares ou nas instituições religiosas... Nesses casos, não há uma apreensão imediata do econômico, do objeto econômico “bruto”, nem da sua eficácia neste ou naquele nível. Aí, a identificação do econômico passa pela (re)construção do seu conceito que implica a definição da existência e da articulação dos diferentes níveis das estruturas no/do todo.

De acordo com Motta, para o desenvolvimento da *causalidade estrutural* Althusser ([1968] 1980, p. 140) retorna aos manuscritos econômicos filosóficos de 1857, os *Grundrisse* de Marx ([1857-1858] 2011). Neles se lê:

Em todas as formas de sociedade, é uma determinada produção e suas correspondentes relações que estabelecem a posição e a influência das demais produções e suas respectivas relações. É uma iluminação universal em que todas as demais cores estão imersas e que as modifica em sua particularidade. É um éter particular que determina o peso específico de toda existência que nele se manifesta. (Marx, [1857-1858] 2011, p. 86, apud Motta, 2012, p. 82-83).⁶⁴

⁶³ A partir de Althusser, em específico no artigo *Freud et Lacan*, vemos que a definição de causalidade estrutural é remontada de Espinoza em sua teoria da Causalidade. É o que podemos depreender da nota “h”, em que o Althusser alude ao filósofo. Cf. Althusser ([1964] 1996).

⁶⁴ Althusser ([1968] 1980, p. 38), no capítulo *O objeto do capital*, cita de maneira mais rápida esta passagem dos *Grundrisse*. Aqui, tomamos a liberdade de trazer este excerto de forma mais delongada, tal como Motta (2012) o faz. Para nós, é nesse ponto que a passagem seguinte, remontada por Althusser dos manuscritos de 1857, é mais relevante ainda: “Não se trata da relação

Na perspectiva de Motta (2012, p. 83), na metáfora do éter e da luz presente no texto marxiano, o filósofo francês vê a possibilidade de nominar, ao mesmo tempo, “a presença e a ausência da estrutura em seus efeitos”; não enquanto “essência externa”, mas enquanto “(re)produção imanente de seus efeitos” (Motta, 2012, p. 83). A estrutura, assim, só existe enquanto categoria formal que consiste (existe) em seus efeitos materiais. “O universal não existe a não ser no particular” (Althusser, [1963] 1979, p. 159). A estrutura ideológica, por exemplo, é resultado da sua própria eficácia e não de uma causa exterior a si mesma, ainda que articulada a outras estruturas a favor dos mecanismos de (re)produção.

Outro aspecto desenvolvido por Althusser, para além da ruptura com o economicismo, é o combate à visão teleológica (enquanto progresso) que se insinua sobre o edifício da teoria da história. Se a história é um processo omni-histórico, movido pela contradição sobredeterminante/sobredeterminada (Althusser, [1963] 1979), a estrutura dominante da história e as demais instâncias que a sobredeterminam não podem ser estanques, precisam abrigar em si mesmas o movimento perpétuo de reprodução e de transformação levados a efeito nas/pelas práticas sociais.

Dedicando especial atenção a esse tema, Althusser ([1963] 1979, p. 144) definirá prática em geral como “todo processo de transformação de uma determinada matéria-prima dada em um produto determinado, transformação efetuada por um determinado trabalho humano, utilizando meios (‘de produção’) determinados”. A essa “prática geral” Althusser designará “Prática Social”, um todo-complexo com dominante das práticas particulares desencadeadas em uma certa formação social. A prática (sobre)determinante (dominante) de uma certa sociedade capitalista é o *trabalho*, isto é, a prática de transformação da natureza em produtos pela ação dos homens “trabalhando pelo emprego metodicamente regulado de meios de produção determinados no quadro de relações de produção determinadas” (Althusser, [1963] 1979, p. 144). Em posição secundária, a Prática Social comporta ainda outras três instâncias essenciais: a prática teórica (a transformação das

que se estabelece entre as relações econômicas na sucessão das diferentes formas de sociedade. Menos ainda da ordem de sucessão dessa ‘na ideia’ (Proudhon), *trata-se de sua hierarquia articulada* (Gliederung) *na sociedade burguesa*” (MARX, [1857-1858] 2011, apud ALTHUSSER, [1968] 1980, p. 38, grifos do autor). A partir dessa passagem, compreende-se as bases da tese Althusseriana das múltiplas contradições complexamente articuladas, em contraposição à tese idealista de uma contradição linear/simples.

práticas ideológicas empíricas existentes em conhecimento), a prática jurídico-política (a transformação das relações sociais em novas relações sociais através da constituição de estratégias de ruptura) e a prática ideológica (a transformação da racionalidade dos homens e das formas como, imaginariamente, se relacionam com suas condições reais de existência).

Nesse sentido, a concepção de contradição em Althusser, e suas implicações sobre a categoria de Prática Social, torna-se fundamental para os desenvolvimentos teóricos propostos por Herbert (1966), especialmente no que se refere à definição de prática técnica e à sua realização material em discurso, entrelaçada necessariamente, portanto, ao ideológico e ao político. Tomando por arrimo esses princípios, Herbert tem os subsídios necessários para compreender o discurso como base material dos processos ideológicos, cujo potencial permite remontar o funcionamento próprio das práticas técnicas e, por conseguinte, da estrutura da política aí implicada. Na prática teórica, essa posição traz consigo a possibilidade de analisar os modos como as determinações econômicas e jurídico-políticas se (re)produz/transforma nas práticas científicas, como sobredeterminam a relação, imaginária, dos homens com suas condições reais de existência e como esta compreensão tornaria possível a transformação das relações sociais.

Feita esta exposição, é possível depreender com mais profundidade o empreendimento proposto por Herbert (1966) ao se debruçar sobre a letra marxiana. Comparando os princípios expostos no *Prefácio* ([1858] 2008) e no livro 2 d'O *Capital* ([1885] 2014), defrontamo-nos com uma inconsistência na primeira obra que será corrigida pela segunda. No *Prefácio*, temos um deslocamento da natureza do objeto, do superestrutural (relacionado ao “espírito”) em direção à base econômica, de maneira que, ao depararmos com épocas de transformação social, é imprescindível distinguir as condições econômicas de produção “[d]as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito” (Marx, [1858] 2008, p. 48). Logo,

Do mesmo modo que não se julga o indivíduo pela ideia que de si mesmo faz, tampouco se pode julgar uma tal época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma. É preciso, ao contrário, explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. (Marx, [1858] 2008, p. 48).

Invertida a relação de natureza, no *Prefácio* mantém-se a estrutura do problema, que repousa sobre três fatores, a saber a categoria da *contradição*, o *economicismo* e a noção de *consciência*. Primeiramente, a relação de contradição entre base e superestrutura, reconhecida por Marx, aparenta ser unilateral, de maneira que a contradição entre Relações de produção e Forças produtivas erige uma superestrutura jurídico-política que determina e domina a consciência dos homens. Com isso, chegamos à segunda problemática, a do economicismo; uma vez que há contradição unilateral entre base e superestrutura, essa determina e domina a última, colocando em segundo plano o caráter desigual e histórico dessa relação de contradição e encobrendo o funcionamento próprio da superestrutura. Por fim, “material” é mobilizado como qualificador para as instâncias da base econômica, ao passo que a noção de consciência está relacionada ao campo do espírito, alocando ela (a consciência dos homens) e a superestrutura como dimensões que se elevam sobre a infraestrutura; temos uma oposição entre as “condições materiais de existência”, de um lado, e “processo da vida social, política e espiritual em geral”, de outro – o que, em uma perspectiva disjuntiva, permite-nos diferenciar a *produção material* (econômica e de classe) da *produção ideológica* (espiritual).

A posição de Marx, portanto, de fato “inverte” a ordem de aplicação da dialética, mas conserva parcialmente a sua “mistificação” epistemológica no instante em que mantém a aporia transcendental entre *factum* (*fato*, aquilo que é, a realidade empírica naturalmente, materialmente inscrita) e *sollen* (*dever-ser*, a dimensão normativa da racionalidade), de certo modo herdeira da separação entre *poiein* (a atividade produtiva manual) e *praxein* (a atividade social e política que envolve o *logos*) (Cf. Semeraro, 2013). Esta aporia permanece no sistema conceitual materialista devido a uma dupla falta: a falta de uma teoria da *práxis* social – configurada mais tarde n’*O Capital*, que permitirá anular a distinção entre aquilo que é “ordem do espírito” daquilo que é “ordem material”; e a falta de uma teoria da *superestrutura* – desenvolvimento teórico embrionário no empreendimento marxiano e levado a efeito por Althusser e seus colaboradores. Em verdade, ambas as faltas partem de um mesmo vazio: o espaço em branco de uma teoria da Ideologia propriamente materialista, que é, antes de tudo, uma teoria não-subjetiva da subjetividade.

É neste sentido que Spinoza comparece em Herbert (1966). Na tecitura de sua exposição, o autor propõe que “a demanda que emana das relações sociais

determina de uma só vez não somente a produção do objeto, mas também a maneira como ele será consumido, de tal maneira que se pode dizer: as condições de existência do produto técnico são também seu destino” (HERBERT, 1966, p. 150, grifos do autor, tradução nossa)⁶⁵. Acrescentando que “o instrumento de transformação da prática política é o *discurso*”, ela pôde compreender, enfim, que “que a prática política tem por função transformar as relações sociais reformulando a demanda social (demanda e também comanda, no sentido duplo que entendemos a partir de agora), por meio de um discurso” (Herbert, 1966, p. 150, tradução nossa)⁶⁶.

Ao propor que a prática política tem por função transformar as relações sociais, e que essa transformação é operada através de um discurso, Herbert (1966) tem os subsídios necessários para analisar o funcionamento da comanda social. O Direito, por exemplo, ao ser analisado como regionalização da instância política, mostra-se como um sistema organizado que produz propostas jurídicas adaptáveis aos conflitos de uma dada Formação social. Para existir, ele precisa se basear em parâmetros de direito já estabelecidos em sociedade, que assumem a forma de costumes e regras cuja “origem” filosófica não é assinalável. A transformação que o Direito opera consiste em atribuir uma lógica às práticas que já existem de *fato* (*factum*), corrigindo seus erros e fazendo-as um *dever-ser* (*sollen*). Na conjuntura mencionada por Herbert, o Direito possui uma natureza dupla, desempenhando papel tanto descritivo, quanto normativo, nos quais busca, simultaneamente, racionalizar o *direito estabelecido* e realizar sua própria *Essência racional*. Em suma, o Direito, assim como as demais práticas superestruturais, ao se “pegar” à prática política, “parece ter a função de anular uma diferença ao produzi-la” (HERBERT, 1966, p. 151, tradução nossa)⁶⁷. Em outros termos, a prática ideológica funciona junto à prática política; no instante em que a Ideologia (re)produz a Razão como *dever-ser*, denegando *aquilo que é* (Natureza), injunge às Relações de produção a

⁶⁵ No texto de partida: “la demande qui émane des rapports sociaux détermine *en une seule fois* non seulement la production de l'objet mais encore la manière dont il sera consommé, de telle manière qu'on peut dire: les conditions d'existence du produit technique sont aussi son destin”.

⁶⁶ No texto de partida: “Si nous ajoutons d'autre part que l'instrument de transformation de la pratique politique est le *discours*, comme système articulé renvoyant à la pratique sociale complexe - que ce soit sous la forme du Mythe ou celle du système - on comprend que finalement la pratique politique a pour fonction de transformer les rapports sociaux en re-formulant la demande sociale (demande et aussi commande, au sens double que nous entendons désormais), par le moyen d'un discours. En disant cela, nous ne prétendons pas que la politique se réduise aux discours ; mais que toute décision, toute "mesure" au sens politique prend sa place dans la pratique politique *comme* une phrase dans un discours.”.

⁶⁷ No texto de partida: “semblent avoir pour fonction d'annuler un écart en le produisant”.

necessidade de responder à demanda que ela própria engendrou (a demanda social penetra a resposta técnica de tal modo que impossível precisar os seus limites).

Temos, aí, duas distinções radicais entre as concepções de Contradição e de Ideologia encontradas no *Prefácio* (Marx, [1858] 2008) e aquelas sustentadas por Herbert (1966).

Na *Contribuição à crítica da Economia Política*, a relação de contradição entre base e superestrutura é linear, abrindo espaço para interpretações economicistas. Na argumentação herbertiana, a contradição é compreendida como complexamente-estruturalmente-desigualmente-determinada; trata-se de uma dívida com o desvio por Spinoza, que permite *encontrar* uma *causalidade materialista* em Marx (Althusser, [1972] 1975).

Conforme o *Prefácio*, a ideologia emula a consciência do homem e assume, na formação social, a configuração de um produto do espírito. De acordo com o artigo de Herbert, em estreito diálogo com o empreendimento althusseriano, o funcionamento da Ideologia tem estatuto imaginário, de maneira que ela transforma uma dada “consciência” em nova “consciência” através de uma reflexão da “consciência” sobre si. Nesta conjuntura, a “(auto)consciência”, antes tomada por Hegel como o fundamento da realização do Espírito, deve ser interpretada como o efeito de evidência subjetiva produzido pela Ideologia, que, enquanto prática, promove a representação imaginária do “indivíduo” para suas condições materiais de existência que lhe determinam. Os processos de (des)conhecimento do sujeito frente às suas condições materiais de existência não se dão por autopromoção, mas, sim, são mediados pela prática ideológica que funciona como um *discurso*.

No todo social, a prática ideológica mostra-se distinta da prática técnica. Enquanto esta paira como *nuvem* sobre a demanda e tem estatuto contingente, essa funciona no interior da prática política, assumindo o caráter necessário de um *cimento* que mantém os elementos articulados no, pelo todo em seus respectivos lugares. De modo geral, portanto, a prática política, paralelamente ao funcionamento da Ideologia, “tem por função transformar as relações sociais no interior da prática social, de tal maneira que a estrutura geral desta última não se altere” (Herbert, 1966, p. 151, tradução nossa)⁶⁸ – tem por função reproduzir as Relações de

⁶⁸ No texto de partida: “la pratique politique a pour fonction de transformer les rapports sociaux à l'intérieur de la pratique sociale, en telle manière que la structure globale de celle-ci ne se modifie pas”.

produção; embora, contingencialmente, possa transformá-las (isso nos mostram as experiências revolucionárias).

Diante disso, irrompe diante de Herbert (1966, p. 151, tradução nossa)⁶⁹ outro problema a ser exposto: “como, no interior da própria ideologia, pode ocorrer esse ‘esquecimento’ da comanda, necessário à não-mudança, velado pela mudança aparente?” Visando enfrentá-lo, o autor lança uma assertiva impassível: o “esquecimento” da comanda social reside na subjetividade filosófica. A cisão Natureza (*factum*)/Razão (*sollen*) é necessária à coesão da Prática Social; há muito que as diferentes tradições filosóficas têm se ocupado de “analisar” o elo entre essas duas realidades inconciliáveis, e, comumente, reconhecem na Razão a origem e a possibilidade da realidade objetiva. O argumento utilizado para defender esse posicionamento é o de que “[s]e, em efeito, o sujeito está no ‘Todo’ como um ponto em uma superfície, ele participa, de fato, da *natureza* do Todo, e a superfície total está em direito na *Razão*” (Herbert, 1966, p. 151, grifos do autor, tradução nossa)⁷⁰.

O efeito da ideologia filosófica sobre a subjetividade funciona, portanto, como um mecanismo que evidencia na subjetividade “individualizada” a potência de deformar a superfície em que intervém; como portadora da Razão, reside nela a propriedade de escolha, constituindo-se como *ponto de vista interpretativo que dita o real, a demanda e a si mesma*. Nesse sentido, o vazio teórico deixado pela falta de uma teoria materialista da Ideologia (e do imaginário) é tamponado pelo idealismo através da *assunção do Sujeito à categoria de elemento interno, consubstancial ao método especulativo*; em outros termos, a ganga mística que resiste na dialética especulativa é a própria teoria da subjetividade hegeliana. A essas ideologias filosóficas, Herbert designará “teorias” da imaginação subjetiva pontual – cujas bases se assentam sobre o idealismo, o subjetivismo e a causalidade linear/teleológica. Com Althusser, ao reler Marx a partir do espelho spinoziano, o empreendimento herbertiano as nega ao propor uma concepção materialista da Ideologia – fundamentada em três características: primeira, sua realidade é imaginariamente constituída; segunda, seu funcionamento centra-se na produção do sujeito como efeito de unidade e de potência; e terceira, sua estrutura interna é

⁶⁹ No texto de partida: “comment; à l'intérieur de l'idéologie elle-même, peut-il advenir un tel "oubli" de la commande, nécessaire au non-changement, voilé par le changement apparent?”.

⁷⁰ No texto de partida: “Si, en effet, le sujet est dans le ‘Tout’ comme un point sur une surface, il participe, de fait, à la nature du Tout, et la surface totale est en droit Raison”.

invertida, pois faz reconhecer o sujeito como Fim, ao mesmo tempo em que injunge o desconhecimento da comanda social.

É essa teoria materialista da Ideologia que servirá de lastro para a primeira concepção de discurso que encontramos em Herbert (1966, p. 150, grifos do autor, tradução nossa): “*discurso*, como um sistema articulado referido à prática social complexa” ⁷¹, no sentido de que “toda decisão, toda ‘medida’ no sentido político, toma seu lugar na prática política como uma frase em um discurso” ⁷². Como veremos, essa concepção de discurso é fundamental para a compreensão do estatuto das “ciências sociais”. O que pretendemos desenvolver na próxima seção.

0.4 Das condições (ideológicas) de produção das “ciências sociais” à sua definição

É tempo de um balanço.

Voltemos um instante trás para discernir o que aqui foi feito: colocamos pouco a pouco em cena os vários personagens da Peça que está sendo representada no grande palco da prática social. Se a descrição que fornecemos da prática técnica, da prática política e de seus avatares é fundamentada, estamos agora em posição de interpretar convenientemente o papel que as “ciências sociais” tencionam representar no conjunto da prática social. Escolhemos, para tanto, a psicologia social como testemunho principal porque, entre outras considerações, essa disciplina parece ser particularmente demonstrativa em relação ao problema. Precisamos que nossa intenção aqui não é, certamente, fornecer aqui uma história dessa disciplina, mas somente desembaraçar o nó conflituoso que a torna possível, ela e a todas as “aliadas” da família. (Herbert, 1966, p. 152, tradução nossa) ⁷³.

Traçado o panorama da prática técnica que há pouco descortinamos, alcançamos os subsídios necessários para analisar a incursão promovida por

⁷¹ No texto de partida: “*discours*, comme système articulé renvoyant à la pratique sociale complexe”.

⁷² No texto de partida: “toute décision, toute ‘mesure’ au sens politique prend sa place dans la pratique politique comme une phrase dans un discours”.

⁷³ No texto de partida: “Regardons un instant en arrière pour discerner ce qui a été fait : nous avons mis peu à peu en place les différents personnages de la Pièce qui se joue sur la grande scène de la pratique sociale. Si la description que nous avons fournie de la pratique technique, de la pratique politique et de leurs avatars est fondée, nous sommes désormais en mesure d’interpréter convenablement le rôle que les “sciences sociales” entendent jouer dans l’ensemble de la pratique sociale. Nous avons choisi pour cela la psychologie sociale comme témoin principal parce que, entre autres considérations, cette discipline semble particulièrement démonstrative eu égard au problème. Précisons que nous n’entendons pas bien entendu fournir ici une histoire de cette discipline, mais seulement dégager le noeud conflictuel qui la rend possible, elle et toutes les “alliées” de la famille”.

Herbert (1966, p. 152, tradução nossa)⁷⁴ visando interpretar o “papel que as ‘ciências sociais’ tencionam representar⁷⁵ no todo da prática social”. Para tanto, é necessário que levemos em consideração o recorte operado pelo autor, no qual a psicologia social é eleita como representativa das “ciências sociais”, bem como devemos reconhecer a sua recusa de reconstituir um percurso histórico da disciplina, reafirmando o objetivo de “desembaraçar o nó conflituoso que a torna possível, ela e a todas as ‘aliadas’ da família” (1966, p. 152, tradução nossa)⁷⁶.

A operacionalização metodológica realizada por Herbert coloca em jogo três princípios para a análise epistemológica. Primeiro, as “ciências sociais” conformam um todo, porém são inapreensíveis enquanto tal; diante dessa impossibilidade, a sua formação complexa (a das “ciências sociais”) só pode ser tocada pela mediação de um componente particular (a psicologia social), reconstruído através de práticas singulares materialmente inscritas. Segundo, a psicologia social, enquanto instância particular, não pode ser compreendida positivamente, pois sua existência é relacionalmente determinada pelas “aliadas”, com quem compartilha a mesma “família”, e por suas concorrentes, que integram “famílias” opostas ou adjacentes. E, terceiro, o objetivo da intervenção nega tendências meramente historiográficas, restringindo-se à interpretação das contradições que (sobre)determinam a (re)produção e o funcionamento do seu objeto.

Esses princípios são colocados em movimento a partir da remontagem do que Herbert (1966) designa *condições ideológicas*, entendidas como determinações necessárias à irrupção das “ciências sociais”. Com a definição desse conceito, inconsistências, sub-repticiamente, se insinuam. Por um lado, não há uma justificativa rigorosa que permita afirmar a psicologia social como demonstrativa do funcionamento das “ciências sociais” – o que dá a essa opção um caráter

⁷⁴ No texto de partida: “nous sommes désormais en mesure d'interpréter convenablement le rôle que les ‘sciences sociales’ entendent jouer dans l'ensemble de la pratique sociale”.

⁷⁵ Atestamos, aqui, a insuficiência da tradução de “jouer” como “representar”. Tanto em Althusser, quanto em Pêcheux, o verbo “jouer” é tomado como metáfora teórica que, em sua ambiguidade, remete para a disposição de forças contraditórias que “jogam”, disputam pelo domínio de um campo a partir de um sistema (sobre)determinado de *regras* que lhe servem de condição e possibilidade. Essa operação conceitual permite compreender o deslocamento metodológico que recusa o desejo idealista de compreender a *função* da prática social, no instante em que se propõe o problema de analisar o seu *funcionamento*. Em Pêcheux ([1975] 2014), por exemplo, a metáfora é remetida à teoria saussuriana do valor linguístico e à configuração contraditória dos Aparelhos Ideológicos de Estado na tópica do edifício social.

⁷⁶ No texto de partida: “Précisons que nous n'entendons pas bien entendu fournir ici une histoire de cette discipline, mais seulement dégager le nœud conflictuel qui la rend possible, elle et toutes les ‘alliées’ de la famille.”.

relativamente arbitrário; por outro, ao circunscrever as condições de produção, estritamente, à dimensão ideológica, perde-se de vista a inextrincável relação entre as determinações do real e os seus efeitos imaginários – denunciando a insipiência da articulação teórica entre a *os registros do imaginário* e a *situação concreta* (exterioridade) que lhes constitui.

As dificuldades apresentadas compartilham um núcleo conceitual, a saber, a dificuldade de levar a efeito a concepção de discurso, ainda em processo de elaboração. Se aceito como um *sistema articulado* (conforme recuperamos anteriormente), ele exigiria que a psicologia social fosse remetida às suas concorrentes na formação das “ciências sociais”, o que permitiria interpretar diferenças e regularidades internas a essa “família”, servindo de critério para a definição de seu caráter “representativo”. Se tomado como referido à *prática social complexa*, ele convoca à teorização sobre o ponto de defasagem entre as condições reais de existência e a sua representação imaginária, processo (sobre)determinado pelas diferentes instâncias que integram uma certa Formação social.

A primeira condição é exaustivamente desenvolvida por Herbert (1966) nos fins de análise de seu ensaio. A segunda, por sua vez, será abordada em dois caminhos distintos: em *Analyse de contenu et théorie du discours* (Pêcheux, 1967), buscará orientações conceituais na Semiologia prenunciada por Saussure ([1916] 2012) para compreender relação de solidariedade entre os diferentes sistemas de significação, entre os quais a língua é o *principal* – ciência que, conforme o genebrino, formaria parte da psicologia social e, conseqüentemente, da psicologia geral; mais tarde, em *Les vérités de la Palice* ([1975] 2014), após a publicação das notas *Aparelhos Ideológicos de Estado* (Althusser, 1970), Pêcheux encontrará as linhas gerais da *teoria não subjetiva da subjetividade*, e, através da metáfora da *interpelação ideológica*, localizará no discurso o nó que articula real, simbólico e imaginário.

Diante dessas pontuações, é possível remontar uma justificativa prática para a “eleição” metodológica de Herbert (1966), ainda que não exposta: naquela conjuntura, o materialismo histórico estava bloqueado para o desenvolvimento de uma teoria do discurso. A via possível encontrada pelo teórico foi a de explorar relações de vizinhança, colocando questões à psicologia social, em primeiro plano, visando alcançar o campo da Semiologia, em nível subterrâneo. Um tateamento de fronteiras, iniciado por Althusser ([1963] 1979), que só pôde ser realizado pela

abertura da linha imaginária que (in)define o dentro fora de uma Formação teórica, tornando-a suscetível aos efeitos de teses que agudizam suas contradições. Nessa incursão, o primeiro vislumbre já é categórico. Estamos em um terreno em disputa.

Essa afirmação é defendida por Herbert (1966) em análises prévias, especialmente aquelas que reconhecem no funcionamento da filosofia o estatuto de uma prática ideológica, responsável por sustentar no imaginário do *sujeito como Fim* o esquecimento da demanda/comanda social. O autor identifica as bases da (re)produção dessa imagem desde a prática específica da filosofia crítica (aquela que remete ao empreendimento transcendentalista de Kant) até os desenvolvimentos da fenomenologia husserliana, que, de certa maneira, retroalimentam o pretense axioma da “subjetividade concreta e individual”.

Na primeira metade do século XX, este filosofema é atualizado, ganhando remotivação na psicologia concreta de Politzer ([1928] 1975), para quem a escuta do *drama* humano na narrativa psicanalítica evidencia a existência da primeira pessoa, e é ela quem deve servir de parâmetro explicativo do sentido da subjetividade. Igualmente, ganha relevância na filosofia de Sartre ([1943] 2015), para quem a existência do homem foge a qualquer “determinação essencialista” exterior, sendo constituída pela autodeterminação do homem sobre si mesmo no instante em que transforma o mundo. Essas duas tendências servem a Herbert (1966) como referências de um empreendimento maior, até então dominante no cenário intelectual francês, uma fenomenologia humanista, baseada na disputa pelos “sentidos” do jovem Marx, aquele que encontramos no *Prefácio*, por exemplo, e em uma leitura ontológica (para não dizer idealista) da categoria da Prática Social esboçada no livro um d’*O Capital*.

Baseado nessas análises preliminares, sustentadas anteriormente por Althusser ([1963a] 1979) e seu grupo, Herbert compreende que a noção de “subjetividade concreta e individual”, longe de denegar a comanda social no seu Fim (isto é, a reprodução das Relações de produção), coloca-a em exposto. Exposto, mas não evidente... há que se considerar que este filosofema desloca o funcionamento progressivo ao injungir uma operação perversa: o sujeito concreto funciona como expressão fetichizada da comanda social, atuando como “centros de perspectiva reciprocamente situados na prática social, e coletivamente responsáveis por esta, na medida em que todos contribuem para dar-lhe forma” (Herbert, 1966, p.

152, tradução nossa)⁷⁷. O sujeito concreto é tido, portanto, como “livre” para fazer-se a si mesmo, e, logo, para ditar a comanda; seu convívio com outros “libertos”, entretanto, constitui um cenário em que a comanda é presa em uma situação de quase completa inércia. O imaginário do sujeito concreto, defendido pelas diferentes fenomenologias, desde Hegel e Feuerbach, até Husserl e Sartre, acabam por construir o homem como figura paradoxal; consciente de si e do seu fim, mas sem os meios necessários para realizar-se e realizá-lo. A perfeita representação do sujeito de direito, promulgado pela ideologia capitalista. O que nos leva a concluir que a prática filosófica idealista, a prática técnica empírica e a prática ideológica disputam a subjetividade concreta, tomando-a como expressão da comanda social.

A análise conjuntural delineada por Herbert (1966) nos dá a compreender que o funcionamento político da filosofia, cujas expressões encontramos no Humanismo socialista, bloqueiam a comanda ao sustentar a existência de uma subjetividade essencial. O vazio produzido pela contradição entre o sujeito concreto e a inércia da comanda social acabou servindo como lugar e condição para o surgimento de figuras controversas, os “técnicos”. Com apoio institucional, eles buscam apropriar-se das diversas técnicas produzidas pelas práticas técnicas e científicas com a finalidade de medir, formalizar e manobrar a inércia social. Estas técnicas, designadas pelo pensador como “técnicas de exploração-transformação da comanda social” (Herbert, 1966, p. 153, tradução nossa)⁷⁸, rapidamente foram incorporadas ao funcionamento do modo de produção capitalista, alcançando maior proeminência após a Segunda Guerra.

Com base nessa minuciosa análise de conjuntura, Herbert encontra os subsídios necessários para delinear uma primeira definição de “ciências sociais”. Em seus termos,

[s]e tentássemos agora uma definição da palavra "ciência social", precisaríamos então dizer que não se trata nem de uma simples técnica nem de uma pura ideologia, mas da interdeterminação de uma técnica (importada das técnicas de transformação da matéria, pelo menos de início) e de uma ideologia concernente às relações sociais (o objeto da prática política) (Herbert, 1966, p. 154, tradução nossa)⁷⁹.

⁷⁷ No texto de partida: “Les sujets deviennent ainsi des centres de perspective réciproquement situés dans la pratique sociale, et collectivement responsables de celle-ci, en tant qu'ils contribuent tous à lui donner forme”.

⁷⁸ No texto de partida: “techniques d'exploration-transformation de la commande sociale”.

⁷⁹ No texto de partida: “Que si l'on tentait désormais une définition du mot "sciences sociales", il faudrait donc dire qu'il s'agit là ni d'une simple technique ni d'une pure idéologie, mais de

Essa definição é calcada em duas observações básicas que, conforme Herbert (1966), são suficientes para tornar irrefutável o lugar ambíguo que as ciências sociais ocupam. Tomando por base a situação da **psicologia social**, o autor (1966, p. 154-155) destaca duas pontuações. Primeiro, que ela **a) enverga todos os caracteres e o mesmo funcionamento da prática técnica**: responde à demanda social, no sentido de que suas produções “justificam-se” pelas necessidades ideológicas daquilo que seria “socialmente útil”; o fim último dessa resposta à demanda social é a “exploração-transformação” da comanda; a exploração-transformação da comanda é operada a partir de uma realização do próprio real, no sentido de que os instrumentos mobilizados pela psicologia social nada mais são do que respostas simuladas ao “real bio-psico-sociológico”, realizados como modelos matematicamente formalizados, replicáveis *ad eternum*. Segundo, que **b) a psicologia social, em particular, e as ciências sociais, em geral, estão em contínuo com as ideologias promovidas pela ideologia política**.

A exemplo do segundo ponto, Herbert (1966) recupera o modelo dos Grupos-t, que, à época, constituía o núcleo instrumental da psicologia social; idealizado por Kurt Lewin em 1940, no Instituto de Tecnologia de Massachusetts, trata-se de uma proposição teórico-prática que trazia os princípios da Gestalt terapia para a análise das dinâmicas sociais em *grupos de treino* (Rogers, 1970). Na perspectiva do autor (1966, p. 156), quatro modelos de Grupos-t são identificáveis: o primeiro seria o “biológico”, que

consiste em aplicar ao grupo a forma (ideologizada) do indivíduo organizado. No nível de sua origem (matricial), o grupo não tem conflito com seu meio [1]; o encontro com a realidade determina uma reação orgânica de inadaptação que será primeiramente experimentada e detectada pelo indivíduo grupal [2] e, depois, se sobreviver a esse encontro, “superada”, no sentido hegeliano do termo [3]. (Herbert, 1966, p. 156, tradução nossa, grifos nossos)⁸⁰.

Os demais modelos, seguindo essa mesma lógica organizacional descrita, são vistos por Herbert como aplicações standardizadas da fenomenologia de Sartre, da

l'interdétermination d'une technique (importée des techniques de transformation de la matière, tout au moins au départ). et d'une idéologie concernant les rapports sociaux (l'objet de la pratique politique)”.
⁸⁰ No texto de partida: “consiste à appliquer au groupe la forme (idéologisée) de l'individu organisé. Au niveau de son origine (matricielle), le groupe est sans conflit avec son milieu; la rencontre du réel détermine une réaction organique d'inadaptation qui sera d'abord ressentie et détectée par l'individu grupal, et ensuite, s'il survit à cette rencontre, “dépassée”, au sens hegelien du terme.”

psicanálise e das matemáticas. Advém daí a constatação de que esses quatro modelos, de estrutura idêntica, deixam exposta a sua realidade ideológica. Em um momento inicial, [1] as relações sociais, vistas como a interconexão de pontos superficiais de subjetividade, são auto adaptadas ao real preconizado pelo modelo; logo em seguida, [2] a inadequação do sujeito ao grupo é compreendida como uma alienação, que obscurece as relações sociais, fazendo com que a racionalidade se afaste da natureza; por fim, [3] os mesmos “sujeitos concretos” devem “superar” a sua alienação, retomando a transparência das relações sociais - como se retornassem ao real que lhes deu “origem”. Sejam aplicados à gestão de empresas e à sua administração, sejam formas de compreender os espaços pedagógicos, os Grupos-t funcionam, de todos os modos, como uma forma de “transformar aparentemente a comanda social, com o único fim de melhor cumpri-la” (Herbert, 1966, p. 156)⁸¹.

Traçados estes exemplos, Herbert pode, enfim, definir com maior precisão a sua definição inicial de “ciências sociais”:

[e]m suma, nós diríamos que as "ciências sociais" consistem, em sua forma atual, na aplicação de uma técnica a uma ideologia das relações sociais, o conjunto complexo em aplicação tendo por fim responder à demanda social realizando o real psicossociológico com vista a uma adaptação ou a uma readaptação das relações sociais à prática social global, considerada como a invariante do sistema (1966, p. 156-157, tradução nossa)⁸².

A organização sintagmática dessa definição remete à proposição da primeira lei (a lei da *resposta* técnica a uma *demand*a social é constitutiva da prática técnica), de tal modo que a homologia entre as formulações coloca em relevo a dimensão ideológica que constitui as ciências sociais – seu primado é a (re)adaptação das relações sociais à Prática Social, isto é, à (re)produção das relações sociais de produção. Neste momento, a argumentação herbertiana parece encaminhar-nos para uma asserção teórica e politicamente polêmica: as ciências sociais não envergam o estatuto de uma prática científica. Temática que será desenvolvida nos apontamentos que se seguem.

⁸¹ No texto de partida: “il s'agit dans tous les cas de transformer en apparence la commande sociale, à seule fin de la mieux accomplir”.

⁸² No texto de partida: “En définitive, nous dirons que les "sciences sociales" consistent, dans leur forme actuelle, en l'application d'une technique à une idéologie des rapports sociaux, l'ensemble complexe en application ayant pour fin de répondre à la demande sociale en réalisant le réel psychosociologique en vue d'une adaptation ou d'une réadaptation des rapports sociaux à la pratique sociale globale, considérée comme l'invariant du système.”.

0.5 As generalidades da prática científica e a apropriação dos instrumentos pela teoria

Na seção anterior, deslumbramos os resultados parciais da investigação herbertiana, a saber, a análise de que as “ciências sociais” envergam semblante de ciência, mas no domínio prático, situam-se no limiar entre a prática técnica e a prática política, quer dizer, ideológica. Para afirmá-la, antes, Herbert considera necessária uma digressão: em negação à prática técnica e à prática ideológica, que é a prática científica? A questão guarda um princípio metodológico: a prática científica não pode ser configurada em si mesma, mas na relação contraditória e desigual com suas concorrentes no todo complexo da Prática Social. Temos, aí, novamente, princípios fundamentais do materialismo histórico, tal como Althusser ([1963], 1979) a lê em seu ensaio *Sobre a dialética materialista (da desigualdade das origens)*. Recusando a posição da epistemologia kantiana, que, ao condenar a psicologia racional, promoveu o fechamento das possibilidades de repercussão dessa prática, Herbert (1966, p. 157, tradução nossa)⁸³ busca “esquematizar [as] inovações” das ciências sociais, tendo como baliza a análise das contradições que as sustentam.

Ao definir “prática científica”⁸⁴, o primeiro posicionamento de Herbert consiste em configurá-la negativamente: “ela nunca se produz deduzindo do ‘real’ as generalidades que se organizariam em “conhecimento”, da forma como pretendia o mito empirista” (1966, p. 157, tradução nossa)⁸⁵. Em outros termos, a prática científica jamais obtém da realidade imediata fatos puros e absolutos que lhe serviriam como objeto; pelo contrário, ela sempre trabalha sobre universais prévios, sobre noções prévias, isto é, sobre *generalidades* pré-existentes engendradas pela

⁸³ No texto de partida: “[...] la pratique des “sciences sociales” occupe actuellement dans le tout complexe: ce que nous avons dit laisse entendre que nous ne lui accordons pas le statut de pratique scientifique. Il reste à le démontrer, non pas en lui fermant des possibilités, comme Kant avait condamné la psychologie rationnelle, mais en essayant d’en esquisser de nouvelles, à la lumière de ce que nous avons appris en cours “de route””.

⁸⁴ Tanto no ensaio de Herbert, quanto na produção althusseriana, as formulações “prática científica” e “prática teórica” apresentam flutuações em seus empregos. Ora são tomadas como simétricas, ora são distinguidas, no sentido de que a primeira engloba o conjunto de G1, G2 e G3, enquanto a última corresponde, apenas, ao trabalho da teoria operado em G2. Cientes desta flutuação, e sem a intenção de resolvê-la, chamamos a atenção do leitor para este possível estranhamento. Ela receberá melhor encaminhamento entre as páginas 92 e 94, ao definirmos, a partir de Herbert, o funcionamento do trabalho da teoria.

⁸⁵ No texto de partida: “[...] elle ne se produit jamais en dégageant du “réel” des généralités qui s’organiseraient en connaissances’ ainsi que le voudrait le mythe empiriste”.

prática ideológica. Em um quadro condensado, em que resume o entendimento althusseriano sobre as generalidades da prática científica, Herbert expõe que

[u]ma ciência, como um campo de generalidades científicas, nasce sempre pela transformação de uma generalidade ideológica inicial, por meio de uma generalidade intermediária, que desaparece no resultado: por aí, a prática científica entra na definição geral de prática, pois há uma matéria com a trabalhar (a ideologia encontrada [G1]), um instrumento de trabalho (a generalidade G2) e um produto (a generalidade científica G3). (1966, p. 157, tradução nossa)⁸⁶.

Em suma, em termos althusserianos ([1963, 1979]), a prática científica constitui-se pela produção de “fatos” científicos através da crítica a “fatos” ideológicos engendrados pela prática ideológica. Obedecendo à mesma estrutura da prática em geral, a prática teórica constitui-se como uma modalidade de produção, em que um “processo de transformação de uma determinada matéria-prima [G1] dada em um produto determinado [G3], transformação efetuada por um determinado trabalho humano, utilizando meios (‘de produção’) determinados [G2]” (Althusser, [1963] 1979, p. 144). Sob essa perspectiva, a matéria prima da prática científica são as generalidades abstratas **G1** produzidas pela prática ideológica, que serão transformadas em generalidades concretas **G3** no conhecimento através de uma teoria determinada **G2**. Esses movimentos, promovidos por sucessivas descontinuidades qualitativas, que poderíamos caracterizar como o trabalho da teoria, não obedecem às determinações da demanda social, mas às exigências e ao rigor da própria teoria que funciona como um mecanismo constante de autocrítica, construindo mecanismos de validação de seus conceitos, de seus produtos.

A prática teórica funciona de maneira radicalmente oposta ao *modus operandi* da prática técnica, calcada em uma subjetividade transcendental que produz o “real” empírico. Nas palavras de Althusser,

(e aí está o ponto determinante) em rejeitar uma teoria ideológica estranha à realidade da prática científica, para substituí-la por uma teoria qualitativamente diferente que reconhece a essência da prática científica, distingue-a da ideologia que se lhe quer impor, leva a sério os seus caracteres próprios, reflete sobre eles, enuncia-os, e pensa e enuncia as condições práticas desse reconhecimento. Quando chegamos a esse ponto,

⁸⁶ No texto de partida: “Une science, comme champ de généralités scientifiques, naît toujours par la transformation d'une généralité idéologique initiale, par le moyen d'une généralité in- termédiaire, qui disparaît dans le résultat: par là, la pratique scientifique entre dans la définition générale de la pratique, puisqu'il y a une matière à travailler (l'idéologie rencontrée), un instrument de travail (la généralité G2), et un produit (la généralité scientifique G3)”.

vemos, em última análise, que não pode mais tratar-se de uma “inversão”. Porque não se obtém uma ciência invertendo uma ideologia. Obtém-se uma ciência com a condição de abandonar o domínio em que a ideologia acredita ter relações com o real, isto é, abandonando a sua problemática ideológica (a pressuposição orgânica dos seus conceitos fundamentais, e, com esse sistema, a maior parte desses próprios conceitos) para fundar “*em um outro elemento*”, no campo de uma nova problemática, científica, a atividade da nova teoria ([1963] 1979, p. 168-169, grifos do autor).

A prática científica goza, portanto, de autonomia em relação à comanda social, o que permite, parcialmente, distingui-la das demais práticas (ideológica, econômica e política) com as quais concorre no todo complexo com dominante da Prática Social (Althusser, [1963] 1979). Esse elemento, de todo modo, não é o único capaz de contornar a particularidade da prática científica; sua propriedade mais proeminente é a de refletir sobre outras práticas, tomando-as como matéria-prima a transformar, o que lhe configura como uma *metaprática* – o que, sem dúvidas, deve-se à sua natureza, fundamentalmente, discursiva, em que a *palavra* ordinária é transformada em *conceito* articulado a um sistema de pensamento (Althusser, [1965] 1979).

No quadro da Prática Social delineado por Althusser, que compreende a prática teórica, a prática ideológica, a prática política e a prática econômica, esses dois traços são suficientes para contornar a especificidade da primeira em relação às demais. No quadro herbertiano, entretanto, que considera a existência da prática técnica, esses traços são parcialmente úteis. A prática técnica, é verdade, não pode fugir das determinações da demanda social; por outro lado, no caso das “ciências sociais”, elas são “constituídas pela aplicação de práticas técnicas sobre uma ideologia, cujo complexo reassegura o conjunto da prática social, ‘cimentando’ o hiato” (Herbert, 1966, p. 158, tradução nossa)⁸⁷. Elas se produzem como uma “metalinguagem”, e é nesse momento que tomam o envoltório de uma ciência, mantendo intacto seu núcleo ideológico e sem qualquer pretensão de dele despojar-se.

É nesse ponto nevrálgico em que, definida a prática científica, Herbert compreende de maneira mais aprofundada o funcionamento das ciências sociais na conjuntura dos 1960. Em primeiro lugar, observa que **A** elas, desde sua irrupção, recebem o estatuto de “ciências”; a aplicação dos modelos formais e experimentais das ciências da natureza lhes ofereceu esta alcunha. Dada a existência dessa “aura

⁸⁷ No texto de partida: “constituées par l'application de pratiques techniques sur une idéologie, dont le complexus réassure l'ensemble de la pratique sociale, en "cimentant" l'hiatus”.

de cientificidade”, um possível trabalho de transformação que visasse conformá-las em científicas seria visto como suspeito – marca de “resistência à mudança”. Em segundo lugar, por fim, **B** devido ao seu funcionamento de reassegurar o conjunto da prática social, isto é, estar a favor da reprodução das relações sociais, elas estão “cimentadas” à coesão social. A esses dois funcionamentos, Herbert dá a designação de **ideologias de tipo A** e de **ideologias de tipo B**. De maneira esquemática,

[a]s **ideologias do tipo A** são inessenciais em relação ao todo complexo, sua destruição não o põe em questão imediatamente: encontra-se, então, simplesmente uma resistência local da ideologia concernida, que tenta *fazer-se passar* por uma ciência. Em contrapartida, uma **ideologia do tipo B** tem, como vimos, uma função primordial no todo complexo, e sua destruição o coloca imediatamente em questão (Herbert, 1966, p. 158, tradução nossa, grifos nossos)⁸⁸.

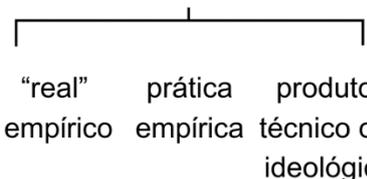
O caso particular das “ciências sociais” é, diante dessas definições, complexo. Elas, ao mesmo tempo, funcionam como ideologia do tipo A, buscando sustentar o semblante de uma ciência, e como ideologia do tipo B, ao integrar os mecanismos de manutenção das relações sociais, representando para os sujeitos a imagem das suas condições materiais de existência. Elas oferecerem, então, uma resistência múltipla ao trabalho da teoria que lhes queira tomar como matéria-prima; isso lhes confere a “forma específica de um discurso em fragmentos, tendo uma coerência autônoma invisível (análoga neste ponto à neurose) e dotado de uma função determinante no interior do todo complexo” (Herbert, 1966, p. 158)⁸⁹. Resta a questão: poderiam as “ciências sociais”, a partir de seu estágio analisado por Herbert, configurar uma prática científica?

Para contestar esse questionamento, Herbert retorna ao quadro das generalidades 1, 2 e 3, tal como definidas por Althusser ([1963] 1979). Vejamo-lo:

⁸⁸ No texto de partida: “A sont inessentielles à l'égard du tout complexe, leur destruction ne met pas celui-ci en question immédiatement: on rencontre donc simplement une résistance locale de l'idéologie concernée, qui tente de se *faire passer* pour une science. Par contre, une idéologie de type B a, comme on l'a vu, une fonction primordiale dans le tout complexe, et sa destruction le met directement en question.”

⁸⁹ No texto de partida: “e la "matière à transformer" a ici la forme spécifique d'un discours en lambeaux, ayant une cohérence autonome invisible (analogue sur ce point à la névrose) et doué d'une fonction déterminante à l'intérieur du tout complexe”.

Quadro 5 – Esquema teórico da prática científica

	G1	G2	G3
Prática teórica	Ideologia	Aparelho de transformação	Sistema científico de conceitos articulados
Prática não-teórica	 <p>“real” empírico prática empírica produto técnico ou ideológico</p>		

Fonte: adaptado de Herbert (1966, p. 159).

Conforme aponta Herbert (1966), as G1 e G3 representadas no quadro acima apresentam pouca dificuldade de interpretação, uma vez que elas são responsáveis por constituir o *objeto de uma ciência*; a G1 corresponde ao *objeto de crítica* de uma ciência, ao passo que a G3 concerne ao *objeto produzido* por uma ciência. Este é qualitativamente distinto do primeiro devido ao funcionamento da prática científica, que destrói o objeto de crítica (abstrato, pretensamente empírico) para dar forma ao objeto científico (concreto).

A G2, por seu turno, coloca problemas interpretativos, os quais foram oportunamente analisados por Althusser ([1963] 1979). Herbert (1966) opta por designá-la “aparelho de transformação”, isto é, aquilo que ocupou o papel de *instrumento* para que a prática científica pudesse engendrar G3 a partir de sua matéria-prima, G1. Por outro lado, aponta o autor, nem sempre G2 recebeu esse nome; é comum que lhe seja dado o termo ideológico “gênio”. Ele é atribuído, por exemplo, a Marx e a Saussure, uma vez que colocaram em causa os conceitos ideológicos idealistas, constituindo um novo sistema de pensamento, ou levaram à ruptura os axiomas de base que capitaneavam as bases ideológicas da Neogramática e da Linguística Histórica. Conforme Herbert, o sintagma “gênio” mais ludibria que dá a ver; a G2 é, “na realidade o signo de um *trabalho teórico*, cujos instrumentos começaram a ser inventariados” (1966, p. 159-160, grifos do autor)⁹⁰. Tais instrumentos envergam diversas formas, desde a de ciências já constituídas,

⁹⁰ No texto de partida: “est en réalité le signe d'un *travail théorique*, dont les instruments ont commencé d'être inventoriés”.

como as matemáticas, a física e a química, ou de ideologias a serem movidas de terreno, como produtos técnicos, um discurso acadêmico ou, até mesmo, uma *palavra* que tenha por pretensão abarcar o “real” empírico.

Em outras palavras, de acordo com Herbert (1966), o trabalho teórico impresso em G2 é, antes de tudo, um processo de fazer explodir uma constelação de noções ideológicas pré-existentes para fazer surgir, através do *corte epistemológico*, novos conceitos articulados à configuração de um sistema concreto de pensamento. O corte epistemológico é o mecanismo que marca a passagem de G2 a G3. Sob essa perspectiva, o trabalho da teoria, em particular, não pode ser tomado como análogo à prática científica, em geral, uma vez que não lhe recobre o conjunto.

Assim compreendida, uma ciência que alcançou G3, isto é, alcançou pleno estado de desenvolvimento, mostra-se como “um sistema em que o objeto da ciência e o método científico são homogêneos e se engendram reciprocamente” (Herbert, 1966, p. 160, tradução nossa)⁹¹, o que permite definir método como “*conjunto organizado da prática teórica que produz seu objeto ao ser normatizada por ele*” (Herbert, 1966, p. 160, tradução nossa, grifos do autor)⁹². A definição de método, portanto, corresponde à relação *necessária* e inextrincável que há entre a transformação operada pela prática científica e seu objeto, de modo que se inauguram reciprocamente ao despojarem os restos das abstrações ideológicas. Em outros termos, “uma ciência nasce, de início, designando como ela pode seu objeto, e depois ela se desenvolve em torno dele” (Herbert, 1966, p. 160, tradução nossa)⁹³. Conforme Althusser ([1963] 1979), este momento zero, em que irrompe uma nova prática científica, pode ser tomado como uma “aventura teórica”, em que o objeto concreto de uma teoria é circundado de maneira vacilante, trôpega, claudicante em passos nunca trilhados; esses momentos incertos, típicos à G2, são excluídos na G3, em que uma ciência já é capaz de dizer, categoricamente, que é e o que pode seu objeto. À G2 correspondem os meios e instrumentos necessários à elevação dos andaimes suspensos de uma teoria que, por seu estatuto provisório, serão removidos pela ciência desenvolvida para serem moldados em material concreto; de

⁹¹ No texto de partida: “un système où l'objet de la science et la méthode scientifique sont homogènes et s'engendrent réciproquement”.

⁹² No texto de partida: “l'ensemble organisé de la pratique théorique qui produit son objet en étant normé par lui”.

⁹³ No texto de partida: “une science naît d'abord, en désignant comme elle peut son objet, et qu'ensuite elle se développe autour de lui”.

todo modo, são estes construtos frágeis e moventes que permitem que a senda seja trilhada pela primeira vez.

Compreendida por esse viés, desfaz-se um possível mal-entendido, que poderia levar a tomar como simétricos o *trabalho de transformação*, operado em G2, e o *método*, propriamente dito, erigido em G3; segundo Herbert (1966) eles se ajustam a distintos momentos de desenvolvimento de uma prática científica e, por isso, desempenham funções radicalmente diferentes em seu processo de produção. Utilizando a metalinguagem dos historiadores, a proposta herbertiana (1966, p. 160) é a de que o processo de produção científica não é uma “revolução permanente”: iniciada a aventura teórica, tem início os *tempos fortes*, em que as revoluções teóricas remodelam axiomas de base a partir de G1; logo após, em um momento qualitativamente distinto, tem início a *acumulação metódica* em que o sistema de pensamento se espessa.

Relendo Althusser, Herbert (1966, p. 160) dirá, então, que o trabalho da teoria perfaz dois momentos distintos, englobados pelo processo de produção da prática científica: em G2, com os meios e as técnicas à disposição, temos a “transformação produtora do objeto”; em G3, a “reprodução metódica do objeto”, dada na bonança que goza uma ciência já desenvolvida. Em termos gerais, G2 precede logicamente o desenvolvimento de G3, e G3 só se estabelece em definitivo ao levar ao máximo efeito a ruptura promovida em G2.

Feita essa digressão pelos construtos teóricos althusserianos, Herbert, pode, então, retornar ao estatuto das “ciências sociais”. Sua análise é pessimista: “não pode haver reprodução metódica do objeto se uma transformação produtora desse objeto já não tiver sido cumprida” (Herbert, 1966, p. 161, tradução nossa)⁹⁴; isso significa que, no estado de desenvolvimento considerado, **ao operar a partir da realização do “real” psico-sociológico-empírico, as “ciências sociais” estão bloqueadas para uma possível transformação, e, portanto, incapacitadas de alcançar a acumulação metódica** que, de fato, lhes atribuiria o estatuto de práticas científicas.

Desta análise desdobra-se um princípio que confere rigor a qualquer análise epistemológica: apenas distinguir o trabalho de transformação da acumulação metódica não é o suficiente para compreender o **batimento entre G2 e G3**; é

⁹⁴ No texto de partida: “il ne peut y avoir de reproduction méthodique de l'objet que si une transformation productrice de cet objet a déjà été accomplie”.

necessário, principalmente, considerar que **os instrumentos ocupam funções distintas em uma e em outra**. A título de exemplo, podemos mencionar as transcrições fonéticas; em sua função técnica, visam interrogar o real físico das realizações fônicas, correspondendo em formalizações a realidade empírica da superfície linguística. Esta função é interrompida pela prática linguística, que desde Saussure emprega a transcrição fonética como mecanismo para transformar a abstração do real empírico em concreto do pensamento - que faz entrever, a partir de realizações particulares dos mecanismos fônicos da língua (objeto de crítica), o funcionamento de um conjunto de regras e de combinações que constituem um sistema articulado (objeto científico) de signos. Conforme Herbert (1966), essa exposição permite-nos evitar um duplo equívoco: primeiro, nem todo emprego de instrumentos é, propriamente, científico; e, segundo, os instrumentos possuem função necessária ao desenvolvimento da prática científica.

Evitados esses possíveis mal-entendidos, Herbert (1966) pode chegar ao núcleo da reflexão que encampa em seu ensaio. Tomamos liberdade de transcrevê-lo na íntegra:

[p]roporemos, nestas condições, o seguinte rigor teórico: enquanto uma ciência não enuncia seu objeto, ele não pode ser questão de uma reprodução metódica deste objeto. Mas desde que a ciência *fale*, quer dizer, enuncie seu objeto, ela é levada a confrontar seu discurso com ele mesmo para **provar sua necessidade**. Diremos que não basta que uma ciência fale, é preciso também que ela *se ouça falar*: somos conduzidos à ideia de que **a reprodução metódica do objeto consiste em uma reflexão do discurso teórico sobre si mesmo** que lhe confere coesão. (Herbert, 1966, p. 161, tradução nossa, itálicos do autor, negritos nossos)⁹⁵.

Desse excerto, guardamos dois apontamentos que julgamos mais impactantes. O primeiro deles é o de que **a constituição de um objeto científico não engloba, apenas, o ato de que ele seja enunciado, mas, também, e principalmente, de que haja um contínuo confronto entre o discurso teórico e ele mesmo** (que ele *fale* e também *se ouça falar*), o que é capaz de provar a sua necessidade lógica; temos uma realidade, portanto, em que a prática científica só escapa às determinações da demanda social se for capaz de construir mecanismos

⁹⁵ No texto de partida: "Nous proposerons dans ces conditions la précision théorique suivante: tant qu'une science n'énonce pas son objet, il ne saurait être question d'une reproduction méthodique de cet objet. Mais dès qu'une science *parle*, c'est-à-dire énonce son objet, elle est amenée à confronter son discours à lui-même pour en éprouver la nécessité. Nous dirons qu'il ne suffit pas qu'une science parle, il faut aussi qu'elle *s'entende parler*: on est alors amené à l'idée que *la reproduction méthodique de l'objet* consiste en une *réflexion* du discours théorique sur lui-même, qui lui confère la cohésion".

reflexivos, internos de autocrítica. Essa primeira observação leva-nos, imediatamente, ao segundo elemento a ser destacado: o processo de “escuta” a si mesma, desenvolvido pela prática teórica, constitui-se por um mecanismo de espelhamento, em que a reflexão produzida por um discurso teórico que retorna sobre si é o fator decisivo para a coesão de um dado sistema articulado de conhecimento; desse modo, **uma prática teórica só se configura como tal se for, também, uma metateoria.**

Outro ponto, ainda, merece destaque. A reprodução metódica, este momento de reflexão da prática teórica sobre si mesma, só se dá através de determinados instrumentos. Essa realidade permite asseverar G3 se consolida com a *apropriação dos instrumentos* pela prática teórica; instrumentos, contumazmente, oriundos da prática técnica. Logo, as ciências encontram seus instrumentos sob a forma de técnicas que obedecem à demanda social. Seu trabalho é o de “reinventá-los” sob a forma científica, isto é, livrando-os de uma teleologia linear que responde às relações sociais e, aos transformá-los, assumi-los como mecanismos de escuta ao seu próprio discurso

Os princípios alcançados por Herbert (1966), especialmente aqueles que distinguem a natureza de um instrumento técnico da natureza de um instrumento científico, são pertinentes à abertura de um problema premente, que envolve o campo de todas as “ciências aplicadas”. A saber, em geral, a confusão que se estabelece sobre seu caráter, se o de práticas científicas, propriamente ditas, ou se o de técnicas matematizadas que usufruem o *status* de ciência, sem propriamente funcionarem como uma. De acordo com o autor, esta é uma pergunta fundamental, que permite retornar à questão das “ciências sociais” e, enfim, contornar o vazio que a sua crítica deixa em aberto.

Como veremos, de acordo com Herbert (1966), esse vazio pode (e deve) ser interpelado pelo materialismo histórico, fazendo intervir sobre ele uma *ciência das ideologias*. Mais especificamente, pode (e deve) ser reivindicado por uma teoria dos processos discursivos, cujo quadro epistemológico insinua-se para a formulação da *semântica materialista*.

Efeito de fechamento: do vazio aberto pela crítica às “ciências sociais” ao lugar da “escuta social”. O quadro epistemológico de uma (vindoura) semântica materialista

No fechamento de seu empreendimento, ao descortinar o vazio deixado pelas crítica às “ciências sociais”, Herbert (1966) vê a necessidade de reafirmar seu estatuto. Elas configuram-se como formas de aplicação “[...] de práticas técnicas particulares a uma ideologia das relações sociais, tendo por fim responder à comanda social concernente à adaptação-readaptação das relações sociais à prática social global, operando uma ‘realização’ do real psico-sociológico” (HERBERT, 1966, p. 163, tradução nossa)⁹⁶. Sob essa perspectiva, o autor alcança a observação de que o complexo das “ciências sociais”, que engloba a psicologia, a sociologia e a psicologia social, em seu estado à época (1960), não produz um sistema de conhecimento, mas um conjunto de práticas ideológicas que está a favor da reprodução das relações sociais de produção.

De acordo com o autor, esse funcionamento próprio às “ciências sociais” assume a “*discurso em fragmentos, tendo a coerência de uma neurose, e sustentando uma função determinada em relação ao todo do complexo estruturado*” (HERBERT, 1966, p. 158, grifos do autor)⁹⁷. Esse discurso em fragmentos apresenta-se como um *excesso contingente* (ERNST, 2009), cuja copiosa multiplicação incide para um vazio teórico – a intensa reprodutibilidade técnica busca tamponar a *falta* de uma reprodução metódica. Alguns denegam essa *falta*, outros não a querem ver, e outros, ainda, não veem relevância em se ocupar com seu problema. A crítica à reprodutibilidade técnica promovida por Herbert (1966, p. 163), por outro lado, abre o campo e deixa-nos entrever um vazio; vazio teórico este que,

⁹⁶ No texto de partida: “[...] de pratiques techniques particulières à une idéologie des rapports sociaux, ayant pour fin de répondre à la commande sociale concernant l'adaptation-réadaptation des rapports sociaux à la pratique sociale globale, en opérant une "réalisation" du réel psycho-sociologique”.

⁹⁷ No texto de partida: “*discours en lambeaux, ayant la cohérence d'une névrose, et supportant une fonction déterminée à l'égard du tout complexe structuré*”.

segundo ele, é o lugar e a condição para que uma *ciência das ideologias* possa se instaurar.

Se, até este momento, Herbert não vê tendências que indiquem o desenvolvimento das “ciências sociais”, elas mesmas, em prática científica, esse pessimismo dá lugar a uma intervenção estratégica: “na passagem da caravana dos discursos ideológicos, um *trabalho real* [...] deixa pressentir a futura prática científica” (Herbert, 1966, p. 163, tradução nossa, grifos do autor)⁹⁸. Os referidos discursos ideológicos, fragmentários e dispersos, começam a ser reivindicados por um grupo de práticas teórico-ideológicas em vias de enunciar seu objeto; de acordo com Herbert, elas estão em vias de realizar a *transformação produtora* (G2) do objeto ideológico em objeto científico. Cada uma delas toma como G1 parte dos problemas instaurados pelas “ciências sociais”. Para melhor ilustrar sua análise, Herbert propõe o quadro que segue.

Quadro 6 – Transformações produtoras de objetos operados a partir das generalidades ideológicas fornecidas pelas ciências sociais

Objeto ideológico	Prática teórico-ideológica
discurso...	Linguística
...em fragmentos, tendo a coerência de uma neurose...	Psicanálise, como ciência do inconsciente
...sustentando uma função determinada em relação ao todo do complexo...	História, como “ciência das formações sociais”.

Fonte: adaptado de Herbert (1966, p. 164).

Na esquematização proposta, Herbert correlaciona as generalidades fragmentárias produzidas pelas “ciências sociais” ao desenvolvimento da Linguística, da Psicanálise e da História. Conforme a avaliação que sustenta, elas são ciências jovens, que ainda não alcançaram homogeneidade entre seus métodos e seus objetos (G3), constituindo um sistema concreto de pensamento. Ainda que essa posição surpreenda, não é uma novidade para os integrantes do círculo althusseriano; em *Sobre a dialética materialista* ([1963] 1979), designa a Linguística

⁹⁸ No texto de partida: “au passage de la caravane des discours idéologiques, un *travail réel* qui laisse pressentir la future pratique scientifique”.

e a Psicanálise como *disciplinas*, o que reafirma nos manuscritos das *Três notas sobre a teoria dos discurso* ([1966] 1993), em que reconhece a Linguística como um *desenvolvimento técnico*.

Diferente das “ciências sociais”, a Linguística, a Psicanálise e a História estão em vias de constituírem-se como práticas científicas, o que justifica a atenção que Herbert Ihes deposita. Daí a relevância de discutir o estatuto próprio das “ciências sociais”, uma vez que elas não apenas fornecem o objeto abstrato a transformar para as demais disciplinas, como também disponibiliza as bases necessárias para a apropriação de instrumentos pelas (futuras) práticas científicas.

Nesse sentido, o maior impacto da intervenção herbertiana (1966, p. 164) é o de evidenciar a relevância de constituir mecanismos para inventariar os instrumentos técnico-ideológicos disponíveis a uma (re)apropriação pelas práticas científicas em desenvolvimento e aptos a permitir-lhes alcançar a coesão de seu discurso interno. Esta “necessidade” leva Herbert (1966) a propor o conceito de *escuta social* que, desprendido das generalidades inerentes ao “real” psico-sociológico, define mecanismos analíticos de detecção de instrumentos capazes de virem-a-ser (re)apropriados pela prática científica.

Herbert mobiliza uma metáfora para ilustrar o funcionamento da escuta social. Em suas palavras,

[p]arece que a relação entre o trabalho de transformação produtora do objeto científico e aquele de sua reprodução metódica possa ser expresso por aquele que existia entre Marx e Engels, na medida em que o discurso teórico do primeiro, que *resultava não tanto de uma observação do “real” quanto de um trabalho sobre a ideologia econômica*, era, enquanto surgia, posto à prova pelo segundo, que *sabia colocar as questões pertinentes para o discurso teórico ao objeto ao qual ele se referia, a saber, o modo de produção inglesa*. (Herbert, 1966, p. 164, tradução nossa, grifos do autor)⁹⁹.

A dinâmica de trabalho desenvolvida por Marx e Engels é marcada, primeiro, pela crítica à economia política, isto é, pela transformação qualitativa da ideologia econômica em conhecimento sobre o funcionamento da história e, segundo, pelo espelhamento do conhecimento sobre a história, ainda em forma de generalidade,

⁹⁹ No texto de partida: “il semble que le rapport entre le travail de transformation productrice de l’objet scientifique et celui de sa reproduction méthodique puisse être exprimé par celui qui exista entre Marx et Engels, dans la mesure où le discours théorique du premier, *qui résultait non pas tant d’une observation du “réel” que d’un travail sur l’idéologie économique*, étaient, au fur et à mesure de son surgissement, mis à l’épreuve par le second, qui *savait poser les questions pertinentes pour le discours théorique à l’objet auquel il se référerait, à savoir le mode de production anglais*”.

com o concreto de um modo de produção particular, a saber, aquele da formação social inglesa, o capitalismo industrial. Esses movimentos, típicos das ciências das formações sociais, Herbert correlaciona ao desenvolvimento das ciências das ideologias; articulação proposta no quadro a seguir:

Quadro 7 – Correlação entre o desenvolvimento das ciências das formações sociais e das ciências das ideologias

Ciências das formações sociais		Ciências das ideologias
G ₁ Ideologia econômica		Ideologia da prática social
G ₂	Lógica “escolástica” filosófica	Linguística psicanálise história
G ₃ Teoria das formações sociais		Teoria da ideologia
E prova do discurso G ₃ por reflexão sobre o real que ele designa	Submissão à prova por Engels do discurso teórico, sobre o modo de produção inglês	“Escuta social”, armada de instrumentos científicos

Fonte: adaptado de Herbert (1966, p. 164).

O quadro, assim esquematizado, coloca em paralelo a ciência da lógica hegeliana (lógica escolástica filosófica) e a tríade linguística-psicanálise-história, tomando todas como G₂. Logo, linguística-psicanálise-história são entendidas como instrumentos a ser apropriados com o fim de operar o corte epistemológico necessário para a instituição de uma Teoria da ideologia. Se Althusser havia considerado apenas a dimensão histórica e psicanalítica, envolvendo a teoria da subjetividade, como elementos necessários à remotivação do materialismo histórico (Teixeira, 2000), Herbert revoluciona esse empreendimento ao situar a linguística (única a receber inicial maiúscula, capitaneando a tríade) como instrumento indispensável à construção de uma teoria das ideologias. A dimensão simbólica passa a ser um continente incontornável.

Ainda sobre a temática dos instrumentos científicos, parece-nos que ela nos fornece índices indiscutíveis para compreender as palavras que encerram a tese de Pêcheux ([1969] 2014b), *Análise Automática do Discurso 1969*. Como a própria designação desta produção nos dá a indicar, estamos diante de uma *técnica de análise do discurso*, produto técnico, ainda provisório, em vias de operar o corte epistemológico necessário à instauração de uma *teoria do discurso*, isto é, uma semântica materialista.

Esta observação permite-nos compreender, à contrapelo, a definição do quadro epistemológico da AD, distinguido já no ensaio de Herbert (1966) e que revisitaremos em *Semântica e Discurso* (Pêcheux, [1975] 2014) e nas atualizações *A propósito da Análise Automática do Discurso* (Pêcheux; Fuchs, [1975] 2014). A tríade linguística-psicanálise-história não são disciplinas que subsidiam o sistema conceitual articulado da AD; pelo contrário, os conceitos desses campos do saber são ressignificados, e, nessa ruptura, adquirem sentido qualitativamente distinto, radicalmente distinto das generalidades que lhes serviram de matéria-prima.

Se, por um lado, não podemos considerar a AD como subsidiária da linguística, da psicanálise e da história, por outro, Herbert deixa-nos explícito que sua formação teórica, que viria a ocupar o vazio deixado pelas “ciências sociais”, não é uma unidade idêntica a si mesma. Ela está situada na regionalização do materialismo histórico e concorre contra formações teóricas, práticas técnicas e restos ideológicos no todo complexo da prática científica. Para que reconheça essa condição, e constitua-se como prática científica, de fato, ela deve dizer ser objeto e, ao dizê-lo, ouvir-se falar.

Diante dessa constatação, a teoria do discurso precisar desenvolver-se, também, como uma *metateoria*. Se considerarmos o termo “metateoria” como uma outra designação para “epistemologia”, parece-nos que Herbert não propõe nem uma reflexão epistemológica externa, aos moldes kantianos, tampouco interna, como analisada por Canguilhem, mas uma **reflexão epistemológica necessária**, cuja asserção principal é a de que **toda prática científica é, também, uma epistemologia**. Algo que Althusser e Herbert desenvolveram em estado prático, mas Benveniste parece ter reconhecido com maior clareza; questionado sobre a relação entre Epistemologia e Linguística, diz ele, sobre seu campo de atuação: “a epistemologia é a teoria do conhecimento. Como é adquirido o conhecimento, isto não é dito por antecipação. Há muitas possibilidades de epistemologia. A linguística

é uma epistemologia, pode-se considerá-la como tal” (Benveniste, [1968]1989, p. 38). O trabalho de escuta de uma teoria é perigoso demais para ser deixado, apenas, ao encargo dos filósofos.

Essa afirmação, enfim, faz-nos reconhecer a natureza fundamentalmente política do empreendimento herbertiano/pêcheuxtiano. “Herbert”, ou também “Simon”, codinomes outorgado por Althusser para a configuração do *Groupe Spinoza*¹⁰⁰, demarcam a estratégia de constituir um coletivo de trabalho capaz de desenvolver diferentes frentes do materialismo histórico. Althusser e a teoria das ideologias; Balibar, os conceitos elementares do materialismo histórico e a definição de experimentação científica; Regnault e o corte epistemológico; Fichant e a história das ciências; Pêcheux, a história das ciências e a teoria das ideologias...¹⁰¹ grupo de trabalho cuja objetivo primordial era a desarticulação das frentes idealistas (mormente as fenomenologias) que dominavam o cenário do Partido Comunista Francês.

Diante dessa constatação, em suma, chegamos aos fins de análise desta(s) nota(s). Temos delineados os primeiros movimentos de uma aventura teórica. Seu estatuto, dá-nos o próprio Herbert: qualquer figura solitária é capaz, no máximo, de um itinerário. Para ser aventura, há que ser compartilhada. Por isso, não é cedo para que se reconheça a historicidade da prática teórica como *processo sem Sujeito nem Fim(s)*, no qual as complexas relações sociais, movidas pelo motor da luta de classes, fazem emergir dos “homens” os sujeitos, produtos sempre provisórios. O efeito-Herbert, aí, funciona como um nome próprio em relação ao sistema conceitual do qual ele é o suporte (Pêcheux, [1971] 2015b, p. 128). Índice de uma *posição* que, enquanto tal, não é idêntica a si mesma, não existe por si só e tampouco é imutável - o que só é apreensível se remontarmos a sua formação histórica no todo em que se insere e intervém.

¹⁰⁰ A correlação entre Pêcheux e os codinomes “Herbert” e “Simon” foi desvelada por François Matheron, pesquisador responsável por inventariar os arquivos de Althusser e publicar maior parte de seus manuscritos. Conforme Matheron ([2007] 2018), em livro de memórias publicado em 2007, a lista de pseudônimos encontrava-se grafada em uma pequena folha manuscrita, anexa aos documentos relativos ao Grupo Spinoza.

¹⁰¹ O plano estratégico destas intervenções é esboçado de maneira instigantes nas notas de trabalho do *Curso de iniciação à filosofia para os não filósofos*. O acervo destes documentos, ao ser doado por Balibar à biblioteca da ENS, foi digitalizado em 2016, estando, atualmente, em domínio público. Cf. Althusser, *et all.* ([1967~1968]) 2024).

Referências

- ALTHUSSER, L. Sur la dialectique matérialiste. *La Pensée*, n. 110, p. 7-45, 1963.
- ALTHUSSER, L. Sur le travail théorique. *La Pensée*, n. 132, p. 3-22, 1965.
- ALTHUSSER, L. [1960]. Sobre o jovem Marx (Questões de teoria). In: ALTHUSSER, L. *A favor de Marx*. 2. ed. Tradução de Dirceu Lindoso, revisão de Paulo de Melo Jorge Filho. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 140-193.
- ALTHUSSER, L. [1962]. Contradição e sobredeterminação: notas para uma pesquisa. In: ALTHUSSER, L. *A favor de Marx*. 2. ed. Tradução de Dirceu Lindoso, revisão de Paulo de Melo Jorge Filho. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 75-102.
- ALTHUSSER, L. [1963]. Sobre a dialética materialista: da desigualdade das origens. In: ALTHUSSER, L. *A favor de Marx*. 2. ed. Tradução de Dirceu Lindoso, revisão de Paulo de Melo Jorge Filho. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 39-74.
- ALTHUSSER, L. [1963a]. Marxismo e Humanismo. In: ALTHUSSER, L. *A favor de Marx*. 2. ed. Tradução de Dirceu Lindoso, revisão de Paulo de Melo Jorge Filho. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 194-220.
- ALTHUSSER, L. [1964]. Freud y Lacan. In: ALTHUSSER, L. *Escritos sobre psicoanálisis*. Freud y Lacan. Textos reunidos e apresentados por François Matheron. Tradução de Eliane Cazenave-Tapie. Revisão de Victoria Schussheim. Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1996. p. 15-54.
- ALTHUSSER, L. [1965]. De *O Capital* à filosofia de Marx. In: ALTHUSSER, L.; RANCIÈRE, J.; MACHEREY, P. *Ler O Capital*. v. 1. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 11-74.
- ALTHUSSER, L. [1965]. Teoria, prática teórica e formação teórica. Ideologia e luta ideológica. Tradução de Duarte Pereira. In: BARISON, T. (Org.). *Teoria marxista e análise concreta: textos escolhidos de Louis Althusser e Étienne Balibar*. São Paulo: Expressão Popular, 2017. p. 27-81.
- ALTHUSSER, L. [1966]. Trois notes sur la théorie des discours. In: ALTHUSSER, L. *Écrits sur la psychanalyse*. Freud et Lacan. Textos reunidos e apresentados por François Matheron. Paris: Stock/IMEC, 1993. p. 111-172.
- ALTHUSSER, L. [1966a]. Lettres à D... In: ALTHUSSER, L. *Écrits sur la psychanalyse*. Freud et Lacan. Textos reunidos e apresentados por François Matheron. Paris: Stock/IMEC, 1993. p. 55-110.

ALTHUSSER, L. [1967]. 2^o Cours [Le 27 novembre 1967]. *In: ALTHUSSER, L. Philosophie et philosophie spontanée des savants*. Introduction au Cours de philosophie pour scientifiques. Paris: Librairie François Maspero, 1974. p. 53-78.

ALTHUSSER, L. [1967a]. La querelle de l'humanisme. *In: ALTHUSSER, L. Écrits philosophiques et politiques*. Tome II. Textos reunidos e apresentados por François Matheron. Paris: Stock/IMEC, 1997. p. 449-554.

ALTHUSSER, L. [1967b]. A querela do humanismo. *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, v.1, n.9, p. 9-51, 1999.

ALTHUSSER, L. [1967-1968]. Notes sur la philosophie. *In: ALTHUSSER, L. Écrits philosophiques et politiques*. Tome II. Textos reunidos e apresentados por François Matheron. Paris: Stock/IMEC, 1997. p. 299-351.

ALTHUSSER, L. [1968]. O objeto de O Capital. *In: ALTHUSSER, L.; BALIBAR, E.; ESTABLET, R. Ler O Capital*. v. 2. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p. 7-152.

ALTHUSSER, L. [1969]. Apêndice: a propósito do primado das Relações de Produção. *In: ALTHUSSER, L. Sobre a reprodução*. Dossiê manuscrito publicado em 1975. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 228-236.

ALTHUSSER, L. *Ideologia e Aparelhos ideológicos de estado*. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Presença 1970.

ALTHUSSER, L. [1970]. Apresentação. *In: HARNECKER, M. [1968]. Os conceitos elementais do Materialismo Histórico*. 2. ed. São Paulo: Global editora, 1981.

ALTHUSSER, L. [1972]. *Elementos de autocrítica*. Tradução de Miguel Barroso. Barcelona: Editorial Laia, 1975.

ALTHUSSER, L. [1972]. Resposta a John Lewis. *In: ALTHUSSER, L. Posições – 1*. Tradução de Severino Bezerra Cabral Filho e Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

ALTHUSSER, L. [1974]. *Curso de filosofia para científicos*. Tradução de Albert Roies. Barcelona: Editorial Planeta-Agostini, 1985.

ALTHUSSER, L. [1976~1978]. *Iniciação à filosofia para os não filósofos*. Texto estabelecido e anotado por G. M. Goshgarian. Prefácio de Guillaume Sibertin-Blanc. Tradução de Rosemary Costhek Abilio. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.

ALTHUSSER, L. [1978]. O que não pode mais durar no Partido Comunista Francês. Artigos publicados no Le Monde logo depois das eleições na França e da derrota da União de Esquerda. *In: AMENDOLA, G.; ALTHUSSER, L.; MANDEL, E.; ENZENSBERGER, H-M.; TROTSKY, L. Eurocomunismo x Leninismo*. Belo Horizonte: Editora Veja, 1978. p. 27-57.

ALTHUSSER, L. [1982]. A corrente subterrânea do materialismo do encontro. Tradução de Mónica G. Zoppi Fontana. *Crítica Marxista*, São Paulo, v. 1, n. 20, 2005. p. 9-48.

ALTHUSSER, L. *Écrits philosophiques et politiques*. Tome II. Textos reunidos e apresentados por François Matheron. Paris: Stock/IMEC, 1997.

ALTHUSSER, L.; BALIBAR, É.; ESTABLET, R.; MACHEREY, P.; RANCIÈRE, J. [1968]. *Lire Le Capital*. Nouvelle édition revue. 3. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 2014.

ALTHUSSER, L.; MACHEREY, P.; BALIBAR, É.; REGNAULT, F. *Cours de philosophie pour scientifiques organisés à l'Ecole normale supérieure*. Manuscritos. 175f. Disponível em: https://archive.org/details/ENS01_Ms0169. Acesso em: 10 abr. 2024.

BALIBAR, É. [1968]. Sobre os conceitos fundamentais do materialismo histórico. In: ALTHUSSER, L.; BALIBAR, E.; ESTABLET, R. *Ler o Capital*. v. 2. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p. 153-274.

BALIBAR, É. [1988]. Vuelve a callarte, Althusser! In: BALIBAR, É. *Escritos por Althusser*. Tradução de Heber Cardoso. Buenos Aires: Nueva Visión, 2004. p. 49-74.

BALIBAR, É. Note biographique. In: ALTHUSSER, L. *Pour Marx*. Prefácio, nota ao leitor e nota biográfica de Étienne Balibar. Posfácio de Louis Althusser. 1. reed. Paris: La Découverte/Poche, 1996.

BARTON, T. *Ancient astrology*. Londres/Nova York: Routledge, 1994.

BENVENISTE, É. [1968]. Esta linguagem que faz a história. In: BENVENISTE, É. *Problemas de Linguística Geral II*. Tradução de Eduardo Guimarães [et al]. Campinas: Pontes: 1989, p. 29-42.

BRETANHA, S.; ERNST, A. G. Contradição, discurso e resistência em análise de discurso: só há falha daquilo que causa. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 63, p. e021020-e021020, 2021.

CADRANS SOLAIRES. *Le scaphé grec*. [2008]. Disponível em: <http://www.cadrans-solaires.fr/images/cadran-ludiver-notice-scaphe.jpg>. Acesso em: 17 out. 2022.

ENGELS, F. [1886]. Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, v. 4, n. 2, p. 131-166, 2012.

ERNST, A. G. O Casaco de Arlequim. Uma Reflexão sobre a Semântica Proposta por Michel Pêcheux (Le Manteau de Arlequim une Réflexion sur la Sémantique Proposée par Michel Pêcheux). *Estudos da Língua(gem)*, v. 1, n. 1, p. 23-30, 2005.

ERNST, A. G. A falta, o excesso e o estranhamento na constituição/interpretação do corpus discursivo. *Anais do IV SEAD*, p. 01-05, 2009.

FREGE, J. G. Os fundamentos da Aritmética. Tradução de Luís Henrique dos Santos. In: D'OLIVEIRA, A. M.; SANTOS, L. H. dos. (Orgs.). *Peirce/Frege*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

GADET, F.; LÉON, J.; PÊCHEUX, M. [1984]. Observações sobre a estabilidade de uma construção – a completiva. Tradução de Rosana Paulillo. In: ORLANDI, E. (Org). *Gestos de leitura: da história no discurso* 4. ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 2014. p. 207-248.

GILLOT, P. *Althusser e a psicanálise*. Tradução de Pedro Eduardo Zini Dovoglio, Fábio Ramos Barbosa Filho e Marie-Lou Lery-Lachaume. São Paulo: Editora Ideias & Letras: 2018.

HARNECKER, M. [1968]. Os conceitos elementais do Materialismo Histórico. 2. ed. São Paulo: Global editora, 1981.

HAROCHE, C.; HENRY, P.; PÊCHEUX, M. [1971]. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, R. L. (Org.). *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro & João, 2007, p. 13-32.

HENRY, P. [1969]. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux. In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso*. Tradução de Bethania Mariani [et al.]. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 13-38.

HERBERT, T. Réflexions sur la situation théorique des sciences sociales et, spécialement, de la psychologie sociale. *Cahiers pour l'analyse*, v. 2, p. 174-203, 1966.

HERBERT, T [1966]. Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. *Tempo Brasileiro*, n. 30-31, p. 3-36, 1972.

HERBERT, T. Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. In: ORLANDI, E. (Org.). *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Tradução de Eni Orlandi [et al]. 4. ed. São Paulo: Pontes, 2015. p. 21-54.

HERBERT, T. [1968]. Observações para uma teoria geral das ideologias. Tradução de Carolina M. R. Zucolillo, Eni P. Orlandi e José H. Nunes. *Revista Rua*, Campinas, v. 1., 1995. p. 63-89.

HURLEY, P. *A concise introduction to logic*. 4. ed. s.l.: Wadsworth Publishing, 1991.

IMEC. Institut Mémoires de l'Édition Contemporaine. Fonds Louis Althusser. *Inventaire des archives de Louis Althusser déposées a l'IMEC*. Caen: IMEC, 1997.

KANT, I. [1781]. *Crítica da razão pura*. Tradução de Fernando Costa Mattos. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

KOGAWA, J. *Linguística e marxismo: condições de emergência para uma teoria do discurso francesa no Brasil*. São Paulo: Editora da Unifesp, 2021.

LACAN, J. [1963-1964]. *O seminário livro 11. Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Tradução e M. D. Magno. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

LECOMTE, A. [1980]. A fronteira ausente. Tradução de Tatiana Freire de Moura. In: CONEIN, B; COURTINE, J-J; GADET, F; MARANDIN, J-M; PÊCHEUX, M. *Materialidades discursivas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

LÉNINE, V. I. [1908]. *Materialismo e empiriocriticismo*. Novas críticas sobre uma filosofia reacionária. 2. ed. Tradução de Maria Paula Duarte. Lisboa: Editorial Estampa, 1975.

LEZZI, G.; MURAKAMI, C. *Fundamentos de matemática elementar*. Volume 1: conjuntos e funções. 9. ed. São Paulo: Atual Editora, 2019.

MALDIDIER, D. *A Inquietação do Discurso: (Re)ler Michel Pêcheux hoje*. Campinas: Pontes, 2003.

MALISKA, M. E. Da condensação Freudiana o *Forçage/Chiffonage* Lacaniano: o transbordamento da metáfora na teoria psicanalítica. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, v. 33, p. 163-188, 2014.

MARX, K. [1845] Marx sobre Feurbach. Revisão de Friedrich Engels [1888]. In: MARX, K.; ENGELS, F. [1845~1846]. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. Supervisão de Leandro Konder. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Cavini Mantorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. [1847]. *Miséria da filosofia*. Resposta à *Filosofia da Miséria*, do Sr. Proudhon. Tradução de José Paulo Neto. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. [1857-1858]. *Grundrisse*. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. Tradução de Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. [1859]. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. Apresentação de Reinaldo Carcanholo. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. [1867]. *O Capital [livro 1]: crítica da economia política. O processo de produção do capital*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. [1885]. *O Capital [livro 2]: crítica da economia política. O processo de circulação do capital*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, K.; ENGELS, F. [1848]. *Manifesto Comunista*. 1. ed. revista. Tradução de Álvaro Pina e Ivana Jinkings. Organização e introdução de Osvaldo Coggiola. São Paulo: Boitempo, 2010.

MATHERON, F. [2007]. *L'Homme qui ne savait plus écrire*. 2. ed. Paris : Éd. La Découverte, coll. Zones, 2018.

MILLER, J-A. [1964]. A ação da estrutura. In: MILLER, J-A. *Matemas I*. Tradução de Sérgio Laia, revisão técnica de Angelina Harari. Rio de Janeiro: Zahar, 1996. p. 9-24.

MILNER, J-C. [1978]. *O amor da língua*. Tradução e notas de Paulo Sérgio de Souza Jr. Revisão técnica de Cláudia Lemos e Maria Rita Moraes. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

MILNER, J-C. [1994]. Saussure. Retorno a Saussure. In: MILNER, J-C. *El periplo estructural: figuras y paradigma*. Traducción de Irene Agoff. Buenos Aires: Amorrortu editores, 2003. p. 15-44.

MILNER, J-C.; PEDEN, K. [2008]. La Force du minimalisme: un entretien avec Jean-Claude Milner. In: HALLWARD, P. *Concept and Form: The Cahiers pour l'Analyse and Contemporary French Thought*. Disponível em: <http://cahiers.kingston.ac.uk/>. Acesso em: 20 jul. 2022.

MOTTA, L. E. O (re) começo do marxismo althusseriano. *Crítica Marxista*, n. 35, p. 73-89, 2012.

NAVES, M. B. *Mao, o processo da revolução*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

PÊCHEUX, M. Analyse de contenu et théorie du discours. *Bulletin du CERP*, v. 16, n. 3, p. 211-227, 1967.

PÊCHEUX, M. Vers une technique d'analyse du discours. *Psychologie Française*, v. 13, n. 1, p. 113-117, 1968.

PÊCHEUX, M. [1969]. Análise automática do discurso [AAD-69]. In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso*. Tradução de Bethania Mariani [et al.]. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014b. p. 59-158.

PÊCHEUX, M. [1969]. *Análise Automática do Discurso*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi e Grecciely Costa. Campinas: Pontes Editores, 2019.

PÊCHEUX, M. [1971]. Língua, “linguagens”, discurso. In: PÊCHEUX, M. *Análise de Discurso*. Michel Pêcheux. Textos Escolhidos por Eni Orlandi. Tradução de Eni Orlandi [et al.]. 4. ed. Campinas: Pontes, 2015b. p. 121-130.

PÊCHEUX, M. [1975]. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Orlandi [et al.]. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, M. [1977]. Remontémons de Foucault a Spinoza. In: TOLEDO, M. M. *El discurso político*. México: Nueva Imagen, 1980. p. 181-200.

PÊCHEUX, M. [1982]. Delimitações, inversões, deslocamentos. *Cadernos de estudos linguísticos*, v. 19, p. 7-24, 1990.

PÊCHEUX, M. [1983]. Matériel en vue de l'article "Complétives/Infinitifs/Infinitives". *Linx - Revue des linguistes de l'université Paris X Nanterre*, v. 10, n. 1, p. 7-22, 1984.

PÊCHEUX, M. Análise de Discurso: três épocas. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 307-315.

PÊCHEUX, M. [1983]. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Orlandi. 7. ed. São Paulo: Pontes, 2015.

PÊCHEUX, M. [1984]. Sobre os contextos epistemológicos da Análise de Discurso. In: PÊCHEUX, M. *Análise de Discurso*. Michel Pêcheux. Textos Escolhidos por Eni Orlandi. Tradução de Eni Orlandi [et al]. 4. ed. Campinas: Pontes, 2015b. p. 121-130.

PÊCHEUX, M.; BALIBAR, É. [1969]. Definições. In: PÊCHEUX, M; FICHANT, M. *Sobre a história das ciências*. Tradução de Francisco Bairrão. Lisboa: Editorial Estampa, 1971. p. 11-16.

PÊCHEUX, M; FICHANT, M. [1969]. *Sobre a história das ciências*. Tradução de Francisco Bairrão. Lisboa: Editorial Estampa, 1971.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 159-249.

POLITZER G. [1928]. *Crítica dos Fundamentos da Psicologia I*. 2. ed. Tradução de Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira. Lisboa: Presença, 1975.

PROUDHON, P-J. [1846]. *Filosofia da Miséria*. Sistema das contradições econômicas. Tradução de J. C. Morel. São Paulo: Íconce, 2003.

ROGERS, C. R. *Grupos de encontro*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1970.

SARTRE, J-P. [1943]. *O ser e o nada*. Ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução de Paulo Perdigão. Petrópolis: vozes: 2015.

SAUSSURE, F. [1916]. *Curso de Linguística Geral*. Organizado por Charles Bally e Albert Sechehayé, com a colaboração de Albert Riedlinger. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. Prefácio à edição brasileira de Nicolau Salum. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SEMERARO, G. A concepção de "trabalho" na filosofia de Hegel e de Marx. *Educação e Filosofia*. 2013, vol. 27, n. 53, pp. 87-104.

SPINOZA, B. [1676-1677]. *Traité politique*. In: SPINOZA, B. *Œuvres de Spinoza*. Tome II. Tradução de Émile Saisset. Paris: Charpentier, 1861. p. 464- 467

SPINOZA, B. [1676-1677]. *Tratado político*. Tradução, introdução e notas de Diogo Pires Aurélio, revisão de Homero Santiago. São Paulo: Martins Fontes: 2009.

STÁLINE, I. V. [1935]. *L 'homme, le capital le plus précieux*. Paris: Editions Sociales, 1952.

STÁLIN, I. V. [1938]. *Sobre o materialismo dialético e o materialismo histórico*. Tradução de CN em jul. 2014. Disponível em: <http://www.hist-socialismo.com/docs/MatDialecticoHist%C3%B3rico.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2023.

TATON, R. *Histoire générale des sciences*. 3 tomos em 4 volumes. Paris: Presses Universitaires de France, 1957-1964.

TEIXEIRA, M. *Análise de discurso e psicanálise: elementos para uma abordagem do sentido do discurso*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

TORRES LIMA, M. E. A. T. [1983]. *A construção discursiva do povo brasileiro: os discursos de 1º de maio de Getúlio Vargas*. Tradução de Maria Emília Amarante Torres Lima e Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp: 1990.

TSE TUNG, M. [1937]. *Sobre a prática e sobre a contradição*. Revisão de Geraldo Martins de Azevedo Filho. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

